UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O DIRETOR DE ESCOLA, O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO INTERIOR PAULISTA.

MARCIA MARIA DE OLIVEIRA TESSARIN

SÃO CARLOS
FEVEREIRO/2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

MARCIA MARIA DE OLIVEIRA TESSARIN

O DIRETOR DE ESCOLA, O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO INTERIOR PAULISTA.

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração em Fundamentos da Educação.

Orientador: Waldemar Marques

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária da UFSCar

T338de

Tessarin, Marcia Maria de Oliveira.
O diretor de escola, o projeto político-pedagógico e a formação de professores em uma escola municipal de ensino fundamental do interior paulista / Marcia Maria de Oliveira Tessarin. -- São Carlos : UFSCar, 2007.
211 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Escolas – organização e administração. 2. Gestão educacional. 3. Educação – diretores de escola. 4. Projeto político pedagógico. 5. Professores – formação. I. Título.

CDD: 379 (20ª)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldemar Marques

Profª Drª Ana Clara Bortoleto Nery

Profª Drª Maria Cecília Luiz

A minha família e a todos que me amam e me incentivam a fazer história
e ser protagonista nela.

Marcia M. de O. Tessarin.

AGRADECIMENTOS.

Agradeço a Deus pela sua presença em minha vida e por todas as bênçãos que sempre me concede.

A minha família, que é maravilhosa, meu alicerce, a base para ser a pessoa que sou hoje, mas, em especial, a minha mãe Maria, meu pai Messias, meus irmãos Magda e Júnior.

Ao meu príncipe Pedro Henrique, minha princesa Marina, e ao meu esposo Pedro, pelo apoio, compreensão e carinho em todos os momentos, principalmente os de ausência.

Ao meu querido Orientador Waldemar, pela disponibilidade, paciência, amizade e profissionalismo ao partilhar os conhecimentos ao longo deste trabalho.

Aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação e defesa, Ana Clara, Maria Cecília e o suplente Marco A. Pratta, enriquecendo este trabalho com suas preciosas orientações e contribuições.

Aos colegas educadores do Município de Descalvado, em especial a Professora Rute Maria Pozzi Casati e ao Professor Hélcio Machado Júnior, atual secretário da educação do município de Descalvado, pela oportunidade e apoio. Destaco ainda a diretora da escola pesquisada, Eliane Marcatto Silva e sua coordenadora Terezinha H.S Tessarin, pelo acolhimento e informações que contribuíram para enriquecer e acontecer do trabalho.

A todos os amigos que amo, pelo companheirismo e amizade nos momentos de angústia e conquistas.

RESUMO

O diretor de escola como articulador de conhecimento, utilizando como um dos instrumentos o projeto político pedagógico para a formação dos seus professores no cotidiano escolar, constituiu-se no objeto de estudo desta dissertação. O trabalho teve como objetivo proporcionar uma reflexão do papel do diretor, como ele pode organizar o espaço escolar e os tempos destinados à formação, discussões e troca de experiências, como o H.A.C. (horário de atividade coletiva) e os conselhos de classe e série, para gestão de conhecimento e formação docente. No plano empírico, procurou-se observar no ano de 2004 a diretora, a coordenadora, os professores e, conseqüentemente, os alunos da escola Municipal de Ensino Fundamental a EMEF "Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha" através da análise dos rendimentos escolares apresentados em atas. Definido o estudo desta escola acerca do objetivo inicial proposto, decidiu-se pela utilização da investigação do estudo de caso, que permitiu, através da entrevista com a diretora da escola observada, da análise de documentos e acontecimentos dentro da escola ao longo da pesquisa, um aprofundamento em função dos espaços de formação como as horas de atividades coletiva, reflexões dos quatro conselhos de classe e série, análise das atas desse conselhos e como resultado, o professor foi posicionado como objeto e sujeito da sua formação, tendo como destaque três competências: o saber relacionar e saber relacionar-se, o saber organizar e saber organizar-se e o saber analisar e analisar-se, tendo o diretor de escola efetivamente de papel fundamental neste processo.

Palavras-chave: Diretor de Escola, Projeto Político Pedagógico, Formação no Cotidiano Escolar.

ABSTRACT

The school manager as knowledge articulator, using as one of the instruments the Politic Pedagogic Project to formation of your teachers in the school daily, it is the study object of this work (dissertation). The work has as objective to proportion a reflection about of the manager function, as he can organize the school space and the times to formations, discussions and experience exchange as: H.A.C. (Time to Collective Activity), classroom and grade reunion to knowledge management and teaching formation. In the empiric plan, it searches keeping an eye on the manager, the co-coordinator and the teachers in 2005, and consequently the students of Fundamental teaching Municipal School Teacher Francisco Fernando Faria da Cunha, through of school revenue presented in reports. Limited the study of this school about of the initial delegate objectives, it decided utilization of the case study investigation that will permitted through of the interview with the observed school manager of the analysis of documents, occurrences in the school during the searching, a deepening respecting of formation places as Collective Activities Hours, reflection about four classroom and grade reunion, analyze of reports of these reunions and as result, the teacher was positioned as object and agent of your formation, having as eminence three competences: to know relating and to know relating yourself, to know organizing and to know organizing yourself, to know analyzing and to know analyzing yourself; having the school manager effectively as principal character in this process; that is; a reflexive teacher, constructing your action-reflection according the manager your action and organization in the school daily.

Key-Words: School manager, Politic Pedagogic Project, Formation in the school daily.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Aspectos apontados coletivamente pelos professores, para constituir o projeto político pedagógico 38

QUADRO 2: Calendário de Eventos 40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Situação de trabalho dos professores 50

TABELA 2. Formação dos Professores - nível médio 50

TABELA 3. Formação Superior 50

TABELA 4. Ano de ingresso dos professores na atividade docente 51

TABELA 5. Ano de ingresso dos professores na EMEF Prof. Francisco F.F. da Cunha.....51

TABELA 6. Cursos de Formação realizados nos últimos três anos (2003, 2004, 2005) 51

TABELA 7. Total de matrículas iniciais por salas em 2005.....55

TABELA 8. Alunos dos 1º anos com progressão insatisfatória 55

TABELA 9. Alunos dos 2º anos com progressão insatisfatória 56

TABELA 10 . Alunos dos 3º anos com progressão insatisfatória 56

TABELA 11. Alunos dos 4º anos com progressão insatisfatória 56

TABELA 12. Dificuldades (1º anos manhã) 57

TABELA 13. Dificuldades (1º ano tarde) 58

TABELA 14. Dificuldades (2º ano da manhã) 59

TABELA 15. Dificuldades (2º ano da tarde) 60

TABELA 16. Dificuldades (do 3º ano da manhã)..... 61

TABELA 17. Dificuldades (3º ano tarde) 61

TABELA 18. Dificuldades (4º anos da manhã) ..... .62

TABELA 19. Dificuldades (4º anos da tarde) 63

TABELA 20. Principais dificuldades e ocorrências associada ao rendimento insatisfatório ao longo dos quatro bimestres descritos pelas professoras 64

TABELA 21. Principais assuntos abordados nas reuniões de horário de atividade coletiva (H.A.C) no período de fevereiro a dezembro de 2005 69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1:
O estudo de caso sobre o diretor de uma escola municipalizada do Ensino Fundamental do interior paulista.....16

CAPÍTULO 2:
O diretor de escola..... 20

CAPÍTULO 3:
Projeto Político Pedagógico como instrumento de ação..... 32

CAPÍTULO 4:
A organização escolar como espaço de formação docente 44

4.1 Um olhar na escola e no diretor da escola 46

4.2 Um olhar sobre os professores 49

4.3 Um olhar sobre a equipe escolar e seus saberes acadêmicos 50

4.4 Um olhar os alunos sob o olhar de seus professores 54

4.5 Um olhar nas práticas formativas na unidade escolar 66

CAPÍTULO 5:
Formação dos professores no cotidiano escolar..... 78

CONSIDERAÇÕES FINAIS 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 90

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR.....94

APÊNDICE 96

APÊNDICE A - Entrevista com a diretora da EMEF Professor Francisco Fernando Faria da Cunha 96

ANEXOS 99

ANEXO A - Projeto Político Pedagógico de 2005 da EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha 100

ANEXO B - Lei de Plano de Carreira Municipal: Lei nº2359,15/12/2003..... 153

ANEXO C - Regimento Escolar da EMEF Professor Francisco Fernando Faria da Cunha.....186

ANEXO D - Requisitos de admissibilidade e Rol de Atribuições.....206

ANEXO E - Lei nº 1314/93 de 4 de maio de 1993. Dispões sobre a criação, funções e organização da procuradoria geral do Município de Descalvado 207

ANEXO F - Registro e controle de rendimento escolar da EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha 209

INTRODUÇÃO

A idéia de elaborar uma dissertação sobre o diretor de escola e o seu papel na formação de professores tendo como objeto de ação o projeto-político-pedagógico surgiu de um leque de questões profissionais relacionadas ao percurso da formação como educadora e na observação e convívio com os demais colegas na educação. Como monitora de creche, professora na Educação Infantil e professora nos primeiros anos de Ensino Fundamental, surgiram as primeiras questões, dentre elas, a disponibilidade de materiais pedagógicos básicos, necessários para a realização de alguma atividade diferenciada (se eu não utilizasse recurso próprio não conseguiria desenvolvê-la) com os alunos. Quem deveria garantir esses recursos pedagógicos? Quem e como alguém poderia me auxiliar na elaboração das atividades de ensino? Que tipo de parcerias poderia estabelecer para este fim?

Nos anos seguintes a esta experiência como professora, passei a atuar como coordenadora pedagógica e depois como diretora de escola por dois anos. Nesta nova situação, não havia o sentimento de satisfação em ficar na superfície, apenas vendo e apontando esses ou aqueles problemas mais evidentes, fato comum no comportamento de quem está em posição de direção. Tornou-se necessária, nesta circunstância, a reflexão a respeito da influência do diretor de uma instituição sobre seu papel e sua contribuição para a formação dos profissionais que lhe são confiados – em especial os professores. Surge então a idéia de realizar um estudo sobre essas questões, principalmente pesquisá-las no município onde atuo e que, segundo educadores que por aqui passam, possui uma educação de qualidade, tendo sido um dos pioneiros no processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo.

Proponho-me realizar uma dissertação que contribua de maneira efetiva para a reflexão sobre como acontece a gestão do diretor de uma escola municipal de ensino fundamental do Município de Descalvado: sua articulação na construção do projeto-político-pedagógico, neste projeto o lugar da formação do professor no cotidiano da escola; isto é, no conjunto das ações planejadas coletivamente, como a questão da formação continuada do professor acontece no cotidiano escolar.

É um fato que as escolas não mudam, não renovam suas práticas sem o empenho dos professores; estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham, que também não mudam sem uma direção firme a atuante. O desenvolvimento

profissional docente tem que estar articulado com as escolas e seus projetos político-pedagógicos.

> A formação contínua deve ser concebida como um dos componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura, aqui e agora, dos melhores percursos para a transformação da escola (NÓVOA, 2002, 60).

Portanto, faz-se necessário um olhar diferenciado: o profissional da educação, o professor e o diretor devem responder aos desafios e transformações, utilizando os recursos existentes no interior da escola e dos sistemas educacionais. Reconhecer a importância da figura do diretor para a viabilização da ação pedagógica parece ser pertinente para possíveis constatações e indicadores para políticas educacionais em âmbito municipal e tomada de decisões em contextos problemáticos. Qual é o papel do diretor de escola na formação continuada dos professores? Frente a esta questão, o intuito é proporcionar, neste trabalho, uma reflexão a partir do cotidiano de uma escola fundamental municipalizada procurando verificar o lugar que o diretor ocupa no planejamento e desenvolvimento do projeto da escola e das atividades que realiza, dando foco à questão da formação docente. Para tentar obter respostas a estas inquietações procurou-se construir um caminho que estabeleceu a estrutura desta dissertação.

No Capítulo 1 deste trabalho, apresentamos a metodologia utilizada para a pesquisa, o estudo de caso, com o pressuposto que de que o conhecimento não é algo acabado, mas sim uma construção que se faz e refaz constantemente. Assim foi possível por meio deste método observar reuniões, dados do início e final do ano letivo e utilizá-los como fontes de descobertas de novos dados, suposições e hipóteses. Além dos levantamentos bibliográficos, foram também realizadas entrevistas abertas, devidamente registradas, observação *in loco* e análise de documentos existentes na unidade escolar, os quais ficaram no anexo para que possam também servir de subsídios e contribuições para o aprofundamento das questões estudadas em outras pesquisas.

O Capítulo 2 traz uma reflexão teórica sobre a gestão escolar, a questão das competências profissionais do diretor de escola, assim como a importância do seu papel na formação continuada dos profissionais da escola, garantida pela forma de organização administrativa da unidade escolar. Algumas reflexões tornam-se pertinentes como: Será que o diretor é somente um agente da burocracia? Assim como o coordenador pedagógico, ele deve ter um olhar diferenciado junto ao professor? A estrutura da escola garante espaço facilitador para o diretor proporcionar processos de atuação efetiva?

A resposta a essas primeiras inquietações vem através da discussão, no Capítulo 3, sobre o projeto-político-pedagógico, como instrumento de organização e de ação coletiva necessária para articular o conhecimento e as práticas vividas nos espaços escolares. Investigar a operacionalidade do projeto político pedagógico no ambiente escolar foi o primeiro passo para compreender a importância ou não da presença do diretor, da forma como o diretor está presente no cotidiano escolar, na formação dos professores.

Compreendendo ser também necessário discutir a organização escolar como espaço de formação docente, isto é, as ações articuladas do projeto político pedagógico da escola e o pensar da formação dos professores no cotidiano escolar, é no Capítulo 4 que enfocamos esta questão. Assim, no capítulo 5, finalizamos a pesquisa elaborada, mas, inicia-se a discussão sobre a formação de professores e o entendimento desta nova exigência que requer, de todo diretor de escola, pensar com novos olhares os professores que lhe são confiados, para que os problemas que emergem das salas de aula sejam olhados e investigados como situações possíveis de serem resolvidas, fontes de uma organização e de práticas escolares rumo a uma educação de qualidade.

CAPÍTULO 1

O ESTUDO DE CASO SOBRE O DIRETOR DE UMA ESCOLA MUNICIPALIZADA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO INTERIOR PAULISTA

A presente pesquisa que teve como foco o diretor e uma escola do município de Descalvado-SP, foi desenvolvida a partir de março de 2004 na escola municipal de ensino fundamental "Professor Francisco Fernando Faria da Cunha", inicialmente a partir de observações, conversas informais e coletas de documentos junto à direção da escola. Porém de forma mais sistemática, a partir de uma primeira visão construída sobre a escola, com um foco de pesquisa mais claro e também com objetivos mais claros, a pesquisa se deu a partir de 2005, com coleta dos dados empíricos. A organização, análises, interpretações dos dados e redação, tendo em vista a elaboração da dissertação, ocorreu no decorrer de 2006.

Como já assinalado, o interesse neste tipo de pesquisa foi fruto da minha prática docente e da minha experiência como diretora de escola que aturaram como provocadores na busca de estudar a gestão de uma escola pública, municipalizada de Ciclo I (1ª a 4º série). O método utilizado se caracteriza como um estudo de caso. Este é considerado como um estudo que se desenvolve em uma situação natural sendo rico em dados descritivos. Além disso, o mesmo apresenta um plano de trabalho aberto, flexível, focalizando a realidade a ser estudada de forma complexa e contextualizada. Porém, como apontam Lüdke e André (1986), muitos estudos de caso em educação são qualitativos e outros não, sugerindo, que não obstante este tipo de estudo seja essencialmente descritivo, ele não descarta o uso de dados quantitativos. Estas autoras destacam também algumas características fundamentais no estudo de caso: a descoberta, a interpretação em contextos, a retratação da realidade de forma completa e profunda, a possibilidade de uma variedade de fontes de informação, "as generalizações naturalísticas", representação de pontos de vista diferentes e, às vezes, conflitantes presentes numa situação social; e por fim, os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outras formas de pesquisa. Para Bogdan e Biklen (1994) o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.

A opção por esse método de pesquisa se deu por ser a melhor técnica para retratar o cotidiano escolar, oferecendo elementos para uma melhor compreensão de uma situação extremamente complexa e cambiante.

Nestes tipos de estudo, a melhor técnica de coleta de dados consiste na observação participante e o foco do estudo centra-se numa organização particular (escola). Uma das dificuldades dos estudos de caso é a mudança constante de matéria subjetiva. Quando acontece algo de novo que possa ser interessante, aumenta a tentação de redefinir os objetivos e continuar o estudo. Embora este tipo de estudo exija que o pesquisador seja flexível, para fazer a análise de resultados e completar o estudo é preciso definir um ponto final (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Utilizam-se além dos levantamentos bibliográficos, entrevistas abertas registradas, juntamente com a observação e análise de documentos existentes na unidade escolar, os quais ficaram no anexo para que possam também servir de subsídios e contribuições para o aprofundamento das questões estudadas em outras pesquisas.

Devido estar inserida na rede municipal de ensino, agora não mais como diretora, mas como professora, este estudo, mais do que um estudo em si, mais do que investigar uma escola de forma a revelar a multiplicidade de dimensões presentes na gestão escolar, significa buscar novas respostas e novas questões no desenvolvimento do meu trabalho como educadora, que vai além dos limites da sala de aula, que muitas vezes confinam o professor.

Todas as escolas do ensino fundamental do Ciclo I (1ª a 4ª série) em Descalvado são municipalizadas. São cinco escolas no total, sendo que em todas a ocupação do cargo de diretor de escola se dá por indicação; nenhum diretor é efetivo, são todos designados. A escolha da escola para a realização desta pesquisa foi pelo fato de ser considerada pela comunidade e pelos educadores uma boa escola, uma escola de qualidade. Embora seja difícil verificar concretamente este fato, uma indicação importante é que esta escola apresenta uma grande procura de matrícula para o primeiro ano de crianças que não residem no bairro onde está localizada; outra indicação importante são os bons resultados obtidos nos índices de avaliações externas realizadas nesta escola no ano de 2000, ocasião em que ocupava, por designação, a função de coordenadora pedagógica. Infelizmente a escola não possui nenhum documento que registre estes dados a nível comparativo com as escolas do município ou com outros municípios. São notas isoladas que demonstram altas notas ou menções satisfatórias.

Durante a pesquisa, os procedimentos foram baseados nas características que Lüdke e André (1986) enfatizam:

a) escolha da metodologia adotada, de forma aberta e exploratória;

b) identificação de aspectos relevantes à pesquisa e sobre a escola escolhida;

c) identificação e contextualização da unidade escolar a ser pesquisada, juntamente com todos os recursos humanos existentes na unidade escolar no ano de 2005;

d) coleta de dados;

e) participação e observação nos espaços e tempos de reuniões como conselhos de classe e série e HAC (horário de atividades pedagógica);

f) análise e interpretação sistemática dos dados.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa destacamos os seguintes aspectos:

1) Coleta de dados

Não houve nenhum problema de recepção ou recusa de informações, tanto em termos da Secretaria da Educação, como da direção da escola, sempre disponíveis e dispostos a fornecer todo material solicitado.

2) Análise de documentos

- Atas de conselhos de Classe e Série e perfil de cada série elaborados pelas professoras;
- Atas dos Horários de Atividades Coletivas;
- Plano Gestor da EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha;
- Regimento escolar;
- Lei nº 2359, de 15 de Dezembro de 2003 - Dispõe sobre instituição do plano de carreira e de remuneração do magistério público municipal, em substituição à lei municipal nº 1725 de 10 de fevereiro de 1998;
- Lei nº 1314/93 de 4 de maio de 1993 - Dispõe sobre a criação, funções e organização da procuradoria geral do município e dá outras providências.

3) Entrevistas

Foram realizadas duas entrevistas: uma aberta, com a diretora, para explorar a hipótese sobre a importância do papel do diretor de escola como articulador do projeto-

político- pedagógico, em uma escola considerada de boa qualidade. A outra foi informal (diálogo), com a coordenadora pedagógica da escola para identificar a veracidade das etapas de elaboração dos documentos redigidos, na sua maioria, por ela.

Todo esse processo possibilitou chegar a uma compreensão maior e mais completa sobre o diretor de escola, o projeto-político-pedagógico e a formação de professores, na EMEF Profº Francisco, mas também abrir parâmetros para as demais escolas municipalizadas que serão apresentados ao longo deste trabalho, iniciando pelo diretor de escola.

CAPÍTULO 2

O DIRETOR DE ESCOLA

Reconhecer a figura do diretor de escola como fator essencial para implantação e desenvolvimento das ações necessárias a transformações do cotidiano escolar, revelando sua importância, seu papel de diretor na escola e sobre suas atribuições, focalizando como este lida com a questão do conhecimento na escola e a formação dos professores no cotidiano escolar, em meio a tantos afazeres, é o objetivo a ser alcançado neste capítulo.

Na escola, o diretor tem uma posição hierárquica peculiar; é ele quem responde por todos os acontecimentos na instituição; o diretor está na escola para dirigi-la, ser líder, é a alma da escola. Sua ação mostra-se fundamental, na constituição das relações e das ações que constituem o ambiente escolar. A partir desta necessidade de compreender o diretor de escola, tomemos para análise alguns aspectos das ações de um diretor de escola do interior paulista .

No município de Descalvado, cidade do interior do estado de São Paulo com pouco mais de trinta mil habitantes, desde 1995, atentos à tramitação da Ementa Constitucional nº 14 (que aprovada, regulamentaria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF) e preocupados em garantir sua autonomia na gestão dos recursos vinculados à educação, a Secretaria da Educação com o convênio entre Estado e município, iniciou o processo de Municipalização. Assim, em 1998, as escolas das séries iniciais foram municipalizadas. Na época a Secretária da Educação Municipal, era a professora Rute Maria Pozzi Casati, também conselheira no Conselho Estadual da Educação, a qual acabou por ficar como Secretária da Educação por doze anos. Quanto aos recursos financeiros, era visível o investimento nas instalações e na parte física das unidades escolares. E, em dezembro de 2001, Descalvado encerrou o processo da municipalização, tendo a totalidade do Ensino Fundamental do Município. Este é o contexto das escolas no município; a descentralização com a municipalização do ensino possibilitou uma maior autonomia dos diretores no gerenciamento dos recursos financeiros e na elaboração do Projeto Pedagógico da escola.

O discurso oficial no município era o de melhorias das condições materiais; mas e as pedagógicas e as de relações humanas?

As escolas municipalizadas de impacto tiveram garantidas suas estruturas físicas e materiais, mas do outro lado o professor e o diretor constituindo a estrutura social da escola; com dinheiro haveria, uma suposta autonomia para a garantia de formação, responsabilização e participação democrática.

A escola pesquisada foi municipalizada desde 1996. Diante deste contexto é que se reconhece a figura deste diretor de escola. Tentar-se-á, através do diretor, observar e reconhecer a figura do diretor à viabilização da ação pedagógica que nos parece ser pertinente para possíveis constatações e indicadores nas tomadas de decisões em contextos problemáticos. Será que estas questões estão sendo garantidas? Como os diretores estão articulando todas essas relações? Qual é o papel do diretor de escola?

A abrangência do papel, a função do diretor, atribuições e competências no cotidiano escolar, implica certa complexidade. A função atual do diretor exige mais do que prevê um simples rol de determinações legais. Segundo Lima (1992) ser diretor exige um compromisso no âmbito de suas atividades, mudança de paradigmas, sensibilidade para as demandas sociais.

Apontar, mesmo que teoricamente, as competências elementares e fundamentais do diretor não é suficiente para explicitar os desafios que se colocam dia a dia para todos aqueles que trabalham na escola, principalmente o diretor. Requer, além de leituras, uma incursão na história da educação e na teoria geral da educação, mas também um olhar diretamente no cotidiano escolar, uma vez que a definição do que seja um diretor de escola está intrinsecamente ligada a esta trajetória no tempo e local.

Ao longo da história da educação, a gestão educacional também passou por significativas mudanças. Observam-se, ao longo da história, idéias diferenciadas desde ao termo administração ou gestão, que Gomes (2006) conclui que entre administração e gestão não existe sinonímia (de sentido), quanto à função do diretor escola: ora como uma autoridade, alguém que personifica a instituição a que pertence, isto é, aquele que representa a escola; ora como um educador, aquele que participa significativamente das atividades-fim de seu estabelecimento de ensino. Neste último, é visto como o articulador da concepção e implementação do projeto-político-pedagógico da escola. Como um administrador, compete ao diretor assumir a liderança para assegurar o alcance dos objetivos propostos pela unidade escolar.

A professora Heloisa Lück traz uma reflexão importante sobre a evolução da gestão educacional, do termo administração para o termo gestão, significando uma mudança paradigmática com importantes implicações práticas. Segundo Lück (2005), a gestão está ligada ao *fortalecimento da democratização do processo pedagógico.* Para ela, a questão surge a partir de problemas globais que demandam ações conjuntas. A idéia de gestão está associada a outras idéias globalizantes, que abrangem as dimensões política, social, transformadora, bem como a dimensão de participação e cidadania. Numa publicação conjunta entre UNESCO e MEC, um artigo de Valerien (1993, 15) afirma que o "diretor é cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da idéia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmos os agentes locais, a maior participação, a maior implicação nas tomadas de decisões".

Assim, o que importa ao longo do tempo não é uma mera substituição de termos ou nomenclaturas. Observa-se que existem escolas com ótima estrutura física, porém, o que ocorre é a falta de articulação do próprio projeto-político-pedagógico da unidade escolar, independente de qualquer terminologia que seja utilizada. Quando Lück (2005) afirma a ação conjunta que deve existir junto aos problemas com que a escola se defronta, afirma também que para a promoção de uma gestão democrática e participativa aconteça, esta requer uma autonomia competente, estabelecendo uma nova ótica do trabalho de direção de ensino.

O termo gestão não pode ser utilizado de forma equivocada como se fosse uma simples substituição ao termo administração. Lück (2005) aponta cinco aspectos que fazem parte da mudança de paradigma, superando o enfoque de administração e construindo o de gestão. Primeiro é o direcionamento do olhar, saindo da ótica fragmentada, para a ótica globalizadora, pois cada um faz parte da organização e do sistema educacional como um todo. Outro aspecto é o da superação da limitação de responsabilidade para sua expansão, isto é, da necessidade de redefinições de responsabilidades e não a redefinição de funções. O terceiro aspecto é a saída da ação episódica, do modo centrado em eventos ocasionais, com rotinas vazias de possibilidades de superação das dificuldades do cotidiano, para a visão de processo contínuo. Outro aspecto é a saída da hierarquização e burocratização para ações coordenadas, que passam pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de todos da equipe escolar. O último aspecto é a mudança da ação individual para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ações coletivas, como um processo de mobilização conjunta promoção dos objetivos educacionais da escola.

Ressalta-se, porém, que mais importante do que as terminologias são as concepções de transformação que estão por trás do que se faz e principalmente como o diretor de escola atua sobre o meio, uma vez que um novo olhar, é sempre desenvolvido para superar o anterior, mantendo sua história, mas fazer surgir e determinar uma nova ótica. Essa consciência nos remete, ao diretor de escola, intimamente ligado a todo esse processo de mudança de paradigma.

É o diretor de escola que como líder, de preferência de perfil agregador, faz convergir as ações que levam à excelência da escola. Na verdade, o dia a dia do diretor conjuga uma série de acontecimentos que apenas os que o vivem sabem dimensionar. Nesse sentido, é que nos afazeres do cotidiano de um diretor de escola, naturalmente ocorrem emergências das mais diversas e diferenciadas situações, que exigem iniciativa e atitudes rápidas e criativas que incorporem uma visão integradora para as possíveis soluções. É preciso entender, primeiramente, que a escola é uma instituição que lida com o saber humano e sua transmissão, sendo a formação docente a base em que se assenta a ação educativa da escola. O elemento humano é o grande protagonista desta história, sendo assim sujeito há variáveis e mudanças.

Administração Escolar, com as Leis 5540/68 e 5692/71, esteve sedimentada na Teoria da Administração inspirada nos modelos de empresas. Durante a década de 70, o funcionamento das escolas oficiais do Estado de São Paulo pautou-se pelas Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e Normal (Decreto no 47.404/66), pelo Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1o grau (Decreto no 10.623/77) e pelo Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2o grau (Decreto no 11.625/78).

No período de 1984 a 1987 houve uma fase de transição consoante com as circunstâncias políticas pelas quais o Brasil passava, ainda sob a vigência da Lei nº. 5692/71. Nesta, a direção da escola é dominada pela concepção de administração escolar como organização empresarial.

A partir de 1988, com a ênfase na gestão democrática dada pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e consolidada na lei 9394/96 (LDB), a concepção de administração escolar entra em outra fase, na qual se intensificam as discussões sobre autonomia, descentralização, participação, gestão compartilhada, enfim, a democratização da gestão na escola pública.

O diretor escolar é chamado a articular o projeto educacional da escola sob sua responsabilidade, liderando todo esse processo. A mudança de paradigma na gestão escolar é marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas,

participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos em que todos os envolvidos no processo educativo interagem, estabelecendo alianças, redes e parcerias.

Se nos anos 60 e 70 o diretor de escola era chamado a desempenhar funções administrativas, comparáveis às do administrador de empresas; hoje o diretor de escola é convocado a assumir seu papel político frente aos desafios demandados pelo seu cargo e pelas diferentes imagens organizacionais da escola. E esses desafios são grandes, pois o diretor deve cumprir o seu papel de articulador entre as diretrizes políticas emanadas dos órgãos centrais e a realidade escolar imbuído de compromisso ético e político para com esta comunidade que espera dele ações que viabilizem o projeto educativo de uma escola comprometida com o sucesso de seus alunos.

Com todo esse avanço e os paradigmas tradicionais se modificando, o diretor precisa dar conta deste conturbado mundo novo, ter a competência de gerir a complexidade, interpretar as informações de um mundo em mudança, garantir a autonomia da escola, atendendo às necessidades sociais e criando vínculos com a comunidade.

Neste contexto, destacam-se as novas competências que o diretor de escola pública precisa evidenciar. Em publicação de 2001 do jornal do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, a "UDEMO" (União de Diretores do Magistério Oficial do Estado de São Paulo) que congrega os dirigentes escolares da Secretaria Estadual de Educação, detalha as competências do diretor de escola.

Em decorrência ao grande número de exemplares existentes em todas as escolas municipais de Descalvado das publicações da UDEMO, a circulação deste jornal entre os diretores, tomando-o como referencial para algumas ações organizacionais e pela importância da entidade, as idéias contidas nesta publicação são aqui transcritas.

Competências do Diretor de Escola Pública, Previstas em Lei:

1. Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores;
2. Transmitir aos seus subordinados a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos;
3. Opinar e propor medidas, que visem ao aprimoramento da sua área;
4. Estimular o desenvolvimento profissional dos servidores subordinados;

5. Expedir determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;
6. Manter ambiente propício ao desenvolvimento dos trabalhos;
7. Avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições e competências de qualquer servidor subordinado;
8. Providenciar a instrução de processos e expedientes, que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se, conclusivamente, a respeito da matéria;
9. Decidir sobre recursos interpostos contra despacho de autoridade imediatamente subordinada, desde que não esteja esgotada a instância administrativa;
10. Indicar seu substituto, obedecidos aos requisitos de qualificação inerentes ao cargo;
11. Apresentar relatórios sobre os serviços executados pelas unidades subordinadas;
12. Dar exercício aos servidores classificados na unidade administrativa sob sua subordinação;
13. Conceder período de trânsito;
14. Controlar a freqüência diária dos servidores diretamente subordinados;
15. Decidir, atendendo às limitações legais, sobre os pedidos de abono ou justificação de faltas ao serviço;
16. Conceder o gozo de férias aos subordinados;
17. Definir a linha de ação a ser adotada pela escola, observadas as diretrizes da administração superior;
18. Aprovar o Plano Gestão e encaminhá-lo à Diretoria de Ensino para homologação;
19. Autorizar a matrícula e transferência de alunos;
20. Atribuir classes e aulas aos professores da escola, nos termos da legislação;
21. Estabelecer o horário de aulas e de expediente da Secretaria e da biblioteca;
22. Assinar, juntamente com o Secretário, todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos expedido pela escola;
23. Conferir certificados de conclusão de série e de grau;
24. Convocar e presidir reuniões do Conselho de Escola e do pessoal subordinado;
25. Presidir solenidade e cerimônias da escola;
26. Representar a escola em atos oficiais e atividades da comunidade;
27. Aprovar regulamentos, estatutos de outras instituições auxiliares, que operam no estabelecimento;
28. Submeter à apreciação do Conselho de Escola matéria pertinente à deliberação do colegiado;
29. Aplicar as penalidades de acordo com o regimento da escola;

30. Decidir sobre recursos interpostos por alunos ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar;

31. Responder pelo cumprimento, no âmbito da escola, das leis, regulamentos e determinações, bem como dos prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pelas autoridades superiores;

32. Expedir determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;

33. Delegar competências e atribuições a seus subordinados assim como designar comissões para execução de tarefas especiais;

34. Decidir sobre petições, recursos e processos de sua área de competência, ou remetê-los, devidamente informados, a quem de direito, nos prazos legais, quando for o caso;

35. Apurar ou fazer apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento;

36. Dar posse e exercícios a servidores classificados na escola;

37. Conceder prorrogação de prazo para posse e exercício de servidores, observadas as disposições específicas da legislação em vigor;

38. Aprovar escala de férias dos servidores da escola;

39. Autorizar retirada de servidor durante o expediente;

40. Propor a designação ou dispensa de servidor para funções de: Vice-Diretor de Escola, Coordenador, Secretário de Escola e Zelador (indicação);

41. Designar docente para as funções de Professor Coordenador e Professor Conselheiro de Classe da escola;

42. Aplicar, aos servidores subordinados, pena de repreensão e de suspensão limitada a oito (8) dias;

43. Determinar a instauração de sindicância;

44. Convocar pessoal docente para optar por jornada de trabalho nos termos da legislação pertinente;

45. Propor a admissão de funcionário ou servidor;

46. Indicar o pessoal considerado excedente;

47. Conceder prorrogação de prazo para exercício dos funcionários e servidores;

48. Propor, quando for o caso, modificações nos horários de trabalho dos funcionários e servidores;

49. Conceder licença, a funcionário e servidor, compulsoriamente, como medida profilática;

50. Cumprir ou fazer cumprir os prazos para encaminhamento de dados, informações, relatórios e outros documentos aos órgãos do Sistema e garantir a qualidade dos mesmos.

Além das competências legais, o Diretor realiza as seguintes atividades:

1.Encaminha ofícios aos órgãos públicos e privados;
2. Fiscaliza as atividades de todos os funcionários, docentes e alunos;
3. Confere a folha de pagamento do pessoal da Unidade Escolar;
4. Observa o livro-ponto;
5. Observa a merenda escolar;
6. Verifica o funcionamento da APM e do Conselho de Escola;
7. Confere, mensalmente, prestação de contas das verbas públicas;
8. Observa o funcionamento da cantina escolar;
9. Mantém contatos com empresas, igrejas, hospitais, postos de saúde, fóruns, conselhos tutelares, telefonia, energia elétrica e comércio em geral;
10. Organiza reuniões com alunos, pais, professores, conselhos de série e classe, HTPCs, Professor-Coordenador, área de estudos, funcionários e comunidade em geral;
11. Verifica os diários de classe dos docentes;
12. Acompanha a execução do Projeto Pedagógico da U.E;
13. Dirige-se à Diretoria de Ensino, à Prefeitura, às Secretarias Municipais e órgãos da comunidade escolar;
14. Atende às questões disciplinares dos alunos, funcionários e docentes;
15. Atende, acompanha ou delega os casos de emergência de saúde dos alunos, professores e funcionários;
16. Atende, diariamente, aos alunos e aos pais;
17. Verifica as questões de pedido de matrículas;
18. Toma providências urgentes em relação a reparos da parte física do prédio escolar, tais como: vazamentos de água, quebra de torneiras, vasos sanitários, lâmpadas e outros;
19. Organiza a "busca" dos alunos evadidos;
20. Atende aos telefonemas de pais, dos órgãos públicos e privados e da comunidade em geral;
21. Atende aos docentes nas mais diversas situações diárias;

22. Participa de reuniões com órgãos públicos estaduais, municipais, privados e comunidade em geral, sempre que o assunto é de interesse educacional;

23. Faz comunicado para os alunos e pais;

24. Confere e assina documentos diariamente;

25. Encaminha, para setores organizados oficiais, casos de problemas específicos de alunos que precisam, juntamente com a família, de ajuda e/ou orientação econômica, psicológica, moradia e saúde;

26. Organiza a U.E. nas ausências de funcionários e docentes;

27. O diretor precisa ter capacidade de diálogo constante com a comunidade intra e extra-escolar;

28. O diretor, imprescindivelmente, deve facilitar a interação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar (interna e externamente);

29. O diretor deve mediar os conflitos, sempre colocando o diálogo como ponto básico;

30. O diretor, além das decisões próprias, deverá dividir atribuições comuns e responsabilidades, tendo em vista a melhoria do padrão de qualidade da aprendizagem dos alunos e, portanto, da educação como um todo;

31. Extremamente importante é a atuação do diretor voltada para a participação coletiva da comunidade escolar - funcionários, professores, alunos e pais em relação ao papel da escola;

32. O compromisso para o exercício de seu cargo, com as competências e atribuições inerentes ao mesmo, acompanhados da responsabilidade de um líder voltado para a comunidade, seguramente terá uma gestão articuladora que promoverá a qualidade da educação e a cidadania correspondente;

33. A proposta pedagógica de cada unidade escolar, num processo onde o diretor interage como um agregador de idéias e sugestões, possibilitando uma gestão nova, eficiente e ativa.

Como se vê, o documento da UDEMO especifica as competências e atividades do diretor de escola em um verdadeiro emaranhado, que somente um "super-homem" pode realizar. Contudo, apenas no item 33, o documento faz destaque ao projeto pedagógico e ao papel do diretor "como agregador de idéias". Neste sentido, em que pesem os debates sobre o assunto e a indefinição do papel do diretor; predomina neste documento uma visão burocrática do diretor; já aqueles referentes ao papel do diretor como articulador no processo da gestão escolar e da construção do projeto pedagógico, não aparecem com a devida ênfase, em se tratando de uma instituição como a UDEMO.

Na escola EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha, no município de Descalvado, a Lei nº. 1314/93, de 4 de maio de 1993 (Anexo B) dispõe sobre as funções e

organização dos cargos existentes no município; este trata dos requisitos para admissão e rol de atribuições do cargo de Diretor de escola. A lista de atribuições constantes neste documento, apresentam um caráter mais geral e não se nota nada diferente da publicação anteriormente citada. A forma como é tratada as atribuições para o diretor parece-nos ir na contra mão de uma escola que deva ter na figura de seu diretor uma cultura organizacional democrática e não burocratizada.

Diante dessas atividades e competências do diretor, seja no ontem ou no hoje, é certo que este tem uma série de desafios a enfrentar, até porque ele ocupa um lugar peculiar dentro da escola, não havendo receitas milagrosas ou vara de condão, que com um simples toque tudo se transforme. Sua ação mostra-se fundamental para as ações educativas integradas no ambiente escolar, com ações mais complexas, mais amplas, não se contentando apenas com uma definição superficial como a de que o diretor está na escola apenas para dirigir como responsável pela burocracia da unidade escolar, deixando para o coordenador pedagógico as questões pedagógicas. A escola como organização pode possuir várias dimensões ou imagens, como burocrática, política, democrática, social, pedagógica e outras, assim não dá para dividir simplesmente em função burocrática e pedagógica as atribuições para o diretor, simplesmente porque não há divisões, as ações funcionam como um espiral em elos, tudo faz parte do todo.

Conforme já discutido, atualmente o diretor de escola é cada vez mais obrigado a levar em consideração as mudanças sociais, a democracia como forma de governo e administração, as necessidades de incorporar a dimensão pedagógica da administração escolar. Administrar está vinculado à gestão, que está vinculada à democratização do processo pedagógico e a participação de todos nas decisões, na efetivação das ações e no compromisso coletivo nos resultados educacionais pretendidos.

Assim, a unidade escolar como um local de construção e transmissão de conhecimento, de ensino e a aprendizagem, onde os indivíduos que nela estão possam efetivamente aprender. Aprendizagem não se limita apenas ao aluno, mas inclui também o professor, e para que este processo de aprendizagem do professor se concretize como dimensão significativa do projeto pedagógico, apresentam-se como aspectos fundamentais para a observação e análise da realidade de uma escola municipal de ensino fundamental do município de Descalvado, a escola Professor Francisco Fernando Faria da Cunha.

No plano empírico, portanto, houve a necessidade de se ter no primeiro momento um contato direto com a diretora da escola, na escola há oito anos, indicada pelo Secretário da Educação e pelo prefeito municipal. Houve uma entrevista com a mesma, para indagar quais eram os motivos que ela alegava ao fato da comunidade local considerar a “sua”

escola como uma ótima escola; se esta percepção positiva da escola pela comunidade escola tinha a ver com sua gestão.

Ao perguntar à diretora se ela considerava a escola como uma boa escola respondeu:

> Eu acho que ela é considerada uma boa escola por que ela tem uma equipe profissional dentro dela; desde diretor, coordenador, docentes, discentes, e mesmo os funcionários que montam e que juntam com tudo isso uma equipe (...), pois eu a considero uma escola boa, porque aqueles que estão aqui dentro se não são se tornam comprometidos com aquilo que fazem.

Essa fala da diretora de escola revela algumas questões significativas: o trabalho coletivo, a questão profissional e o comprometimento e a idéia de valorização de todos. Estas questões são coerentes com a afirmação de que a "ação do diretor mostra-se fundamental, igualmente, na constituição da rede de relações e ações que constitui o tecido sócio-institucional, no qual o aluno se insere" (LIMA, 1992, 118).

Para a diretora, o principal aspecto para sua escola ser considerada boa é o trabalho coletivo, a questão profissional, o comprometimento e a idéia de valorização de todos. Durante as observações no ano de dois mil e quatro e dois mil e cinco, realmente a diretora levava muito a sério essas questões, centrando várias vezes sua fala nessas idéias. Sua rotina e exigência referente a horários nos chamaram a atenção. Ela sempre estava presente em tudo., um exemplo: chegava antes do horário da entrada do período da manhã e tarde recepcionando-os e acompanhando a entrada para a sala de aula. É certo que são as ações que geram as mudanças. O diretor deve gerenciar essas questões apresentadas com autonomia afim de que passe de diretor "faz tudo" a dirigente capaz de contribuir para formar, na escola, um coletivo e que sempre haja a consciência de que os resultados obtidos foram decorrentes desta visão e construção coletiva. Para terem êxito estas ações devem ser fruto de um trabalho coletivo gerenciado pelo diretor. Isto não significa que mais uma vez o diretor seja responsável por tudo na escola, mas que este articule ações que organizadas redirecionem outras ações no âmbito da escola. Com esta possibilidade, a ação administrativa fica respaldada na ação participativa, o diretor toma assim o seu papel de educador na liderança do processo educativo.

O processo da gestão não ocorre espontaneamente, é necessário que ela seja provocada, isto é, vivida e aprendida no cotidiano escolar. Com ações democráticas, o diretor sai do posicionamento do autoritarismo e poder centralizado, fortalece a construção de uma gestão comprometida com o trabalho pedagógico e, conseqüentemente, com a melhoria do ensino e da aprendizagem.

É preciso, pois, a partir de um outro paradigma de administração escolar que enfatiza a gestão democrática, a construção participada do projeto da escola, o aperfeiçoamento do seu pessoal, apreender as características da escola em questão, e verificar em que medida tais características estão nela presentes, indicativas de uma escola de qualidade.

CAPÍTULO 3

O PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO

A escola é uma organização e como tal precisa ser administrada. Porém, como ponto de partida para esta discussão, devemos considerar que a administração da escola está fortemente associada à questão do projeto pedagógico. Historicamente, a administração da escola tem oscilado entre a burocracia, a tecnocracia, o gerenciamento de verbas, a centralização, em detrimento de uma prática democrática assentada em um projeto construído participadamente.

Para este propósito, é útil considerar o que é uma escola. Alves (2003, 25) afirma que a escola é:

> uma organização específica de educação formal, marcada pelos traços da sistematicidade, seqüencialidade, contato pessoal direto e prolongado e pelo interesse público dos serviços que presta e que certifica os saberes que proporciona.

Na prática dessa ação administrativa, há de se considerar o processo da construção de conhecimento, valores, metas e prioridades a serem coletivamente estabelecidas pela escola. Assim surgem perguntas sobre como organizar ou articular um trabalho na direção de uma educação em uma sociedade com profundas diferenças sociais e passando por muitos processos de mudanças nas diferentes áreas: ética, política, econômica, religiosa e educacional. Neste contexto, é imprescindível que a escola discuta alternativas que assegurem caminhos e possibilidades para que o conhecimento aconteça e a criança aprenda o fundamental para sua inserção social. Certamente, a construção deste caminho passa pelo projeto pedagógico da escola e pela atuação do seu diretor.

Com isto a idéia que se pretende defender neste capítulo é a que é possível através das mediações do diretor de escola, enquanto componente mesmo do projeto-político-pedagógico, organizar e gerenciar os conhecimentos e as práticas, dentro da unidade escolar, tornando eficaz a qualidade do trabalho principalmente do professor.

Referindo-se à idéia de projeto, Freire (1997, 17) afirmou:

> Não seria possível, tanto no plano pessoal, quanto no coletivo, escapar ao sonho visto não como alucinação ou fantasia, mas sonho como projeto, como vontade de

> construir o novo, o não existente, como ação efetiva de tornar realidade o desejo de muitos. (...) O projeto é a marca da liberdade humana de querer mudar e transformar a realidade cultural e social existente em oposição.

Sem dúvida, é importante e necessário para a escola como organização educacional, construir o seu projeto e, sobretudo, transformar as idéias em práticas.

"Qualquer que seja o nível organizacional em que os atores se situem todos tomam decisões. Certamente que haverá decisões específicas e especializadas sobre determinados objetos e haverá também atores que ocupam uma parte significativa do seu tempo a decidir" (ALVES, 2003,41).

A construção do projeto-pedagógico focado no planejamento participativo, na democratização das decisões nos diferentes espaços escolares, na articulação da escola com a sociedade; o lugar da ação do diretor neste processo, articulando estratégias de planejamento das atividades cotidianas da escola, tem sido enfatizado na literatura pedagógica recente em estudos como os de Gadotti (1994, 1998), Padilha (2001) Resende e Veiga (2001) e Gandin (1999) dentre outros.

A determinação de que cada escola elabore e execute o seu próprio Projeto Pedagógico só se tornou explícita com a Lei nº. 9394/96, a LDB em vigor. Nessa direção, a LDB apresenta cinco eixos que devem orientar o trabalho da escola na construção do projeto-político-pedagógico: flexibilidade, autonomia, responsabilidade, planejamento e participação. A LDB, no artigo 12, inciso I, estabelece que os estabelecimentos de ensino terão "a incumbência de elaborar e executar sua própria proposta pedagógica, devendo articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola".

Em relação à participação dos docentes na construção do projeto-pedagógico, o artigo 13 da mesma lei estabelece: "I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino".

Considerando estas diretrizes em relação ao processo de construção do projeto-pedagógico da escola, pergunta-se: qual o conceito de projeto-político-pedagógico que se tem? A equipe de educadores, no caso na EMEF pesquisada, tem claro este conceito, a importância da construção do projeto?

De acordo com Veiga (1997, 12) "o conceito de Projeto-Político-Pedagógico significa no sentido etimológico: "lançar para adiante". O termo vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere.* A autora destaca que o Projeto-Político-Pedagógico da escola organiza o trabalho pedagógico em dois níveis: primeiro, o da escola como um todo,

sem perder de vista sua relação com o contexto social imediato; o segundo, em nível da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica da sala de aula. Sua construção passa pela autonomia da escola e pela capacidade de delinear sua própria identidade.

Na sua construção, os alicerces estão nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar seus problemas institucionais. Sua construção tem que ser pensada em um contexto de tensão, de correlações de forças - às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terá que nascer do próprio "chão da escola"; isto é, o projeto é mais do que o resultado das discussões para elaboração de um documento, ele constitui a identidade e o futuro da escola.

Neste processo de construção da identidade da escola, é o diretor que direciona as ações para que efetivamente o projeto se concretize. Compete à administração escolar viabilizar inovações pedagógicas, planejadas através de ação de cada membro da escola pertencente aos segmentos dos alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

Deve-se buscar uma construção coletiva e não um modelo pronto e acabado concebido na sala da direção da escola; visa à qualidade em todo o processo vivido, não sendo um arranjo formal da escola. Para que isto ocorra, há necessidade também de mudanças nas instâncias superiores do sistema de ensino, implicando, por sua vez, alterações na sua organização e nas suas práticas. Cita-se isto, porque foi a secretaria de educação do município de Descalvado que estabeleceu os objetivos gerais do ensino fundamental para o município, assim como os currículos e conteúdos estabelecidos com adoção do sistema COC de ensino, incluindo suas apostilas. Isto não quer dizer que essas ações da secretaria estejam erradas, já que esta dentro das suas funções é a que deve estabelecer os objetivos gerais para seu município. Assim a equipe escolar constrói o projeto-político-pedagógico com algumas metas pré-estabelecidas pelo Sistema Municipal, mas desenvolvendo ações e projetos específicos, construindo com “autonomia” um projeto que tenha sua identidade. No caso de Descalvado, este fato pode ser limitador no esforço da escola para construir seu projeto.

A organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. Nesta perspectiva, a escola é vista como uma instituição social inserida na sociedade refletindo as determinações e contradições dessa sociedade. Sabe-se que há uma desigualdade no ponto de partida da carreira estudantil. As condições sociais criam mecanismos de classificação entre os que chegaram às portas da escola. Portanto, se o projeto estabelece metas, busca um rumo, possui uma ação intencional que é a de formar o ser humano, através do processo de transmissão ou assimilação do conhecimento acumulado e produzido pela humanidade ao longo do seu processo histórico, a qualidade tem a ver com a

superação desta desigualdade. Esse projeto é político porque forma o cidadão capaz de se posicionar diante da realidade; é pedagógico porque se rege pelas ciências da educação e suas diferentes formas de fazer educação.

Nessa perspectiva, o projeto pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos e atividades diversas; ele é sócio-político no sentido de compromisso com a formação do cidadão, delineando sua identidade, seu espaço de diálogo público fundado na reflexão coletiva.

Segundo Libâneo (2005), o projeto-político-pedagógico da escola faz parte de uma das áreas de atuação da organização e da gestão escolar. O autor afirma que essas áreas estão articuladas entre si e formam três blocos: I - A finalidade da escola: projeto, currículo e ensino; II - Meios: práticas de gestão e de desenvolvimento profissional; III - Avaliação: envolve as demais áreas e inclui os objetivos e os resultados. Libâneo também sugere um roteiro para a formulação do projeto pedagógico - curricular:

1º - Contextualização e caracterização da escola (aspectos sociais, econômicos, culturais, geográficos; condições físicas e materiais; caracterização dos elementos humanos; breve histórico da escola, como surgiu, como vem funcionando, administração, gestão, participação dos professores, visão que os alunos têm dela, pais, escola e comunidade).

2º - Concepção de educação e de práticas escolares (concepção de escola e de perfil de formação de alunos. Princípios norteadores da ação pedagógica-didática).

3º - Diagnóstico da situação atual (levantamento e identificação de problemas e necessidades a atender; definição de prioridades).

4º - Objetivos gerais.

5º - Estrutura de organização e gestão (aspectos organizacionais, administrativos e financeiros).

6º - Proposta curricular (fundamentos sociológicos, psicológicos, culturais, epistemológicos, pedagógicos. Organização curricular da escola, da série ou dos ciclos, planos de ensino de disciplina, objetivos, conteúdos, desenvolvimento metodológico e avaliação da aprendizagem).

7º - Proposta de formação continuada de professores.

8º - Proposta de trabalho com pais, com a comunidade e com outras escolas de uma mesma área geográfica.

9º - Formas de avaliação do projeto.

Como se vê, a formação continuada dos professores é um componente importante do projeto da escola, uma vez que a dinâmica do cotidiano escolar e seus

problemas suscitam desafios permanentes; os novos padrões de comportamento juvenil e as demandas sociais pressionam a escola na busca de formas de organização e gestão que permitam responder a estes desafios. De nada adianta seguir e construir um plano muito bom no papel, com a finalidade de apenas apresentá-lo como exigência burocrática.

As idéias aqui explicitadas sobre projeto pedagógico serão referências para a análise do projeto pedagógico da escola pesquisada.

O plano desta escola é denominado por "plano gestor" e está estruturado da seguinte forma: Identificação, Histórico do Patrono, Publicações Legais, Diagnóstico Escolar, Caracterização de Escola, Aspectos Físicos, Aspectos Humanos, Órgãos Consultivos e Deliberativos, Aplicação de Recursos Financeiros, Proposta Pedagógica (composta por: Diretrizes, Objetivos, Objetivos Gerais, Objetivos Específicos da Secretaria da Educação Cultura Esporte e Turismo de Descalvado (SECET), Indicadores Educacionais, Plano de Curso, Organização Curricular, Calendário Escolar, Calendário de Eventos, Plano Gestor / Coordenador, Projetos, Avaliação e Considerações Finais.

Tomando como ponto de partida o documento elaborado pela escola, a questão que se coloca agora é a seguinte: em que medida o projeto da escola municipal se aproxima desta perspectiva acima delineada? É nítida a falta da organização da escola municipalzada referente aos aspectos 7º, 8º e 9º que Libâneo (2005) coloca e que se referem a formação de professores e avaliação. Após a leitura do projeto da escola (Anexo 2), nota-se uma preocupação com esses aspectos apenas no plano gestor/coordenador, colocando os horários de reuniões coletivas e a parceria com a equipe pedagógica municipal como os únicos meios para o favorecimento a essas questões. Portanto se o projeto não prevê explicitamente questões sobre formação de professores, a quem caberá articular ações? Quais seriam as bases ou os referenciais?

Buscar essa organização constitui, além de dever, uma ousadia de toda a equipe escolar. Segundo Gandin (1999, 18), "existem algumas dimensões na elaboração de um projeto participativo, o aspecto coletivo, participativo, a questão metodológica, o diagnóstico e o que separa o ideal do real". Contudo,

> o tipo de modelo de escola, constituído pelo senso comum e pela própria regulamentação (lei, ministério, conselhos e secretarias de educação) e pelos constrangimentos, por exemplo, do vestibular e do livro didático, leva os professores e os demais profissionais das escolas a se preocuparem apenas sobre o "como" fazer e sobre o "com que" fazê-lo. Foi retirada dos profissionais a decisão sobre "o que" fazer e sobre o "para que" fazê-lo. Criou-se uma estranha situação, dentro da qual as escolas podem falar o que quiserem, mas devem fazer o que todas fazem. (...). Planejar neste caso é possível?" (GANDIN, 1999, 18-19).

Portanto, existem sérios obstáculos à frente para a construção de um projeto-pedagógico democrático e que constitui em um forte roteiro de ação da escola. Convém destacar, principalmente, que o plano de ensino da escola pesquisada, apóia-se explicitamente nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação. Objetivos encaminhados pela Secretaria da Educação do município e que constam no projeto-político-pedagógico da escola, acabam que confundindo se a escola além dos objetivos gerais da Secretaria da Educação para o ensino municipal, também possui um objetivo próprio da escola ou é o mesmo da secretaria.

Assim, nota-se que o projeto está organizado teoricamente com diretrizes e objetivos pré-determinados, com uma grande preocupação com uma educação de qualidade. Para o estudo do diretor de escola, tendo o projeto-político-pedagógico como instrumento da formação do professor nas suas ações no ambiente e espaços escolares, assume-se aqui uma tentativa de articular o trabalho do diretor de escola tendo como objeto de gestão democrática o projeto educativo desta e a formação no cotidiano de seus professores. Com essa preocupação, realizar-se-á a pesquisa empírica com objetivo de investigar as ações pelo coletivo da comunidade escolar no processo de elaboração do projeto-pedagógico diante das seguintes questões: Como foi estruturado o projeto? E a participação do seu diretor de escola? E a equipe escolar, como participou?

Segundo Veiga (1997, 29), como já foi dito, “novas formas têm que ser pensadas em um contexto de tensão, de correlações de forças - às vezes favoráveis às vezes desfavoráveis”. Terão que nascer do próprio "chão da escola". Compete, assim, à administração da escola viabilizar inovações pedagógicas planejadas, através de ação de cada membro da escola, pertencentes aos segmentos dos alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

Para analisar se o ideal estava sendo o real e como o Projeto desta escola já estava pronto, perguntou-se em uma das visitas, primeiramente para a coordenadora pedagógica da escola como foi o processo de elaboração do projeto político pedagógico. Esta narrou que primeiro a direção e a coordenação da escola fizeram um levantamento dos indicadores do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) de 2004 e SAEM (Sistema de Avaliação da Educação Municipal) de 2004, depois realizaram reuniões com a equipe através de estudos dos projetos anteriores, discutiram em outro momento a elaboração e implementação de propostas conjuntas de ações. Feito isto, a direção e a coordenação organizaram os dados para a digitação. A coordenadora destacou que é fundamental a participação de todos na elaboração do projeto, para que o mesmo possa ser elaborado de acordo com a realidade e a necessidade do aluno, visando uma melhoria de

ensino. Porém, segundo ela, percebe-se que a comunidade apresenta certo receio, constrangimento de estar participando e opinando em reuniões para elaboração do projeto, entre o grupo de professores e direção; muitas vezes, acredita-se que seja pelo não-conhecimento e outros por não quererem assumir compromisso.

No caso da escola pesquisada, observa-se que o projeto no início de sua elaboração contribui para as articulações das propostas apresentadas, constituindo para o professor um instrumento para a elaboração de objetivos específicos das séries a partir dos gerais apresentados, adequando-os aos planos de curso. As discussões porém se limitaram apenas no início do ano, não havendo a participação da comunidade na elaboração do projeto e tão pouco avaliações das metas e objetivos estabelecidos. Traçado o caminho, cada professor responde no dia a dia com tomadas de decisões frente aos desafios que emergem sem recorrer ao projeto elaborado.

Na busca de compreender se o projeto constitui um instrumento de referência da ação da comunidade escolar, de contribuição, de comprometimento dos profissionais da escola e contribuição para o fortalecimento da autonomia; ou ao contrário, se o projeto constitui uma proposta fechada em si mesma, apenas um cumprimento burocrático, destacamos a seguir como foram contempladas as ações e o acompanhamento do diretor. Seguem assim as considerações mais relevantes que contribuem para a explicitação das idéias apresentadas e organizadas inicialmente.

Quadro 1. Aspectos apontados coletivamente pelos professores para constituir o projeto político pedagógico.

Prioridades	• manter um ensino de qualidade; • criar cada vez mais um ambiente agradável para que a aprendizagem aconteça; • trabalhar com os indicadores educacionais.
Objetivos Específicos	• desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; • compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia e dos valores que se fundamenta a sociedade; • desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e formação de hábitos e valores; • fortalecimento dos vínculos familiares, solidariedade, cooperação e tolerância.
Metas / Resultados	• melhoria da qualidade de ensino, através de mudanças na prática pedagógica, de uma maior interação e participação no processo ensino-

	aprendizagem, tendo como alicerce o respeito entre os membros da comunidade escolar.
Ações	• cursos de capacitação oferecidos pela SECET / NAME / Oficina Pedagógica; • Projeto Gestão para o Sucesso Escolar; • Projeto Recuperação paralela e remanejamento de séries; • HACs na Unidade e fora dela, através de textos e propostas de estudos, palestras, trocas de experiências para auxiliar na formação do professor, bem como o envolvimento e a maior participação da família; • Implementação de uma sala de leitura totalmente reelaborada e equipada para despertar cada vez mais o gosto pela leitura.

Fonte: Plano Gestor 2005, da EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha.

Primeiramente é preciso destacar como foi elaborado este quadro, que está contido no projeto-pedagógico da escola. Foi uma ação coletiva do conjunto dos professores no processo de elaboração do projeto, que acontece no início do ano durante os dias de planejamento estabelecido pelo calendário escolar. No conjunto do que proposto e forma pela qual foi construído, o que o quadro contêm rompe com a ação burocrática, no seu aspecto negativo de rotina vazia de significado, e fortalece a identidade dos professores na construção e controle da execução, dando uma "cara da escola", de ações coletivas. A este propósito, vale lembrar uma dimensão apresentada por Gandin (1999, 48-49) "(...) a proposta de nova prática, aquilo que quase todos os teóricos chamam de programação, tem, para o planejamento participativo, uma dimensão dupla: propõe-se mudanças no fazer e mudanças no ser". Em verdade é fazendo novas coisas e sendo diferente que se transforma a realidade existente. Essa maneira de organizar a programação, derivando dessa premissa as quatro categorias de propostas (ações, rotinas, atitudes e regras) faz aumentar a clareza, a precisão, permitindo mais força na intervenção sobre a realidade.

A existência de um outro quadro que detalha as atividades propostas, apresentadas como calendário de eventos e projetos da escola, confirma nossa hipótese do projeto da escola servir como instrumento para a gestão escolar, para o diretor de escola organizar suas ações ao longo do ano. O Quadro 2 especifica essas ações.

Quadro 2: Calendário de Eventos.

MÊS	ATIVIDADES	POPULAÇÃO ALVO	RESPONSÁVEL
MARÇO	Páscoa	Apresentação para os alunos	*Manhã* Professoras x, y *Tarde* Professoras x,y
ABRIL	Monteiro Lobato Tiradentes Descobrimento do Brasil	Apresentação para os alunos	Todos os professores
MAIO	Dia do Trabalho Dia das Mães Abolição	Apresentação para a comuni-de	*Manhã* Professoras x, y *Tarde* Professoras x,y
JUNHO	Festa Junina	Apresentação para a comunidade	Todos os professores
AGOSTO	Dia dos Pais Folclore	Apresentação para a comunidade	*Manhã* Professoras x, y *Tarde* Professoras x,y
SETEMBRO	Independência do Brasil	Apresentação para os alunos	Todos os professores
OUTUBRO	Semana da Criança Dia do Professor	Apresentação para os alunos	Todos os professores
NOVEMBRO	Proclamação da República Dia da Bandeira Tarde do Sorvete	Apresentação para os alunos	Todos os professores
DEZEMBRO	Encerramento do ano letivo / Natal	Apresentação para a comunidade	Todos os professores

Fonte: Plano Gestor 2005, da EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha. Observação: para não expor o nome dos professores foi feita a utilização de letras (x, y).

Outras ações contidas no projeto-político-pedagógico da escola são os projetos elaborados coletivamente, porém desenvolvidos individualmente, explicitados no plano de ensino de cada professor, ao longo do ano e de acordo com especificidade de cada série. Os projetos desenvolvidos são:

1)"RESPEITANDO O MEIO AMBIENTE" – Visa proporcionar aos alunos um maior conhecimento, abordando assuntos relacionados à geração do lixo, destino, desperdício e reciclagem.

2) "É HORA DE HISTÓRIA" – Visa estimular e formar o hábito de leitura de maneira prazerosa;

3) "CONHEÇA SUA CIDADE" - Visitas a locais da cidade que promovam ou representem fatos de acordo com o nível da classe e planejamento do professor.

4) "SE LIGUE EM VOCÊ" - Visa diminuir o nível de agressividade, através do diálogo, respeito e colaboração; o reconhecimento dos próprios sentimentos, aprendendo a gostar de si mesmo e dos outros.

5) "UM BANHEIRO LIMPO E AGRADÁVEL" – Visa a mudança a postura das criança diante do banheiro, evidenciando o uso correto, a higiene após o uso do mesmo e a sua limpeza.

6) "PROJETO VÍDEO" - Sendo o vídeo (filme) um recurso audiovisual, que prende a atenção da criança quando o assunto é interessante, este projeto buscar, de maneira crítica e criativa, compreender com mais facilidade os temas abordados durante a aula.

7) "HORTA E JARDIM" – Visa dar a oportunidade aos alunos de aprender e cultivar plantas utilizadas como alimento ou como enfeite, tornando os espaços da escola mais agradáveis e prazerosos de se estar.

8) "CORRESPONDÊNCIA" – Visa colocar o aluno numa situação real de comunicação e de socialização do pensamento com alunos da mesma faixa etária e com a mesma escolaridade.

9) "PROJETO DE LEITURA" – Visa estimular e formar o hábito de leitura de maneira mais prazerosa. Os grupos de alunos serão divididos segundo os dias da semana: 1º e 2º ano – segunda-feira; quarta-feira e sexta-feira; 3º e 4º ano - terça-feira e quinta-feira.

10) "PROJETO DE INVESTIMENTO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO COMO INTEGRANTE DO CURSO GESTÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR" - Construção de uma sala de leitura.

Tendo em vista os objetivos, as diretrizes, o calendário e os projetos propostos, o que se pode detectar é que há uma preocupação da escola e dos professores em manter aqueles projetos percebidos como significativos pela experiência do dia a dia da escola e nas discussões sobre o projeto pedagógico do ano anterior, assegurando uma continuidade da ação da escola. É visível a concretude do cotidiano da escola desses projetos, principalmente em sala de aula.

Convém destacar que o conjunto das ações propostas abarca um leque de aspectos de forte poder socializador da criança à sociedade mais ampla, com ênfase local: eventos e atividades referentes a fatos significativos da história dos pais e do município (conheça sua cidade), estímulo à consciência ambiental, desenvolvimento da capacidade de leitura e suas aplicações. Trata-se, pois, de um conjunto de atividades que ampliam a face da escola para além da sala de aula. Não obstante, todos esses aspectos presentes no projeto da escola, o quadro elaborado pelos professores que resultou nos projetos, pouco se ocupa de questões de formação dos professores, que é o foco desta pesquisa. As atividades mencionadas no Quadro 1 como meios para alcançar os objetivos, propostas de atividades referentes ao aperfeiçoamento docente não surgem como projetos específicos.

O projeto-político-pedagógico da escola Professor Francisco, do ano de 2005 (completo no Anexo A), aponta várias metas e ações a serem desenvolvidas, contemplando um bom roteiro para sua formulação. Contudo, pôde-se observar que a prática pedagógica como citado anteriormente é desenvolvida e planejada individualmente ainda assim. Possíveis limitações ou obstáculos para sua implantação são possivelmente superados pela liderança e o comprometimento dos professores para a realização das atividades didático-pedagógicas.

Tratando-se de projeto-político-pedagógico como produto do processo de planejamento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação, a equipe escolar acaba por vivenciar e explicitar esta organização e a tomada de decisões apenas no momento do planejamento do início do ano. Percebeu-se que o planejamento escolar não nega a necessidade da construção e execução do projeto-político-pedagógico da escola, elemento fundamental para a implantação de uma gestão participativa e com possibilidade do conhecimento ser construído no dia a dia. Porém, percebeu-se também, que este como que termina apenas na elaboração de um plano que durante o ano todo é executado, sem ser avaliado no seu desenrolar; isto foi constatado no decorrer da observação na escola no ano.

Neste contexto, importa saber se a articulação do diretor faz a diferença ou a apresentação de um grupo de projetos e ações é o que concretiza o trabalho assumido pela coletividade escolar. Considerando que o planejamento se tornou real, que os projetos foram organizados, que as intenções de realizações e toda equipe está olhando para frente, cabe ao diretor articular o projeto, coordenando atividades, promovendo interrelações, no sentido de compor o reconhecimento e identidade da escola.

Projeto-político-pedagógico pronto não significa uma prática acabada. Não basta apenas pensar nos meios, isto é, todos os recursos e atividades necessários. Eles são

necessários, mas como meios. O planejamento precisa ultrapassar a questão técnica, para ganhar a dimensão político-social. Faz necessário, então, atentar para a finalidade, para os fins que se pretende alcançar. Acredita-se que o papel do diretor é o de coordenar não só a construção do projeto-político-pedagógico, mas também de atuar e promover condições básicas para que os fins se transformem em realidade. É o que será discutido a seguir, tendo como foco específico a organização escolar como forma de formação docente.

CAPÍTULO 4

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Para a análise da questão da formação docente em continuidade, é importante ter como referência a organização escolar como um todo. O estudo da escola como organização é fato recente. Costa (1996, 7) afirma que a "escola, enquanto organização, constitui, seguramente, uma das áreas de reflexão do pensamento educacional que se tornou mais visível nos últimos tempos". Partindo do princípio que a escola é uma organização, o autor nos remete a uma discussão que a apresenta a partir de seis imagens: a escola como empresa, a escola como burocracia, a escola como democracia, a escola como arena política, a escola como anarquia e a escola como cultura. Estas seis imagens não serão aqui discutidas explicitamente, mas estarão implícitas de modo a configurar a complexidade da situação onde se insere a questão da formação docente.

Neste capítulo, o objetivo é discutir a partir dos dados obtidos ao longo do ano de 2004, como esta questão se coloca e qual o lugar da gestão do diretor frente a ela.

A escola é identificada por EMEF "Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha", que está localizada na Rua Expedicionário Sebastião de Arruda, nº 35, Jardim Colonial – Descalvado – São Paulo – CEP: 13.690-000. Tem como diretora no ano de 2005 a professora Eliane Aparecida Marcatto da Silva e coordenadora pedagógica a professora Terezinha Hatsumi Schigaki Tessarim. É oferecido apenas o Ciclo I do Ensino Fundamental (Ciclo I - 1º a 4º Ano), com dois turnos: matutino e vespertino. No período da manhã, funciona das 7 horas às 12 horas, e no período da tarde das 12h30 às 17h30. No ano de 2005, a escola tinha 7 turmas no período da manhã, com 205 alunos; 7 turmas no período da tarde, com 195 alunos; no total, 400 alunos. O projeto-político-pedagógico da escola também cita que o nível sócio-econômico dos alunos é bem diversificado, não caracterizando classe média, nem baixa predominantemente.

Além do bairro onde está localizada, também recebe alunos dos bairros vizinhos, tais como Jardim do Lago, Recanto dos Ipês, Bairro São Benedito, Jardim São Francisco, Vila Brasil, Vila Franco, Vila São Jorge, Vila Vendramini, Jardim Belém, Novo Jardim Belém, Bosque do Tamanduá, Alto da Boa Vista, Jardim Elite, Jardim Cambará.

Atende também a crianças de vários outros bairros afastados da escola, como Jardim Paola, Morada do Sol, Parque do Milênio, São Sebastião e Vila Franco, além do Centro. A escola também atende a crianças da zona rural, as quais somam 21,7% do total de alunos da escola, concentradas mais no período da tarde. Para o transporte destas crianças da zona rural, há 7 linhas de ônibus, sendo duas do período da manhã (Linhas Bonanza I e Bonanza II) e 5 da tarde (Linhas Cooperguaçu, Laranjal, Fortaleza, Pau D'alho e Santana). Este é um aspecto interessante da escola: sua diversidade sócio-econômica e cultural.

O prédio da escola está dividido em dois pavimentos, um superior e um inferior.

No pavimento inferior há a secretaria, sala da direção, pátio (refeitório), cozinha, despensa, lavanderia, biblioteca, uma área de entrada, três banheiros, sendo um masculino, um feminino e um dos professores, e também um consultório dentário. No pavimento superior há 10 salas, sendo 7 destinadas às aulas normais, 01 para informática, 01 sala para os professores, 01 sala para coordenação pedagógica e um almoxarifado, que também funciona como sala da inspetora de alunos.

Além dos aspectos físicos, a escola conta com um grande acervo de material pedagógico, que vai desde livros paradidáticos e apostilas didáticas a softwares educativos destinados aos alunos, assim como materiais para auxílio e pesquisa dos professores, como coleções pedagógicas, CDs musicais e também acesso a softwares e pesquisas à Internet com acesso via *speedy*; a escola possui também retroprojetor, projetor de multimídia, fantasias diversas, vídeo cassetes, televisores, copiadora digital, máquinas fotográficas digitais, rádio, aparelhos de som e videokê. Para a utilização dos softwares e acesso a Internet, conta com 18 computadores, sendo 17 deles instalados na sala de informática e 1 na biblioteca, todos interligados em rede própria e conexão via *speedy*.

As professoras (são só mulheres), de acordo com a fala da diretora da escola, são excelentes profissionais, todas empenhadas e comprometidas e muito participativas no processo ensino-aprendizagem.

Considerando desta forma a hipótese de que o diretor de escola tem grande influência na construção da qualidade da educação e no desenvolvimento da formação no cotidiano, para a análise desta questão tomemos com referência o que Nóvoa (2002, 36), estudioso desta problemática, diz:

> Hoje em dia impõe-se cada vez com maior evidência: que os professores não são apenas consumidores, mas são também produtores de materiais de ensino; que os professores não são apenas executores, mas são também criadores e inventores de instrumentos pedagógicos; que os professores não são apenas técnicos, mas são

> também profissionais críticos e reflexivos. De fato, não há ensino sem uma renovação permanente de meios pedagógicos, sem uma concepção quotidiana de novos materiais: quer se trate dos conteúdos ou das situações didáticas, quer se trate das tarefas a propor aos alunos ou da organização escolar, quer se trate da planificação ou do sistema de avaliação, os professores se encontram perante uma atividade constante de produção e de invenção. A formação contínua deve estimular uma perspectiva crítico-reflexivo, que forneça aos professores meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade profissional.

As reflexões de Nóvoa devem ser entendidas como referências teóricas sobre a formação contínua de professores, formação que depende do desenvolvimento de três grandes competências: o saber relacionar e o saber relacionar-se; o saber organizar e o saber organizar-se; e o saber analisar e o saber analisar-se. É preciso conhecer esta trilogia do desenvolvimento docente; como é realizada a articulação teórica e prática do desenvolvimento pessoal, do profissional e do organizacional em cada professor. O direcionamento do olhar para a formação contínua permanente precisa ser enfatizado. Porém, as escolas não podem mudar sem o empenho dos professores, e estes não podem mudar sem a transformação da escola e seu projeto e do sistema onde está.

Não é fácil definir o conhecimento profissional necessário, pois a formação não se faz no vazio, não se opera isolada, está dentro de cada professor. Neste processo de reflexão sobre a formação continuada, pareceu interessante e necessário conhecer no plano empírico os cursos realizados pelos professores (formação inicial e cursos de curta duração). Interessa também e de modo especial identificar os espaços de formação no interior da própria escola, lembrando um alerta de Hutmacher (1995) em seu artigo "A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento", de que a escola é uma instituição que pouco reflete sobre o seu trabalho e sobre si mesma.

4.1 Um olhar na escola e no diretor da escola

O compromisso da gestão escolar é o que vem ao encontro de nossa problematização. O diretor realmente tem um papel importante na formação dos seus professores no dia a dia? Com todas suas atribuições será que este tem condições de articular esses conhecimentos?

Foi perguntado à diretora da escola Professor Francisco a que ela atribuiria a opinião comum de que sua escola é de qualidade:

> Eu destacaria a procura de muitos pais, e esses destacam no sentido assim a organização e o compromisso dos professores para com os alunos. (...) Quando eu iniciei a gestão aqui nesta escola, nós tínhamos alunos especificamente do bairro do Jardim do Lago e do Jardim colonial, agora nós temos alunos da cidade como um todo, de bairros distantes daqui e que tem uma escola na porta da casa, entendeu? E vêm por quê? Porque o referencial de escola boa e de trabalho bem feito aqui. É um diferencial para o pai [da criança] da cidade e da zona rural. (...) Quando eu iniciei aqui, ela já possuía uma organização exemplar.... ela veio numa crescente já há alguns anos. Eu percebia assim, já existia o compromisso dos professores, porque os professores que aqui atuavam eram efetivos daqui e com a municipalização do ensino eles continuaram efetivos aqui. (...) Então hoje apesar da gente ser considerada uma escola de qualidade, de ensino de qualidade, de escola boa, a rotatividade de professores está sendo muito grande. Então quando eu iniciei aqui, eu vi que já existia este compromisso dos professores e cada ano que passa apesar de ser um trabalho muito longo, porque a formação do professor é complicada, por exemplo, você trabalha aí um ano com aquele professor, ele se da muitíssimo bem aqui e ai o ano que vem nada é garantido que ele vá continuar aqui. Então ele carrega consigo esta formação, então ele vai para outro lugar, fica ótimo para a escola que o recebeu. Por quê? Porque ele, vamos dizer assim, foi treinado aqui, pôde participar de um processo de formação durante um ano.

Esta entrevista possibilitou fortalecer a hipótese tais como da importância do diretor na promoção e desenvolvimento do processo de qualidade da educação, estabelecendo um vínculo não só com a equipe interna da escola, mas também com a comunidade e os pais, associada ao compartilhamento de responsabilidades, pela preocupação de dar continuidade a um trabalho iniciado na escola por outro diretor.

Observa-se também que esta escola possui excelentes condições quanto às instalações físicas, materiais e um conjunto de ações que estão articuladas com o trabalho de coordenação pedagógica da unidade escolar.

Entre os vários aspectos apresentados pela diretora, um deles é considerado muito relevante para o olhar diferenciado ao diretor: foi a premiação da diretora com uma viagem de uma semana para a Argentina para um estágio de formação para gestores de escola, bem como o recebimento de uma sala de leitura toda equipada, prêmio este obtido entre duzentas escolas participantes do Estado de São Paulo. A diretora da escola conseguiu atingir os objetivos do curso ficando entre as dez melhores premiadas. Observa-se que nesta escola o termo administração escolar não foi substituído apenas por uma simples substituição terminológica; trata-se aqui de uma atuação especial de liderança que se mostra preocupada de mobilizar e dar vida à escola, conseqüência de longo prazo de atuação.

A resposta às questões sobre a importância da formação do professor no seu dia a dia começou a surgir, tendo origem logo no início da pesquisa através da entrevista com a diretora, que se coloca da seguinte forma:

> (...) Esta formação é como eu já disse para você, é desde você chegar ter o cuidado, um carinho, uma conversa especial com este professor até quando um pai vem reclamar dele, seja de uma lição de casa, seja dificuldade na apostila, seja o que for. Então é como você lidar com as dificuldades que este professor apresenta, da situação problema naquela hora de uma reclamação do pai e dar condições para este professor enquanto diretora, gestora e coordenação pedagógica da escola; de ir cuidando daquele professor diante daquele problema. Por exemplo, aqui você fez desta maneira., que tal você fazer de outra; é estar amparando [[ele] na resolução do problema; ele não vai resolver o problema sozinho, ele sabe que ele pode contar com a diretora e com a coordenadora para a resolução deste problema. Os H A Cs nossos também são muitos trabalhado;, gente trabalha e procura assim, ouvir os professores, mas sempre para que eles vejam na escola e que a escola seja um ambiente que eles queiram estar aqui. Não só aquele compromisso que eu vou dar a aula das 7h às 12h ou das 12h30min ás 17h30min e depois eu vou embora. Então a gente procura que eles sintam aqui um lugar que eles gostem de ficar, pois quando a gente fala que a escola é a segunda casa do aluno, ela também deve ser daqueles profissionais que trabalham nela. .... Mesmo tendo profissionais como antes, agora o olhar é diferente. Antigamente eles eram efetivos, e quando eles estão no final de carreira, eles dão uma acomodadinha que nós como diretor e coordenador temos de ficar cutucando a todo o momento. Então continuar esse trabalho..... e eu especificamente procurei assim nunca ser uma gestora só administrativa, mesmo tendo assim uma burocracia muito grande dentro da escola, eu gosto muito da parte pedagógica; sou xereta mesmo, eu vou atrás da parte pedagógica, mesmo se você me perguntar hoje da Maria ou o João da 1ª B ou da A eu vou falar para você. Quais são as notas da Maria quais são as notas do João, quais são as dificuldades caso eles tenham.(...) Eu acho na verdade que a questão de formação pedagógica é uma parceria com a coordenadora. Por exemplo, a minha coordenadora pedagógica cuida muito, e muito da questão pedagógica; e essa articulação que existe é que faz diferencia.

Estes depoimentos confirmam, assim, que é pertinente e possível o diretor, no conjunto das suas funções, desenvolver atividades para a formação da equipe escolar por meio da liderança como gestor, com o acompanhamento das ações estabelecidas no projeto político-pedagógico da escola. A presença do diretor é indispensável na vida de uma equipe escolar, ele simboliza alguém que tem uma visão global da situação e que age e sabe como fazer sua equipe agir. É uma tarefa grande, já que muitas vezes, diante da posição hierárquica que possui, para poder garantir o bom funcionamento da escola pode ser visto, como um(a) bruxo(a), não com bons olhos. Mas a função de diretor pode ser muito gratificante considerando sua rotina diária e sua vontade de fazer.

O sucesso do diretor depende do empenho e do fazer pedagógico de cada participante da escola. Não basta apenas o diretor "conduzir", precisa propor e provocar atividades viáveis - e até ousadas -, transmitindo confiança, tendo como perspectiva o sucesso escola.

É preciso que o diretor acione todos os seus conhecimentos, habilidades e mobilidades para identificar parceiros para juntos transformar a escola em um espaço vivo e atuante, onde o foco central seja o conhecimento, no seu sentido amplo para todos da escola.

O processo de discussão sobre a organização do trabalho do diretor de escola tem crescentemente requerido de todos da área da educação repensar sobre as próprias concepções e ações. Assim, conforme ao longo deste texto, a discussão sobre as competências do diretor, suas ações pedagógicas e as administrativas perpassam as várias questões profissionais do diretor.

Defende-se a possibilidade de direcionar os olhares para a ação da dimensão política do diretor, que pode através do projeto político-pedagógico da escola utilizá-lo como instrumento para articular e contribuir tanto para o educando se transformar num cidadão como para o aperfeiçoamento do professor no cotidiano da sua formação continuada.

Outro aspecto importante da colocação da diretora refere-se ao trabalho coletivo, tão importante na construção do projeto na da escola.

> Descalvado é uma cidade privilegiada em Educação. Já faz sete anos que eu estou nesta escola, já tive duas experiências em outras escolas como gestora também; e eu gostaria de dizer que hoje a escola, para que ela tenha a estrutura que esta aqui tem, a fama que esta aqui tem, ela precisa muito de pessoas comprometidas. Às vezes, até eu costumo dizer assim que é esse compromisso que faz a diferença. É um compromisso desde a liderança; o diretor é comprometido, a coordenadora é comprometida, é o compromisso do professor e aqueles que precisam ser cutucados deverão ser cutucados de uma maneira diferente; os funcionários são comprometidos, e é preciso dar muita ênfase nisto, porque eu não posso estar sozinha, a escola tem que ser uma equipe, ou a escola é um time, aquele time que entra numa determinada situação pra conseguir um bom resultado. Outra coisa que eu gostaria de dizer é que você ser gestora de um lugar por opção, ou ser indicada por um prefeito ou secretaria de educação parece ser fácil, mas o mais difícil é você manter esse cargo e manter com autoridade e responsabilidade mesmo com toda essa instabilidade e a turbulência que existe dentro de uma escola; turbulência como a rotatividade de professores, de funcionários; por exemplo, em sete anos eu já tive três coordenadoras;.... a ultima coordenadora foi eleita pelos seus pares que também tem um compromisso muito grande. E eu acredito que está dando certo porque juntou muita coisa boa no mesmo lugar. É isso.

4.2 Um olhar sobre os professores

Para que se conheça e se compreenda melhor a escola pesquisada, fez-se necessário saber quem é a equipe escolar que está diretamente envolvida com o aluno e os problemas que emergem da sala de aula. O primeiro passo para tanto é conhecer a situação de trabalho dos professores.

Tabela 1. Situação de trabalho dos professores.

	EFETIVO		SUBSTITUTO		TOTAL	
	Nº	**%**	**Nº**	**%**	**Nº**	**%**
Municipal	07	70	03	30	10	100
Estadual	03	30	-	-	03	100
Total	10	100	03	30	13	100

Fonte: Projeto político pedagógico da EMEF Professor Francisco F.F. da Cunha.

A Tabela 1 demonstra que a escola dispõe de um corpo docente estável, fator positivo que assegura tranqüilidade aos professores no desenvolvimento de seu trabalho, neutralizando o risco de interferências políticas exteriores à escola. Este parece um aspecto importante que afeta a qualidade do trabalho escolar; isto é, a existência na escola de um corpo de profissionais em condições estáveis de trabalho.

3.3 Um olhar sobre a equipe escolar e sua formação acadêmica

A formação escolar é sem dúvida fator importante a determinar a qualidade do trabalho docente.

Tabela 2. Formação dos Professores - nível médio.

FORMAÇÃO	Nº	%
Magistério	11	84.62
Antigo "Normal"	01	7.69
CEFAM	01	7.69
Total	13	100

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2005 da EMEF Professor Francisco F. F. da Cunha.

Tabela 3. Formação Superior.

FORMAÇÃO	Nº	%
Pedagogia	09	69.24
Pedagogia e Ciências Contábeis	01	7.69
Letras	02	15.38
Não possui formação superior	01	7.69
Total	13	100

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2005 da EMEF Professor Francisco F. F. da Cunha.

Tabela 4. Ano de ingresso dos professores na atividade docente.

Ano / Área	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Outras (Ed. Especial)	%
1975		01		7.69
1990	01	02		23.08
1991			01	7.69
1996			02	15.39
1997		01		7.69
2001		01		7.69
2003		03		23.08
2005		01		7.69
Total	01	09	03	100

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2005 da EMEF Professor Francisco F. F. da Cunha.

Tabela 5. Ano de ingresso dos professores na EMEF Prof. Francisco F.F. da Cunha.

Ano de Ingresso na escola	Nº	%
1996	01	7.69
2003	03	23.08
2004	04	30.77
2005	05	38.46
Total	13	100

Projeto Político Pedagógico 2005 da EMEF Professor Francisco F. F. da Cunha.

Como se pode perceber no conjunto destas tabelas, os professores (salvo um caso) têm formação superior, em Pedagogia, e sua formação de nível médio está também vinculada à educação. Destaca-se que é uma equipe nova, tendo grande parte dela ingressado há pouco tempo na docência, e também nesta escola; a maioria ingressou como professor nesta escola após 2003, com exceção de um caso apenas de uma professora que ingressou em 1996. Se de um lado, estes dados confirmam o depoimento da diretora sobre a rotatividade do corpo docente, por outro sugere a presença na escola de uma equipe com boa qualificação profissional.

Tabela 6. Cursos de formação realizados nos últimos três anos.

Cursos	Nº	%
Programa de orientação e acessória de educadores sobre fonoaudiologia (30h)	06	16.7
Programa de Professores Alfabetizadores - PROFA (180h)	11	30.6
Parâmetros Curriculares em Ação (30h)	07	19.4
Psicopedagogia	02	5.5
Matemática no ciclo I e II	01	2.8
Crianças com dificuldades de aprendizagem e hiperatividade	01	2.8
Informática módulo inicial	07	19.4
Especialização em gestão escolar	01	2.8
Total de professores, direção e coordenação	36	100

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2005 da EMEF Professor Francisco F. F. da Cunha.

Em acréscimo à formação superior em Pedagogia, os cursos de aperfeiçoamento realizados estão diretamente à área de atuação dos docentes, sobretudo cursos de alfabetização. A formação da equipe de direção não foge a estas características. Em suma, se considerarmos a condição de trabalho docente e sua formação acadêmica, temos um quadro positivo que aponta para uma escola que pode ser considerada "boa", mais uma vez confirmando as opiniões do senso comum.

A qualidade do trabalho dos professores não está vinculada apenas à sua formação inicial ou mesmo cursos de aperfeiçoamento, está também diretamente relacionada ao trabalho de formação em continuidade proporcionada por atividades específicas constituídas para este fim com reflexos dentro da sala de aula; é dentro desta que o conhecimento docente é posto em prática. Desta forma, pensar na formação do professor em continuidade é o ponto de partida para a discussão sobre a qualidade do ensino, como está ocorrendo a superação dos problemas e diversidades enfrentados pelo professor em sala de aula. Mas ensinar e garantir a aprendizagem não é tarefa fácil, ela exige muito mais do que alguns cursos; é necessário superar desafios individuais e assumir compromissos por parte de toda a equipe escolar a fim de que aconteça maior circulação de informações e práticas que possibilitem a reflexão sobre a própria prática. Daí a necessidade da formação continuada dentro e fora dos espaços escolares que, além do desempenho e comprometimento do profissional, requer estímulos, acompanhamento e garantias de outros profissionais que estão diretamente ligados ao professor, ao coordenador pedagógico e ao diretor de escola.

O contexto hoje exige que cada um entenda e assuma seu papel no avanço significativo das ações que promovam a tão sonhada educação de qualidade. Assim, promover uma reflexão a partir da observação direta com os professores desta escola possibilita comparar o ideal proposto com o que acontece dentro da escola.

Sabendo qual o perfil de formação do corpo docente, novos questionamentos surgiram e o olhar direcionou-se para análise de dados. Com este quadro, caracterizou-se o perfil dos professores desta unidade escolar no sentido de confrontarmos com o problema em foco que é a formação do professor.

Retomam-se aqui as considerações anteriormente feitas. Como a formação implica em conhecimento que se traduz na prática, os dados apontam que quanto à formação dos treze professores nenhum é leigo; todos possuem o magistério, seis têm experiências de um a cinco anos no magistério, dois têm experiências entre cinco a dez anos, quatro de dez a quinze e três de quinze a vinte anos de experiência em sala de aula. Porém, o investimento em

atualização de conhecimentos, além do aprimoramento em graduações e especializações, limitou-se a três cursos oferecidos pela Secretaria da Educação do município referentes à alfabetização, informática e fonoaudiologia ao longo dos últimos três anos. Com isto, supõe-se que para o trabalho do professor e o enfrentamento das situações que emergem dentro da sala de aula, as contribuições destes cursos apresentam um quadro positivo. Mas somente esta suposição não é suficiente; é preciso ir além, refletir sobre a evolução do processo do papel do professor e sua formação continuada dentro dos espaços previsto no regimento da escola, na sua estrutura interna e no seu funcionamento, na elaboração e execução do projeto pedagógico. Mais uma vez é bom lembrar o que diz Nóvoa (2002, 20) sobre a "escola como realidade multipolar".

Historicamente, pelas leituras realizadas os sistemas de ensino organizaram-se, adaptando se a estruturas burocráticas, corporativas e disciplinares que foram dissolvendo modos locais, familiares e tradicionais de promover a educação. A escola foi substituindo estes processos "informais", assumindo o monopólio do ensino. Os professores tornaram-se os responsáveis públicos pela formação das crianças. Hoje sabemos que este modelo escolar "espaço físico fechado", estruturas curriculares rígidas, formas arcaicas de organização de trabalho está fatalmente condenado.

> A escola terá de se definir como um espaço público, democrático e participado, que funciona em ligação com redes de comunicação e de cultura, de arte e de ciência. (...) Afastando-se de filiações burocráticas e corporativas, tem de refazer uma identidade profissional que valorize o seu papel como animadores de redes de aprendizagem, como mediadores culturais e como organizadores de situações educativas (NÓVOA, 2002, 20;23).

A realidade está posta, alguns saberes acadêmicos de cada professor foram identificados. Mas a formação do professor não se faz pelo acúmulo apenas de uma dimensão teórica, mas por um conjunto de saberes, de competências, atitudes e a sua mobilização no desenrolar de sua ação educativa. Esta ação, porém, se torna complexa à medida que o trabalho do professor não depende exclusivamente dele, mas também da vontade do aluno de aprender. John Dewey (1933), dizia: "Ninguém ensina quem não quer aprender". Nóvoa (2002), já citado anteriormente, afirma que na formação do professor três componentes são essenciais: sua teoria, sua prática individual, e sua atuação coletiva. E a estes componentes estão ligados três elementos: a pessoa do professor, o contexto escolar e a dimensão coletiva do professorado.

Assim, se o professor não está sozinho neste processo de formação, novamente remete-se ao quadro da situação e qualificação docente atrás referido para confrontar com o que alguns autores falam a respeito de dois dos elementos que o professor necessita: a escola

(contexto) e o aluno. Por exemplo, Perrenoud (2002) nos diz que para serem bem sucedidos, os alunos precisam desenvolver competências de resolução de problemas, de expressão oral e escrita, de convivência e, principalmente, a habilidade de continuar aprendendo durante toda a vida. Contudo, essas competências permanecerão estéreis sem uma formação ampla e didática ou nas disciplinas ensinadas, combinada com um bom conhecimento das práticas sociais de referência, assim como os do saberes eruditos que são a fonte da transposição didática.

Neste sentido, o espaço pertinente na formação contínua do professor que nos fornece dados para a reflexão direta sobre o gerenciamento de conhecimento surge dentro do espaço onde este está diariamente e diretamente inserido: a sala de aula.

Como objeto de pesquisa propriamente uma instituição escolar, parece relevante registrar as evidências empíricas, considerando a dinâmica da escola observada, tendo como referência a formação docente. Iniciamos este caminho através do levantamento das dificuldades apontadas pelos professores no documento denominado "controle bimestral do rendimento escolar", verificando as soluções apresentadas, os encaminhamentos e, principalmente, como o diretor mobiliza estas informações em favor da formação dos professores através de programas e espaços para o aperfeiçoamento que, conseqüentemente, retornaria em possíveis soluções para os problemas que emergiram da sala de aula. Enfim, um olhar sobre os alunos e suas implicações para o trabalho do professor, se faz necessário.

4.4 Olhar os alunos sob o olhar de seus professores

Antes de iniciar o trabalho centrado nas ações desenvolvidas em direção à capacitação dos professores em serviço, far-se-á uma retrospectiva de como foram elaborados os quadros a seguir e dos principais problemas apresentados pelos alunos.

Estes dados foram obtidos no início do ano diretamente na secretaria da escola com as informações apenas dos conselhos dos dois primeiros bimestres. Foi feito um levantamento dos registros existentes na escola para verificar como eram organizados os espaços formativos e o contexto de formação do professor, bem como um levantamento dos problemas dentro de cada sala de aula para verificar a possível relação existente entre o aperfeiçoamento dos professores, os problemas mais freqüentes em sala de aula e a busca de soluções. Neste momento da pesquisa, já havia ocorrido reuniões dos dois primeiros conselhos de classe e série, os quais são bimestrais. Esses registros da ata dos conselhos de

classe e série revelam algumas inconsistências, tais como: na ata de registro do rendimento escolar de algumas salas apareciam resultados de rendimentos satisfatórios, porém no registro do perfil das salas feito pelo professor, havia alguns alunos com resultado não satisfatório quanto ao comportamento e rendimento nos conteúdos desenvolvidos em sala. Ainda assim, tivemos como referência apenas os dados apresentados no rendimento escolar registrados em atas, pois os relatórios das professoras eram subjetivos, e não alteravam a qualidade dos dados obtidos no geral da sala de aula.

É procedimento rotineiro nesta escola o preenchimento de quadros para o registro dos rendimentos satisfatórios ou não e relatórios sobre o perfil da sala de aula no geral e as particularidades de cada sala. As salas estão divididas da seguinte forma:

Tabela 7: Total de matriculas iniciais por salas em 2005.

Classes	**PERÍODOS**			
	MANHÃ		**TARDE**	
	Salas	**Total de alunos**	**Salas**	**Total de alunos**
1ºanos	1º A e B	55	1º C e D	51
2ºanos	2º A e B	57	2º C e D	48
3ºanos	3º A	36	3º B e C	65
4ºanos	4º A e B	65	4º C	33
Total	7	212	7	197

Fonte: Ata do conselho de classe/série, referente aos matriculados no 1º bimestre.

A partir da observação destes dados, foram organizados os resultados que se seguem.

Tabela 8. Alunos das classes de 1º ano com progressão insatisfatória.

BIMESTRE	**PERÍODOS**	
	Manhã	**Tarde**
1º	7	4
2º	5	12
3º	2	11
4º	2	9
Total de alunos	16	36

Fonte: Atas dos conselhos de classe/série

Tabela 9. Alunos das classes de 2º ano com progressão insatisfatória.

BIMESTRE	**PERÍODOS**	
	Manhã	**Tarde**
1º	9	6
2º	8	8
3º	10	10
4º	9	08
Total de alunos	36	32

Fonte: Atas dos conselhos de classe/série

Tabela 10. Alunos das classes de 3º ano com progressão insatisfatória.

BIMESTRE	**PERÍODOS**	
	Manhã	Tarde
1º	0	9
2º	0	9
3º	0	9
4º	0	9
Total de alunos	0	36

Fonte: Atas dos conselhos de classe/série

Tabela 11. Alunos das classes de 4º ano com progressão insatisfatória.

BIMESTRE	**PERÍODOS**	
	Manhã	**Tarde**
1º	1	10
2º	1	11
3º	0	10
4º	0	03
Total de alunos	2	34

Fonte: Atas dos conselhos de classe/série

As tabelas apresentadas anteriormente revelam que o número de alunos com progressão insatisfatória é significativamente maior no período da tarde: nas classes de 1º ano mais que o dobro dos alunos com progressão insatisfatória está no período da tarde; nas classes de 3º ano, todos os alunos com progressão insatisfatória estão no período da tarde/ e

quase todos do 4º ano também estão no período da tarde. A exceção a este quadro esta no 2º ano, no qual a quantidade de alunos com progressão insatisfatória esta no período da manhã. E interessante notar que os alunos do meio rural estão no período da tarde, período no qual as dificuldades são maiores e a progressão insatisfatória é maior.

Frente ao quadro da progressão insatisfatória, pergunta-se quais os tipos de dificuldades se apresentam. Os quadros a seguir apresentam os tipos de dificuldades relacionadas à progressão insatisfatória dos alunos. As dificuldades apresentadas referem-se apenas aos alunos com progressão insatisfatória.

Tabela 12. Dificuldades (1º ano manhã).

1º Bimestre: (7 alunos)	**2º Bimestre:** (5 alunos)
✓ Apatia ✓ Baixa auto-estima ✓ Déficit de atenção ✓ Desinteresse da família – falta de apoio e incentivo à criança ✓ Desorganização ✓ Dificuldades de aprendizagem ✓ Não reconhece as letras do alfabeto ✓ Problemas de coordenação motora ✓ Reconhece algumas letras do alfabeto ✓ Recusa em realizar as atividades propostas ✓ Tarefa de casa incompleta .	✓ Apatia ✓ Baixa auto-estima ✓ Déficit de atenção ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Falta de assiduidade ✓ Indisciplina ✓ Reconhece algumas letras do alfabeto
3º Bimestre : (2 alunos)	**4º Bimestre:** (2 alunos)
✓ Agitação ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades na leitura e escrita	✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Problema comportamental ✓ Socialização

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 13. Dificuldades (1º ano tarde).

1º Bimestre : (4 alunos)	**2º Bimestre :** (12 alunos)
✓ Desinteresse ✓ Desorganização ✓ Não freqüentou a pré-escola	✓ Apatia ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades em comunicação ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades em raciocínio lógico matemático ✓ Dificuldades na escrita ✓ Excede-se nas conversas e brincadeiras ✓ Falta de assiduidade ✓ Imaturidade ✓ Indisciplina ✓ Recusa em realizar as atividades propostas
3º Bimestre: (11 alunos)	**4º Bimestre:** (9 alunos)
✓ Apatia ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Desinteresse ✓ Falta de assiduidade ✓ Falta de compromisso ✓ Imaturidade Indisciplina	✓ Desânimo ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades em concentração ✓ Falta de assiduidade ✓ Imaturidade ✓ Indisciplina ✓ Problemas particulares

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 14. Dificuldades (2º ano manhã).

1º Bimestre: (9 alunos)	**2º Bimestre:** (8 alunos)
✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Dificuldades em cálculos ✓ Dificuldades na leitura ✓ Dificuldades na segmentação das palavras	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Apatia ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades em cálculos ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldades na leitura ✓ Falta de assiduidade ✓ Indisciplina
3º Bimestre: (10 alunos)	**4º Bimestre** (9 alunos)
✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades em cálculos ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na leitura e escrita ✓ Falta de assiduidade ✓ Indisciplina ✓ Recusa em realizar as atividades	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades em cálculos ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na leitura e escrita ✓ Escrita de textos com segmentação ✓ Falta de assiduidade

propostas	✓ Indisciplina ✓ Recusa em realizar as atividades propostas

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 15. Dificuldades (2º ano tarde).

1º Bimestre: (6 alunos)	**2º Bimestre:** (8 alunos)
✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades cognitivas ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldades na interpretação ✓ Dificuldades na leitura ✓ Falta de assiduidade ✓ Nível intelectual médio-baixo diagnosticado por profissional – família não demonstrou interesse ao tratamento proposto ✓ Reconhece algumas letras do alfabeto	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades em raciocínio lógico ✓ Dificuldades em relacionamento ✓ Dificuldades na escrita ✓ Falta de assiduidade ✓ Indisciplina ✓ Problemas de coordenação motora
3º Bimestre: (10 alunos)	**4º Bimestre:** (8 alunos)
✓ Agressividade ✓ Apatia ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldade na leitura e escrita ✓ Dificuldades em cálculos ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades em raciocínio lógico ✓ Distração ✓ Falta de assiduidade	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na leitura e escrita ✓ Dificuldades no raciocínio lógico ✓ Evasão

✓ Falta de comprometimento ✓ Imaturidade ✓ Indisciplina ✓ Problemas de coordenação motora ✓ Recusa em realizar as atividades propostas	✓ Falta de assiduidade ✓ Indisciplina

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 16. Dificuldades (3º ano manhã).

1º Bimestre	**2º Bimestre**
Nenhum Aluno com Progressão Insatisfatória	Nenhum Aluno com Progressão Insatisfatória
3º Bimestre	**4º Bimestre**
Nenhum Aluno com Progressão Insatisfatória	Nenhum Aluno com Progressão Insatisfatória

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 17. Dificuldades (3º ano tarde).

1º Bimestre : (9 alunos)	**2º Bimestre:** (9 alunos)
✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de aprendizagem ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldades na leitura	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de aprendizagem ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Falta de assiduidade ✓ Falta de compromisso
3º Bimestre: (9 alunos)	**4º Bimestre:** (9 alunos)

✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldades na leitura ✓ Dificuldades na resolução de situações problemas ✓ Falta de assiduidade	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldades na leitura ✓ Dificuldades na resolução de situações problemas ✓ Falta de assiduidade

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 18. Dificuldades (4º ano manhã).

1º Bimestre: (1 aluno)	**2º Bimestre:** (1 alunos)
✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de raciocínio ✓ Dificuldades em cálculos ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldade na leitura ✓ Imaturidade	✓ Desatenção
3º Bimestre	**4º Bimestre**
Nenhum Aluno com Progressão Insatisfatória	Nenhum Aluno com Progressão Insatisfatória

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Tabela 19. Dificuldades (4º anos tarde).

1º Bimestre: (10 alunos)	**2º Bimestre:** (11 alunos)
✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de aprendizagem ✓ Dificuldades em concentração ✓ Dificuldades em raciocínio lógico ✓ Dificuldades em situações-problemas ✓ Dificuldades na escrita ✓ Dificuldades na interpretação de textos	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Dificuldades de aprendizagem ✓ Dificuldades na produção e interpretação de textos ✓ Dificuldades na resolução de questões de raciocínio lógico
3º Bimestre: (10 alunos)	**4º Bimestre:** (3 alunos)
✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Desatenção ✓ Desinteresse ✓ Indisciplina	✓ Alunos remanejados para outros anos por não atender os objetivos propostos para o ano em que estão matriculados ✓ Dificuldades de aprendizagem

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Os dados apresentados nos quadros permitem configurar um panorama dos principais problemas e dificuldades com que se defrontam os professores na sala de aula. Através destes quadros, podemos notar que as dificuldades apresentam certa constância, constatando que, durante o ano todo, estas ocorrências somaram cento e sessenta e cinco.

Tabela 20. Principais dificuldades e ocorrências associadas ao rendimento insatisfatório ao longo dos quatro bimestres descritos pelas professoras.

Nº	**Principais dificuldades**	**Quantidades**	**Ocorrências %**	**Períodos**	
				manhã	**tarde**
01	Agitação, excede nas conversas e brincadeiras	02	1,21	02	-
02	Agressividade	01	0,60		01
03	Alunos remanejados para outras séries de acordo com o nível de aprendizagem	14	8,48	04	10
04	Apatia	05	3,03	03	02
05	Assiduidade	12	7,27	04	08
06	Baixa auto-estima	02	1,21	01	01
07	Concentração	08	4,84	02	06
08	Déficit de atenção	02	1,21	01	01
09	Desatenção	18	10,90	04	14
10	Desinteresse	21	12,72	08	13
11	Desinteresse da família – falta de apoio e incentivo à criança	02	1,21	-	02
12	Desorganização	01	0,60	1	-
13	Dificuldade de coordenação motora	02	1,21	-	02
14	Dificuldade de escrita, leitura e interpretação.	18	10,90	04	14
15	Dificuldades cognitivas	01	0,60	-	01
16	Dificuldades de aprendizagem.	05	3,03	-	05
17	Dificuldades em cálculos, raciocínio matemático e resolução de problemas.	18	10,90	08	10
18	Distração	01	0,60	-	01
19	Evasão	01	0,60	-	01
20	Falta de compromisso	02	1,21	1	1
21	Imaturidade	04	2,42	-	4
22	Indisciplina	10	6,06	3	7
23	Não freqüentou a pré – escola	01	0,60	-	1
24	Nível intelectual médio-baixo diagnosticado por profissional	01	0,60	-	01

	(especialista)				
25	Problema comportamental	01	0,60	-	01
26	Problemas de coordenação motora	03	1,81	01	02
27	Problemas particulares	01	0,60	-	01
28	Reconhece apenas algumas letras do alfabeto.	01	0,60	-	01
29	Recusa em realizar tarefas	04	2,42	01	03
30	Socialização	01	0,60	-	01
31	Tarefa de casa incompleta.	01	0,60	-	01
32	Tarefas incompletas	01	0,60	-	01
	Total	165	100	48	111

Fonte: Atas de registros do rendimento escolar bimestral

Este quadro revela um panorama relativamente claro das principais dificuldades dos alunos que afetam a melhoria na progressão escolar. Somados desatenção, desinteresse e assiduidade, aspectos intimamente relacionados, nota-se que cerca de um terço das dificuldades dos alunos se concentram aí. Dificuldades relativas à aprendizagem da língua portuguesa (leitura, escrita e interpretação) e aprendizagem de matemática (cálculo, raciocínio e resolução de problemas) constituem outros blocos que obstaculizam a progressão escolar das crianças. Já a questão da indisciplina, tão alardeada, não e apontada com muita freqüência. Outra questão que chama a atenção é o fato de que, mesmo por determinação da nova lei de diretrizes e base sobre reclassificação, existe um número significativo de alunos que são remanejados, para salas anteriores ao ano correspondente ao seu.

Isto sugere que a formação continuada dos docentes deveria centrar-se nestes focos.

Podemos dizer que esse quadro de dificuldades constitui a situação problema base a partir da qual os projetos, atividades de aperfeiçoamento docente deveriam estar sendo planejadas e desenvolvidas. Assim, pergunta-se: que atividades a escola desenvolve na direção de solução destas dificuldades, constituindo assim as atividades de capacitação em serviço? Qual a presença e o papel do diretor da escola neste quadro? É nos diferentes olhares para a unidade escolar e nas ações que deste olhar derivam que poderemos encontrar as respostas para estas indagações.

4.5 Um olhar sobre as práticas formativas na unidade escolar

Diante da descrição dos professores a respeito da situação apresentada nas atas de rendimento escolar, iniciaram-se as observações no conselho de classe e série, no decorrer do terceiro bimestre de 2005.

A reunião do conselho de classe e série do terceiro bimestre se deu da seguinte forma: todos os professores da unidade escolar e a coordenadora pedagógica se reuniram no período da manhã por quatro horas, sendo coordenado pela diretora da escola. Os professores estavam em uma das salas de aula, com a disposição das cadeiras em forma de "U". A diretora iniciou a reunião do conselho de classe e série distribuindo uma pauta com os seguintes itens: 1) Leitura compartilhada do texto: Sucesso e Sucesso, de Thomas Edison. 2) Dinâmica: A escolha. 4) Avisos. Conselho. 5) Preenchimento da ficha de freqüência. 6) Café. 7) Preenchimento da ficha individual dos alunos. Logo após a distribuição da pauta, foi realizada a leitura do texto indicado com os comentários da diretora chamando a atenção de todos para que cada um ficasse atento ao caminho do sucesso e que este não era restrito apenas ao professor, mas deveria estender-se aos seus alunos. No início, pareceu que a questão central do conselho seria a discussão e ações conjuntas tendo em vista os baixos rendimentos de alguns alunos. Mas ao longo do conselho essa questão central foi se descaracterizando.

Foram dados alguns avisos de ordem administrativa, como: para que todas ficassem atentas ao número de faltas dos alunos e quem estivesse ultrapassando o limite do razoável deveria fazer a compensação de ausência no período contrário; dependendo da situação, o Conselho Tutelar seria acionado. Outra observação feita pela diretora foi em relação ao preenchimento de uma ficha de acompanhamento individual para que fosse preenchida com atenção, não se esquecendo de observar as faltas, a participação dos alunos nas aulas de recuperação e como seriam realizadas as compensações de ausências. A diretora sentada na frente da sala chamava as professoras individualmente, perguntando sobre o rendimento da sala de aula se este foi satisfatório, se houve progressão, se foram realizadas atividades diferenciadas com os alunos que apresentaram dificuldades, que tipo de atividade a professora propôs, como estava a utilização da apostila (sistema de ensino em substituição ao livro didático do aluno) adquirida pela escola e como ela estava pensando o encaminhamento do aluno para a recuperação. Este procedimento foi feito com cada uma das professoras; a

professora vinha à mesa onde estava a diretora, sentava-se à sua frente começando o diálogo. A diretora anotava as observações em uma folha individualmente. Enquanto uma professora estava sentada com a diretora, as outras professoras que já haviam passado pelo "conselho" e as que ainda aguardavam, ficavam preenchendo as atas do rendimento dos alunos e a folha com o perfil de cada classe. O diálogo da diretora com a professora só era interrompido quando era mencionado algum problema com algum aluno, o qual tinha um irmão ou irmã em outra sala, verificando se problemas parecidos aconteciam com o irmão/irmã. O "conselho" prosseguiu como a pauta sugerida, com a pausa para o café, momento em que foram comemorados os aniversariantes do mês como forma de confraternização. O preenchimento da ficha de freqüência, assim como o da ficha individual dos alunos era realizado simultaneamente com o diálogo com o diretor que após o café, contou com a ajuda também da coordenadora pedagógica, a qual realizava o mesmo procedimento do diretor já mencionado anteriormente. Diante disso, procuramos entender a prática estabelecida por esta escola para o conselho de classe. A sensação ao participar deste conselho, era de um conselho que estava funcionando burocraticamente. Desta forma, como este poderia servir de meio para superação de dificuldades? A observação no conselho de classe do 4º bimestre não foi realizada porque ao consultar a direção ela informou que o conselho propriamente estava sendo realizado pela coordenadora pedagógica que estava conversando individualmente com cada professor, fazendo as mesmas perguntas no conselho do terceiro bimestre. No dia marcado foi realizada uma reunião geral para que cada professora fizesse uma avaliação geral do ano com os pontos negativos e positivos do andamento da escola como um todo. Cada professora falou sobre o resultado satisfatório e insatisfatório dos alunos, alunos evadidos e os retidos por progressão insatisfatória ou falta de assiduidade. Depois foi realizada uma atividade de confraternização com a exibição do filme "Os dois filhos de Francisco" e brincadeiras no Caraoquê.

Frente a esta constatação, questões emergem, tais como: Qual a finalidade de um conselho de classe e série? Será que poderemos chamar este momento de um conselho de classe? Quais as orientações normativas do regimento interno da escola referentes a este conselho? Qual o destino das informações geradas pelo conselho de classe? Ficam presas ao registro de atas apenas ou são discutidas nas horas de atividades coletivas (H.A.C)? No Projeto-Pedagógico da escola, existem programas voltados à formação dos professores? O regimento interno da escola prevê isto?

Começa-se a responder pelo projeto-pedagógico da escola. Este indica uma intenção de fortalecer e investir na formação dos professores, fato constatado após a leitura do projeto que no seu plano de curso prevê: "cursos de capacitação oferecido pela secretaria da

educação, pela oficina pedagógica; e nos horários de HACs (horário de atividade coletiva) na unidade e fora dela, através de textos com propostas de estudos, palestras, trocas de experiências para auxiliar na formação do professor, bem como o envolvimento e a maior participação da família. O projeto prevê também a implementação de uma sala de leitura totalmente reelaborada e equipada para despertar cada vez mais o gosto pela leitura."

Inserido na proposta pedagógica da escola existe um capítulo referente ao papel do gestor e do coordenador pedagógico que destaca: "É papel do diretor/coordenador estimular os professores na busca de novas metodologias, capacitações para que os mesmos possam motivar seus alunos. O acompanhamento e o direcionamento desse trabalho será realizado em todos os momentos do processo educativo, utilizando as horas de trabalhos pedagógicos coletivos, as reuniões pedagógicas de planejamento, a análise dos indicadores do SAEM, do SARESP e do Curso de Gestão para o Sucesso Escolar, as reuniões do Conselho de Classe e Série e o próprio dia-a-dia escolar.

A direção e a coordenação participarão também de forma efetiva do acompanhamento da realização das atividades para um trabalho pedagógico de qualidade, através de uma interação participativa e cooperativa para que ocorra o sucesso escolar". Também na Aplicação de Recursos Financeiros são prioridades: "Os recursos recebidos pela Unidade Escolar via FNDE/MEC, Prefeitura, Estado, cantina, contribuições espontâneas e outros meios serão utilizados na conservação e manutenção do Prédio Escolar, na aquisição de material necessário ao seu funcionamento, material didático pedagógico, no aperfeiçoamento de profissionais da educação, no desenvolvimento de atividades educacionais e implementação de projetos pedagógicos".

Porém, tendo em vista os fins deste estudo, tornou-se necessário obter melhores informações de como acontecem as atividades nos H.A.Cs, enquanto espaço possível de reflexão sobre a prática escolar, seus resultados e dificuldades; se os H.A.Cs se convertiam em espaços de formação em continuidade dos professores daquela unidade escolar. Participei dessas reuniões de horário de atividades coletivas, desde agosto de dois mil e cinco até dezembro de dois mil e cinco. Tendo participado ao todo de quatro reuniões; visando obter um quadro sistemático do total de reuniões realizadas, foi realizado um levantamento dos principais temas abordados durante o ano para melhor subsidiar a análise da formação dos professores, no momento que todos eles estavam reunidos por duas horas semanais.

As principais questões abordadas nas reuniões no período de fevereiro a dezembro de 2005, no horário das 17h30min às 19h30min, retiradas das atas de reuniões registradas pela coordenadora pedagógica da escola encontram-se na abaixo.

Tabela 21**.** Principais assuntos abordados nas reuniões de horário de atividade coletiva (H.A.C) no período de fevereiro a dezembro de 2005.

Dias do H.Á.C. 2005	**Assuntos**
04/02	Discussão e definição do Calendário 2005 - (Eventos, reunião de pais, ornamentação da Escola). Leitura Compartilhada - "Aprender e Sonhar" (autor desconhecido) Diretrizes para docentes no ano letivo.
10/02	Integração na volta às aulas e sugestões de planejamento. Leitura Compartilhada: "Dois Remos" (autor desconhecido). Reflexão sobre artigo de revista "Que pessoas queremos formar?" Guiomar N. Mello- Fundação Victor Civitta).
14/02	Discussão sobre o calendário de eventos de 2005 e seus responsáveis. Divulgação do Concurso de cartazes anti-drogas - SENAD (Secretaria Nacional Anti Drogas). Definição de horários das disciplinas e atividades como: biblioteca, ed. Física, Computação, HAC. Leitura Compartilhada- " O Choro das Estrelas " – (Geremias Estevão).
28/02	Leitura Compartilhada:- "Você Aprende" (autor desconhecido) Discussão para definir pauta de reunião de pais em 02/03 Texto informativo sobre:- SARESP 2004 – Concurso de redação de Cartas para jovens 09 a 15 anos. Sugestão de atividades: "Bons leitores são bons alunos em qualquer disciplina" (texto/artigo da revista ESCOLA março 2005)
02/03	Reunião de pais – atendimento no horário do H.A.C.
07/03	Texto sobre Mulheres, em comemoração à data comemorativa.

	Capacitação de GRUHBAS - Projeto Educacional e Cultural, grupo de professores de História da Baixada Santista) – Lei nº 10639/03, sobre a diversidade cultural e étnica e as práticas escolares. Este grupo atua com formação permanente. Troca de idéias sobre o evento "Páscoa" e sobre a reunião de pais.
14/03	Leitura Compartilhada: "Como criar uma Escola Acolhedora" Troca de experiências e situações baseadas no texto de criar um arquivo para resenhas. SARESP 2004 (análise do resultado)
21/03	Leitura Compartilhada: Papagaio Congelado (texto de Ricardo Azevedo). SAEM 2005 (sistema de avaliação). Capacitação de GRUHBAS (grandes procura para inscrição). Grade Curricular. Planejamento de Ensino. Troca de experiências da diretora que realizou capacitação na Argentina
28/03	Leitura Compartilhada "Convite a Loucura" (autor desconhecido). Apresentação de Páscoa. Planejamento de Ensino. Sugestão da montagem de um painel com aniversariantes e frases elaboradas pelos alunos.
04/04	Leitura Compartilhada "Assembléia na Carpintaria" - reflexão sobre a importância do trabalho em equipe. Sugestão de organização de passeio e viagens com a turma durante o ano. Ficou decidido que a comemoração dos aniversariantes do mês, será no último dia útil de cada mês, com horário marcado. Divisão das professoras em equipe para dar continuidade ao planejamento de ensino iniciado em 28/03.

11/04	Leitura Compartilhada "Lição de Criatividade" (autor desconhecido). Reflexão sobre o esforço de se conseguir o que quer. Assuntos diversos: datas Comemorativas Calendário Escolar. NAME. Pauta para a próxima reunião de pais
18/04	Palestra com o psiquiatra Dr. Edson Assis Pantaleão. Parceria com a secretaria da saúde.
25/04	Leitura Compartilhada "Café – com –leite" (autor desconhecido) Leitura e estudos dos textos em equipes – Lei 10.639/03 Discussão sobre as faltas excessivas a serem compensadas em horários contrários pelos alunos Pauta de conselho de classe Orientação sobre a realimentação dos painéis Conselho de classe Projeto Alfa Oficina pedagógica (Sugestão de temas para estudo) Projeto da Equipe de Saúde (alunos c/ maiores problemas)
02/05	Texto "Pedaço Perdido" (autor desconhecido) Reunião de pais e mestres
09/05	O tamanho de cada um. Leitura compartilhada Definição da reunião de pais e mestres Tempo para preenchimento das fichas individuais dos alunos
16/05	Leitura Compartilhada "Software para a sua vida" (autor desconhecido) Presença da Equipe de saúde mental, com o intuito de fazerem um levantamento sobre os problemas encontrados na unidade escolar.

19/05	Troca de experiência sobre o que vem dando certo nas escolas municipais, nesta data a Professora Nacir apresentou o Projeto de fichas, que tem como intuito "manter a disciplina e elevar a qualidade de ensino"
30/05	Reunião no anfiteatro da Prefeitura Municipal para uma palestra com o psicólogo "Guilherme Davoli" sobre o tema: "Se quisermos viver melhor, temos que dar bons exemplos."
06/06	Leitura Compartilhada: "Tudo são Maneiras de ver" (Fernando Pessoa) Discussão sobre Festa Junina, definição da data; SAEM – aplicação dia 22/06 Estudos, fórum e reflexão dos textos do Curso do GRUHBAS
13/06	Leitura Compartilhada - "Não te preocupes" Materiais para alunos Dia letivo 18/06, com atividades lúdicas e recreativas
23/06	SAEM 2005 - discussão e correção das avaliações.
27/06	Continuidade as Correções das avaliações do SAEM Festa Junina
11/07	Leitura Compartilhada: "De uma coisa podemos ter certeza" Curso do GRUHBAS (grupo de professores de história da baixada santista) Sugestão de leitura para o recesso escolar Definido apresentação para o dia do Folclore Definições para o conselho de classe Encerramento do semestre com uma palestra com o professor Marco Pratta
15/07	3 - Conselho de Classe

08/08	Leitura Compartilhada: “Oração” (autor desconhecido) Pauta das reuniões de pais Tarde do folclore Planejamento Ofício do Smae - Normas de Vigilância
15/08	Leitura Compartilhada - “ Cicatrizes” Aviso sobre as assinaturas no livro ponto Definição do horário da apresentação da escola na Tarde do Folclore Cinema
22/08-	Comentários sobre a Tarde Folclórica Comentários sobre a capacitação na Diretoria de Ensino **Gruhbas:** Todas as participantes da reunião foram para a sala de informática para participar do Fórum de discussão e fazer troca de experiências sobre o curso oferecido. **COC:** Sistema de Ensino Avisamos as professoras que a equipe do COC estará vindo fazer uma visita em nossa Unidade Escolar no dia 24 ou 25/08
29/08	Leitura compartilhada: “Corações Distantes” Concurso: Empinando Pipa. Entregamos o manual para o professor e também passamos o vídeo Empinando Pipa Com Segurança Gruhbas: As professoras acessaram o site do Gruhbas para fazerem trocas de experiências e discussão do fórum do curso “A Lei 10639/03” Desfile Cívico: Combinamos o local da concentração dos alunos e professoras para o desfile cívico Capacitação. Avisamos às professoras que a palestra “A importância do limite no desenvolvimento da pessoa” foi remarcada para o dia **05/09/05,** às **19h** em **Santa Rita do Passa Quatro, no Anfiteatro Dr. Mário Covas.**

19/09	Grhubas: Neste dia fizemos a leitura e o estudo do texto "Consciência Negra e Inclusão" e "O atlas racial e os que não querem ver" e chegamos à seguinte conclusão Desfile Cívico Equipe da Saúde Mental. Neste dia vieram em nossa Unidade Escolar a psicóloga Mariana e a enfermeira Michele para conversarem com as professoras e também darem uma devolutiva dos casos de alunos que estão em terapia Agenda 21. Perguntou-se às professoras se acham que devem criar a agenda 21 e como na capacitação de professores fora falado, acham que deve ser mais em nível de 5ª a 8ª série. Continuarão desenvolvendo os projetos e talvez façam uma feira na escola, com temas diversos para estar fazendo a conscientização sobre a preservação do meio ambiente Semana da Criança. Pedimos que fossem pensando nesta semana em atividades para fazermos em comemoração ao Dia das Crianças – Encontro de educadores**.** Aproveitamos para avisar que nos dias 13 e 14/10 haverá capacitação com o psicólogo Guilherme Davoli, sendo que é obrigatório a professora participar no período de trabalho e aquela que quiser participar o dia todo receberá certificado.
26/09	Leitura Compartilhada: "Mudando o Futuro" Campanha Criança Ajuda Criança. Também orientamos as professoras para que divulguem a campanha aos alunos, pedindo a doação de brinquedos que não usam mais para as crianças carentes
03/10	Conselho de Classe
17/10	Leitura Compartilhada: Maneiras de ser feliz Gruhbas. A seguir dividimos o grupo de professores em dois grupos, sendo o primeiro composto pelas professoras das séries iniciais (1ª e 2ª séries) e o outro pelas professoras da 3ª e 4ª séries Campanha do piolho
24/10	Leitura Compartilhada: "Momentos" Equipe da Saúde Mental**.** Foi realizado a dinâmica do bombom, o objetivo

	da dinâmica era para refletir se é bom fazermos trocas. Gruhbas**.** Estudo e discussão do texto: Linguagens múltiplas na diversidade cultural e racial
07/11	Palestra sobre Inclusão com o Supervisor de Ensino Professor Edevaldo, da Diretoria de Ensino de São Carlos.
14/11	Continuidade à capacitação sobre Inclusão com as Professoras Ângela Valéria e Márcia, da Oficina Pedagógica. Neste dia foi feito o resgate do 1º encontro através da apresentação de trechos de filmes (documentários), com levantamentos de aspectos relacionados à inclusão do deficiente físico, para fins de reflexão.
28/11-	A palestra sobre Inclusão com o Supervisor de Ensino Professor Edevaldo, da Diretoria de Ensino de São Carlos.
05/12	Mensagem de Natal Leitura do texto: "Debater e opinar estimulam a leitura e escrita". Fizemos a leitura do texto de Ana Teberosky Brincadeira: Elefantinho Branco. Fizemos esta brincadeira com a finalidade de fazermos uma confraternização entre toda a equipe escolar, com o objetivo de lazer, união e descontração.
12/12	Mensagem**:** Enquanto Houver Amizade Leitura de textos: 20 dicas para dominar as modernas práticas pedagógicas Filme: A fuga das galinhas**.** Assistimos alguns trechos do filme onde podemos perceber o trabalho em equipe e os resultados obtidos Recados e agradecimentos

Fonte: Atas e pautas dos Horários de Atividades Coletiva.

Nas participações das reuniões do H.A.C., pôde-se observar que o grupo de professores é participativo e tem liberdade para se manifestar sobre os temas discutidos nas reuniões. Todas as questões das pautas, elaboradas pelo diretor e o coordenador pedagógico, foram discutidas. Na coordenação da reunião há um equilíbrio na fala do diretor com a do coordenador. Em todas as reuniões foram elaboradas pautas, com os temas apresentados no

quadro anterior, e depois era lavrada uma ata pela coordenadora pedagógica registrando as discussões e conclusões estabelecidas.

Os registros das pautas das reuniões dos H.A.C indicam uma preocupação na organização e debate de temas relevantes. A este respeito, as pautas das reuniões sugerem que as reuniões de H.A.C, constituem de fato um espaço importante de discussão de aprendizagens que fortalecem os laços que identificam os docentes com a escola, sendo este fato certamente relevante em si e que afeta a qualidade de trabalho escolar. Retomando a importância da presença do diretor neste processo, Hutmacher (1992, 74) enfatiza que:

> (...) Os diretores das escolas, desempenham um papel determinante, ainda que delicado muito delicado. Sua posição permite-lhes suscitar iniciativas e instituir lugares destinados ao intercâmbio e ao debate; mas é preciso evitar os perigos de um controle muito próximo, que poderia (re) conduzir às rotinas da tradição burocrática.

Não obstante, à presença permanente do diretor neste processo, tais registros fortalecem duas suposições importantes. Primeiro, a de que estas reuniões não constituem um momento para reflexão sobre os problemas que afetam a aprendizagem dos alunos, conforme demonstrado nas atas das reuniões de classe e série. As atividades propostas não mantêm relação com as dificuldades apontadas pelos professores nos conselhos de classe e série. As palestras, os textos, os assuntos constantes nas atas, em que pese sua importância não apresentam um vínculo explícito com as dificuldades dos alunos, registradas pelos próprios professores durante o conselho de classe e série no documento denominado como perfil da classe. Tal constatação tende a confirmar a afirmação de Hutmacher (1992, 43) de que a escola não fez uma reflexão sistemática sobre o seu trabalho de modo a corrigir, melhorar ou confirmar os caminhos percorridos.

Esta constatação não obscurece o fato de se tratar de uma boa escola, prestigiada pela comunidade e que apresenta boas condições de trabalho para seus professores, com altas taxas de bom aproveitamento escolar. Entretanto, este é um detalhe de como acontece a administração escolar, que lidada de outra forma acrescentaria algo a mais de qualidade na administração e na qualidade de ensino. E qual é o lugar do diretor em todo este processo? Não fica explícita a participação do diretor da escola na intenção de formação dos professores e o acompanhamento avaliativo dos resultados obtidos nos conselhos de classe com os indicadores das principais dificuldades apresentadas pelos alunos.

Até o momento, vários foram os olhares, porém todos tendem a não revelar como ocorre no tempo e no espaço, a gestão realizada pela direção da escola, especificamente

quanto à formação em continuidade; formação esta que deveria estar a serviço da ação pedagógica, de soluções dos problemas que persistem e a cada bimestre se configuram.

Assim, este estudo vem reforçar a necessidade de se estar atento aos fatos que emergem das salas de aula e que são apontados pelos próprios professores; torna-se indispensável o olhar do diretor para a reflexão da sua própria prática. Isso significa que não basta "elevar" apenas o nível de formação com qualquer curso, por melhor que ele seja em si. O essencial, no processo de formação docente em continuidade, refere-se à necessidade de que tais cursos, ou outras atividades como parte das reuniões entre os professores, estejam articuladas aos problemas e dificuldades vivenciadas em sala de aula. Em que pese os aspectos importantes e positivos que enriquecem uma cultura de trabalho coletivo nesta escola estudada, e a qualificação docente, o que ali ocorre não parece indicar esta relação necessária entre a formação em continuidade e os problemas de ensino-aprendizagem que brotam do cotidiano escolar. Este estudo sugere também que, em que pese à existência, no interior da escola, de espaços de estudo e debates, que fortalecem os professores a enfrentarem os problemas do cotidiano escolar, falta foco sobre os problemas fundamentais que surgem logo nos primeiros anos do Ensino Fundamental. O foco de cursos, palestras e leituras, enfim, o processo de aperfeiçoamento docente de formação continuada deveria incidir sobre tais dificuldades presentes nos alunos. Caso isto não ocorra, continuará o faz de conta de que muito se faz, nada se aprende, uma vez que burocraticamente falando "tudo" está sendo feito.

CAPÍTULO 5

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO COTIDIANO ESCOLAR

Para que os professores ensinem é preciso que estes tenham assegurado o seu direito de aprender, saindo de uma posição de individualismo na sua reflexão, para o de potencializador de uma reflexão crítica dos seus saberes diários compartilhados com todos os trabalhadores da sua escola. Assim, com este último capítulo, coloca-se a formação em serviço como o primeiro passo no sentido de transformar a escola em uma escola de qualidade e a construção de uma escola de qualidade irá implicar na transformação da própria cultura organizacional desta instituição de serviço.

A qualidade da formação dos educadores não garante, por si só, a qualidade da educação escolar, até porque precisaríamos refletir sobre o que é algo de "qualidade", mas é por um outro lado, uma condição indispensável, partindo do princípio de que a qualidade da formação continuada deve responder tanto às necessidades do sistema do ensino como às demandas dos professores no seu cotidiano. Acredita-se que existem outras condições como a valorização profissional, contexto institucional favorável ao espírito de equipe, a construção coletiva e o exercício responsável da autonomia e outras; que qualifica o profissional, mas o que aqui estará em destaque é a formação no dia a dia da escola.

A formação inicial, todos os professores a possuem, porém o trabalho e a promoção de competências que o qualifiquem não apenas como um ocupante da sua função docente isoladamente, mas também como a condição de membro de uma equipe, onde a atualização, o aprofundamento de conhecimentos profissionais deverá ser promovido em processos de formação continuada nos quais cada professor trabalha, acontece no seu dia a dia, isto é, na escola. São as fundamentações e aprofundamentos no interior da escola que possibilitam as transformações para a implementação e avaliação do projeto educativo e transformador da escola.

As transformações na unidade escolar que a realidade hoje exige só poderão ser conquistadas com investimentos simultâneos em todos esses aspectos e com a formação

em serviço. Formação esta que se pode constatar na EMEF Professor Francisco, no município de Descalvado. Mesmo que não havendo documentos ou registros específicos sobre formação continuada, existe uma preocupação demonstrada na participação do diretor na elaboração das pautas do H.A.C (horário de atividade coletiva), por exemplo, valorizando o saber docente não só na prática, mas também em sua fundamentação entre as práticas do cotidiano e as práticas determinadas legalmente.

Mas o que é necessário para a prática de qualquer trabalhador da escola? São as competências? As experiências? O conhecimento? Os saberes são necessários e amplos, porém muitas vezes acabam que distorcidos pelas próprias políticas educacionais. Pimenta (2002) faz uma breve retrospectiva sobre a formação de professores em nosso país. Nos anos de 1960, Aparecida Joly Gouveia e outros autores da área de Sociologia da educação na USP inauguraram a pesquisa em educação no país. Também na mesma época o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP), órgão do governo federal criado e dirigido por Anísio Teixeira, também realizava importantes pesquisas. Já as pesquisas sobre a Escola Normal (formação inicial) prosseguiram, especialmente depois da Lei 5692/71, quando o Ensino Normal passou a ser uma das habilitações do ensino profissionalizante. Neste contexto, a questão da formação docente a partir do ensino médio, perde sua especificidade e mergulha no bolo geral da formação profissional, com prejuízos na qualidade da formação docente da antiga escola normal. Nos anos 80, de modo geral, os debates apontavam para a transformação paulatina da formação dos professores. Essas citações servem para retratar que a direção para transformações ao longo da história da formação docente, não aconteceram de um dia para o outro, mas foi fruto de um conjunto de ações. Essas pesquisas nos configuram o atual contexto da formação dos professores, que tem como marco de referência o I Congresso sobre Formação de Professores nos Países de Língua e Expressão Portuguesas, realizado em Aveiro (Portugal) em 1993.

Neste novo contexto, muitos estudiosos da educação, trouxeram contribuições importantes para o problema da formação docente. Pimenta (2002, 21-22) afirma que a formação profissional do professor deveria valorizar em seu currículo uma formação profissional que proporcionasse o desenvolvimento da capacidade de reflexão da sua própria ação nos diferentes contextos e diversidade. A autora aponta a necessidade de formar profissionais capazes de ensinar em situações singulares, instáveis, incertas, carregadas de conflitos e de dilemas, que caracterizam o ensino como prática social em contextos historicamente situados. Ao falar do professor no contexto mais amplo das políticas

educacionais, afirma: "(...) a formação contínua não se reduz ao treinamento ou capacitação e ultrapassa a compreensão que se tinha de educação permanente".

Sobre a questão da formação do professor, Perrenoud (2002) destaca seis tipos de paradigmas relativos à natureza do ofício de professor: um professor "culto", aquele que domina os saberes; um professor "técnico", que adquiriu sistematicamente o "saber-fazer técnicos"; um prático "artesão", que adquiriu no próprio terreno esquemas de ação contextualizados; um "prático reflexivo", que construiu para si um saber da experiência; um "ator social", engajado em projetos coletivos; uma "pessoa", em relação a si mesmo e em desenvolvimento. Estes aspectos apontam para a necessidade de aprofundar o conhecimento das estratégias e procedimentos da formação contínua dos professores, em uma perspectiva que supere as práticas atuais, vislumbrando a experiência e o conhecimento do professor diante das suas ações no cotidiano.

Indicações sugeridas nos Referenciais para Formação de Professores do Ministério da Educação (BRASIL, 1999, 131), merecem destaque:

> a atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre o trabalho educativo deverão ser promovidos a partir de processos de formação continuada que se realizarão na escola onde cada professor trabalha e em ações realizadas pelas Secretarias de Educação(...).

Quanto às indicações para a organização curricular e de ações de formação de professores destacamos: Garantia de espaços e tempos reservados na rotina de trabalho na escola que os professores e coordenadores realizem práticas sistemáticas; previsão de um sistema de apoio aos professores iniciantes, formação continuada definido por indicadores, as modalidades de formação devem ser planejadas cuidadosamente,os programas devem utilizar recursos de documentação, a observação da atuação dos professores é parte intrínseca do trabalho dos formadores, existência de uma seqüência dos conteúdos de formação e a definição sistemática de avaliação criteriosa.

Algumas dessas indicações para a formação são percebidas com destaque na escola observada: Os espaços e os tempos reservados na rotina de trabalho da escola. Na escola, um dos melhores espaços para reflexão com tempo de duas horas semanais, com a presença sistemática e orientação da coordenadora pedagógica, é o Horário de Atividade Coletiva. Nestes encontros os professores estudam, trocam experiências, documentam trabalho, criam e planejam juntos, apresentam e discutem propostas didáticas para a sala de aula. Existem também mais dois momentos que propiciam o encontro entre os professores: o

intervalo de vinte minutos e os conselhos de classe e série com uma média de tempo de quatro horas para cada reunião que se dá duas vezes no semestre. Destacamos também:

1. Apoio aos professores. A escola possui um coordenador pedagógico que além das orientações coletivas nas reuniões, também se faz presente em sala de aula, para discussões e reflexões diretamente no dia-a-dia.
2. Utilização de documentos e indicadores. Todos os professores realizam registros e dispõem de vários recursos no que refere a documentação para fornecimento de dados para reflexão e aplicação em suas ações. Recursos, tais como: diários ou semanário do professor, registros elaborados para a orientação da classe e organizado em conjunto com o coordenador de escola, tal documento chamado como "perfil da sala de aula".
3. Uso de tecnologias como recursos de ampliação cultural e profissional. Na escola Profº Francisco os professores têm acesso a revistas, jornais, computadores, internet, a qualquer momento.

É preciso lembrar que paradigmas precisam ser revistos, pois os destaques de espaço e tempo utilizados pela escola, ainda que importantes, certamente não devem ser tratados de maneira isolada, mas na relação entre o professor e o sistema organizacional da escola.

Um outro aspecto, este de natureza legal no âmbito do município, de Descalvado constitui também incentivo à formação docente: a lei municipal nº. 1.725, de 10 de fevereiro de 1998, que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. Esta lei garante as condições de trabalho e incentivo aos professores, tornada realidade com a aprovação do plano de Carreira do município, assegurando a progressão funcional do professor. No plano de carreira, a progressão define níveis de remuneração dos professores diferenciados conforme sua formação acadêmica. Após revisão e alterações para atualização, esta lei foi substituída pela lei nº 2359, de 15 de Dezembro de 2003 que também dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal.

Este plano no seu artigo 12 estabelece que nível qualificação cada profissional está, estabelecendo vantagens para a vida funcional:

> a carreira do Quadro do Magistério do Município de Descalvado permitirá movimentação vertical e horizontal dos profissionais de educação e será constituída de classes de docentes distribuídas pelos respectivos níveis, a saber: Professor com Ensino Médio, Nível I,Professor com Ensino Superior, Nível II, Professor com Especialização, Vice-Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional Nível III, Professor com mestrado, Vice-Diretor com Especialização, Coordenador Pedagógico com Especialização, Orientador Educacional com Especialização, Diretor Escola e Diretor de Creche Nível IV, Diretor de Educação com Especialização, Supervisor com Especialização, Diretor Escola/Creche com mestrado Nível V e Professor com Doutorado, Vice-Diretor

> com Doutorado, Coordenador Pedagógico com Doutorado, Orientador Educacional com Doutorado, Diretor com Doutorado, Diretor Educação com Mestrado/Doutorado, Supervisor com Mestrado/Doutorado Nível VI.

O artigo 33 desta lei prevê que todos os integrantes do Quadro do Magistério serão enquadrados em seus níveis de carreira, de acordo com o valor de seus respectivos salários base, após a aprovação da presente Lei da progressão funcional. A progressão funcional é a passagem do integrante do cargo ou função do magistério para a classe superior a que pertence, mediante avaliação de indicadores de crescimento da sua capacidade profissional e se dará nas seguintes modalidades:

Artigo 38 – *A progressão funcional por via acadêmica se dará com a apresentação pelo integrante do magistério de documentação referente aos títulos de:* ***I*** *– habilitação em curso de licenciatura plena;* ***II*** *– curso de pós-graduação em nível de especialização;****III*** *– curso de pós-graduação em nível de mestrado ou de doutorado.*

Artigo 40– *A SECET organizará comissão de representantes dos diversos segmentos da Educação, que estabelecerá critério para pontuar os cursos de atualização e aperfeiçoamento, e a produção profissional.*

Muito se tem discutido e escrito sobre a formação em serviço e suas conseqüências, como a de garantir a permanência com qualidade do trabalho docente. Como se vê, a existência do H.A.C no âmbito de cada escola municipal, bem como as condições que a lei prevê para a progressão funcional docente, são fatores institucionais relevantes que favorecem a formação contínua do professor. Esta progressão serve como incentivo aos professores através das atualizações com cursos, garantindo uma elevação de nível e conseqüentemente salarial, criando condições para que o trabalho docente se desenvolva.

Para a compreensão de formação continuada de professores apresentada neste trabalho deve ficar claro que formação continuada distingue-se da formação inicial dos professores no que se refere aos conteúdos e fundamentações realizados no curso de magistério ou ensino superior. A idéia de formação continuada está voltada para o trabalho professor, o exercício de sua docência, o processo de construção da sua profissionalidade; um professor que além de informar, também forma, informa-se, formar-se; um profissional que consegue refletir sobre sua própria ação.

Nesta circunstância, cabe ao diretor de escola investir positivamente nos saberes do que o professor já possui, tanto do ponto de vista teórico, como prático: investimento contínuo, colocando-os em situações de reflexão sobre sua ação, fazendo ver a necessidade de uma retrospectiva da sua aula, fazer perguntas ou observar as falhas nas práticas junto a seus alunos, efetuando mesmo registros reflexivos sobre as aulas. Esta

reflexão sobre a ação, porém, não deve ser vista pelos professores como algo burocrático; eles não devem ser meros executores e cumpridores de decisões impostas pelo diretor ou determinações das instâncias superiores da secretaria de Educação ou Conselho Municipal de Educação. A perspectiva é que a reflexão da ação se torne necessária e útil para o dia a dia do professor de forma qualitativa e quantitativa na sua formação profissional.

Apoiar os professores na reflexão prática do fazer e pensar deve ser uma prática a ser construída por toda a equipe escolar. Toda a equipe, com o apoio do diretor, e tendo como base o projeto-político pedagógico da escola construído coletivamente, deve aprimorar seus conhecimentos de maneira intencional. Fazer presente as inovações pedagógicas introduzidas no ensino hoje supõe a idéia que o professor utilize novos instrumentos e desenvolva novos valores pedagógicos. Em relação aos contextos políticos, sociais e institucionais, o diretor deve estar junto ao professor para que este se colocar frente à realidade, apropriando-se do momento histórico, como alguém que está inserido nesta história e que deve fazer história reagindo a ela.

Os professores aprendem sua profissão de várias formas, isto é, pelas teorias conhecidas de ensino e aprendizagem, na sua formação inicial, mas também, no seu exercício profissional. Cabe ao professor considerar seu saber, seu saber-fazer, seu saber-refletir e, finalmente o seu saber agir e refletir sobre seus saberes. Porém refletir sobre as ações do dia a dia, avaliando e retomando novas ações, não é um exercício fácil. Muitos dos professores que atuam na escola Professor Francisco no município de Descalvado, informalmente na sua maioria afirmavam que a teoria é importante, mas só souberam o que era dar aula, quando iniciaram a dar aula; mesmo as observações nos estágios, as regências exigidas pelos cursos, a realidade da sala de aula na escola era bem diferente. Apenas elaborar as aulas em "fichinhas de planos de atividades", não bastava para a garantia de uma boa aula. Cada dia era dia de errar e, conseqüentemente, aprender.

Não podemos apenas pensar que exista simplesmente um problema de diálogo entre teoria e prática, mas como os professores utilizam a sua teoria e fundamentam sua prática. Importante é o saber o que vai permitir ao aluno aprender e ter consciência da necessidade da constante revisão das práticas dos professores, permitido que estes, dentro da realidade de seus alunos permitam modificá-las. No que diz respeito à formação de professores, há de se considerar uma mudança simultânea da ação e da reflexão. Teoria e prática são processos indissociáveis. E se faz necessário um olhar de alguém que possa ser parceiro neste processo: o diretor.

É nesta relação entre a prática e a teoria que se constrói também o saber docente, que é resultado de um longo processo histórico de organização e elaboração, pela sociedade, de uma série de saberes, e o educador é responsável pela transmissão deste saber produzido.

> (...) Os saberes da experiência não são saberes como os demais; eles são formadores de todos os demais. É na prática refletida (ação e reflexão) que este conhecimento se produz, na inseparabilidade entre teoria e prática. A experiência docente é o espaço gerador e produtor de conhecimento, mas isso não é possível sem uma sistematização que passa por uma postura crítica do educador sobre as próprias experiências.(...) Deste modo, o conhecimento que o educador "transmite" aos educandos não é somente aquele produzido por especialistas deste ou daquele campo específico de conhecimento, mas ele próprio se torna um especialista do fazer (teórico-prático-teórico) (Guedin, 2002, 134 -135).

Possibilitar ao professor olhar para sua prática, autonomamente fundamentado nos seus saberes é fazer surgir um novo paradigma capaz de possibilitar o processo do professor reflexivo. Esta dinâmica não é uma tarefa fácil para o professor; uma vez que a construção do conhecimento é um longo processo de erros e acertos. Não há conhecimento acabado, tudo é processo contínuo de construção. Assim como o processo reflexivo não surge por acaso, ninguém pode ser obrigado a ser reflexivo, porém todos os professores devem ser estimulados a ser. Eis aí, diante de tantas competências atribuídas ao diretor, mais uma a ser desenvolvida.

Como a sociedade demanda um profissional bem-formado para prestar um serviço de qualidade à população, é preciso habilitá-lo adequadamente para o exercício da profissão. Como a condição de formação inicial hoje está muito questionada, tendo como exemplo a novas diretrizes para o curso de Pedagogia, a situação da formação do professor na escola se torna complexa, muitas vezes pela forma como a unidade escolar é organizada, isto é, se a escola foi ou não vista como um lugar em potencial para o conhecimento, aprendizagem e de vida, marcado pelo modo como as ações acontecem.

A formação continuada deve ter em conta a valorização e os investimentos educativos das situações dos projetos educativos de uma escola. A formação contínua deve estimular uma ação crítica-reflexiva, que forneça aos professores meios para um pensamento autônomo, facilitando suas ações no cotidiano escolar, isto é, nas ações planejadas de ensino.

O trabalho focado na pessoa do professor e na sua experiência torna o desenvolvimento da unidade escolar para atingir sua meta estabelecida coletivamente ainda mais eficaz e necessária.

Poderia assinalar outras questões relevantes na construção do professor reflexivo e em processo contínuo de formação, mas é preciso que o professor ocupe um lugar

decisivo em sua formação, abandonando a posição de defensivo e receptor para tomar a palavra e construir junto com a escola a sua profissão, não por acumulação de cursos ou técnicas metodológicas, mas sim através de um trabalho reflexivo sobre as suas práticas. Assim, voltamos a exaltar a importância do papel do diretor de escola para investir e articular as ações a partir do saber e experiência de seus profissionais.

O saber do professor e sua experiência são relevantes nos diferentes contextos apresentados pela escola. A formação continuada pode constituir um importante espaço de ruptura e estímulo profissional ao professor.

Adotando estas referências, propõe-se tecer mais algumas considerações sobre o diretor e o processo de formação de professores, sustentando a perspectiva destes serem os protagonistas para as mediações institucionais em todos os níveis da escola, em grande medida, fundamentais para o aprimoramento dos processos de formação na medida em que constituem em elementos que, se bem concebidos e conduzidos, tornam-se geradores de dados para a constante reorganização das práticas educativas.

Vemos como necessário, após estas reflexões sobre a formação do professor, que o diretor de escola, deva introduzir indagações nos diferentes espaços e tempos que sua unidade escolar tem, para que, a longo prazo, os professores comecem a dar sentido as suas ações, que lhe permita sentir-se seguro de si mesmo tornando-se capaz de prever e se antecipar. Que através dessas indagações, encontrem-se em condições de enfrentar as dificuldades emergentes em sala de aula. Que os próprios professores possam responder às necessidades de seus alunos e que estes encontrem apóio em toda equipe escolar.

Como já afirmado o aperfeiçoamento do trabalho docente não surge apenas das vontades das pessoas, ainda que isto seja importante. As condições legais e institucionais são fatores estimulam a formação do professor reflexivo sobre sua prática. Mas ainda assim, no interior da escola a presença e a atuação do diretor é um fator que merece destaque neste processo. Ressaltamos assim, a importância das possibilidades e condições que os diretores juntamente com o coordenador pedagógico devem proporcionar, oferecendo instrumentos para o professor utilizar no seu dia a dia. Caso o diretor de escola tenha como finalidade uma formação contínua direcionada aos problemas a resolver e não só nos conteúdos a serem transmitidos, todos da escola ganham. Assim, voltamos a exaltar a importância do papel do diretor de escola para investir e articular as ações a partir do saber e experiência de seus profissionais. A direção de escola, neste sentido, certamente poderá acrescentar e fazer a diferença à qualidade de ensino ali realizada independente dos incentivos e valorizações legais.

Voltando o olhar para a escola, sua organização, seus espaços internos de reflexão, vamos procurar identificar, no conjunto das suas atividades, sinais de como se dá a formação continuada dos professores. Se ela ocorre em consonância com o projeto pedagógico, com as necessidades derivadas do cotidiano escolar num movimento de reflexão teórica sobre suas práticas, e qual o lugar do diretor neste processo. É o que se pretende com o capítulo seguinte.

No decorrer desta pesquisa, pode-se destacar aspectos que indicam a EMEF Prof. Francisco F. F. da Cunha, uma boa escola fundamental, com um corpo docente estável, qualificado e com uma direção atuante. Contudo, este estudo sugere também que, em que pese a existência, no interior da escola, de espaços de estudo e debates, que fortaleceram os professores enfrentarem os problemas que estes mesmos levantaram ao elaborarem o perfil de cada sala de aula e os problemas ali apresentados, falta foco sobre os problemas fundamentais que surgem logo nos primeiros anos do Ensino Fundamental. O foco de cursos, palestras e leituras, enfim, o processo de aperfeiçoamento docente de formação continuada deveria incidir sobre tais dificuldades presentes nos alunos. Não podemos deixar perpertuar, a brincadeira de que tudo se faz, nada se aprende.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, as observações e estudos sistematizados sobre a escola municipal de ensino fundamental de primeira à quarta série no interior paulista compuseram uma reflexão sobre o papel do diretor de escola na formação do professor no seu dia-a-dia, principalmente com observações e dados diretos da escola pesquisada. Esta reflexão se deu a partir da visão da escola no seu todo de modo a inferir o papel do diretor.

A idéia central do texto é o de sensibilizar e direcionar o olhar dos educadores para o estudo da organização administrativa e pedagógica de uma escola pública municipalizada de Ensino Fundamental, dos espaços que ela permite e cria na direção da formação docente em continuidade; dos avanços e dos limites que ser percebe na sua ação.

Tornando este trabalho o ponto de partida para novas reflexões, o objetivo desta dissertação foi analisar a organização da formação de professores no dia a dia e como se dá o desenvolvimento de competências profissionais e metodologias de resolução de problemas, necessárias a todo professor no cotidiano escolar, sua produção de conhecimento concomitantemente e se o papel do diretor na formação de professores é realmente um fato importante - e se este colabora ou não para a formação no cotidiano.

Assim posto, propõem-se alguns pontos que carecem ser discutidos, podendo servir de indicadores de novas pesquisas, evidenciando os aspectos de relevância deste trabalho.

O diretor da rede do ensino municipal de Descalvado da escola observada possui orientações e atribuições parecidas com as estabelecidas pela rede estadual de ensino de São Paulo. O diretor pareceu, neste estudo, desempenhar um papel de animador da escola, com uma presença constante, estimulando um trabalho conjunto e inovador. Contudo, quando se compara o que foi estabelecido no projeto pedagógico referente à formação do professor em continuidade e o leque de problemas e dificuldades no processo de ensino/aprendizagem, percebe-se que, não obstante a riqueza de dados disponíveis na escola, as atividades desenvolvidas como aperfeiçoamento docente (em forma de cursos, seminário ou nas reuniões do HAC), não se articulam com os problemas apontados. A desatenção, a indiferença, o desinteresse dos alunos; as dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa e matemática, pilares da construção de conhecimentos; a incidência destas dificuldades mais acentuada nas turmas da tarde, onde predominam alunos do meio rural, não parecem ocupar o foco de

reflexão por parte dos docentes, traduzindo-se em melhor compreensão destas fatos e, conseqüentemente, em ações com chances de maior efetividade. Uma atuação da direção de perfil pedagógico mais agregador, capaz de dimensionar e focalizar problemas, propor e articular ações pedagógicas, seguramente contribuiria para criar este elo que falta: problemas do cotidiano do ensino/aprendizagem e mecanismos de análise e reflexão em busca de sua superação; essência mesmo do processo formativo contínuo do professor no desenrolar da dinâmica escolar. Acredita-se que essas discussões criam oportunidades para uma maior reflexão sobre a competência no desempenho do papel do diretor de escola, papel este que muitas vezes se encontra tão visível nas próprias ações do cotidiano que de tão óbvias, tornam-se desafios para a articulação do administrativo/pedagógico.

O processo de crescimento de toda equipe escolar se faz pela mediação ou o equilíbrio das experiências com as reflexões sobre as ações desenvolvidas no interior da escola. Para isso há a necessidade do gerenciamento do diretor de escola em torno da elaboração e aplicação de um projeto político-pedagógico participativo, a fim de que este auxilie e sirva de instrumento de gestão, pois o diretor é o agente que possibilita as transformações do cotidiano escolar.

Envolvido com inúmeros afazeres e problemas do dia a dia da escola, nem sempre o diretor está atento a problemas na natureza estritamente pedagógicos. Contudo, faz-se necessário que o diretor estimule a construção coletiva de um projeto-político-pedagógico, com bases na realidade escolar, que viabilize as ações dos educadores no enfrentamento do seu cotidiano mediante ações de aperfeiçoamento consistentes com as demandas efetivas.

O projeto é tomado neste trabalho como um conjunto e propostas e programas de ação, delimitados por objetivos e diretrizes construídos coletivamente, que representam a intencionalidade de toda equipe escolar. Assim o projeto e sua articulação tornam-se imprescindíveis através do diretor. Não basta apenas ter os passos de construção para sua elaboração, o projeto precisa estar a serviço da escola e de seus afazeres.

Observa-se esta preocupação na escola Professor Francisco, pois há a intenção de se fazer o melhor e da melhor forma possível. A participação não é só um processo de atuação técnica, existe um compromisso, uma vontade de fazer parte.

Pode-se concluir que com uma gestão comprometida, também, o projeto-político-pedagógico é um dos melhores caminhos para a qualidade do ensino, concebida pelo direcionamento das práticas escolares, gerenciadas pelo diretor de escola.

Nesse sentido, destacam-se os projetos e as ações no cotidiano escolar, ações que caracterizam práticas que vão se tornando uma formação no cotidiano escolar.

As ações observadas na escola Professor Francisco F. F. Cunha, não se configuram apenas em documentos, mas num dinamismo real em suas ações. É preocupante a forma muito presente do trabalho em equipe, em conjunto. A Coletividade deve existir, porém as individualidades devem ser respeitadas. Não foram encontradas, por exemplo, discussões do período da tarde desta escola, e foi o período que demonstrou um maior numero de crianças que estão com o rendimento escolar insatisfatório. As questões levantadas foram tratadas coletivamente.

Diante destas constatações, um questionamento é fundamental: O projeto está sendo articulado como um instrumento para o diretor de escola? Este projeto não deveria garantir caminhos para os professores principalmente em relação a sua formação e reflexão de suas práticas escolares? São estas outras questões que podem ser aprofundadas em outras pesquisas.

Finalizando, aponta-se a questão da formação no cotidiano escolar, que ao longo do trabalho veio formando elos, conduzindo a reflexões necessárias, tanto para o diretor bem como para os professores. Cabe ao diretor direcionar e acionar todos os saberes presentes nas escolas, para que, por meio das reflexões das próprias ações, os professores consigam não só apontar os problemas, mas saber lidar com as suas dificuldades, como as limitações de seus alunos; transformando a escola em um espaço de conhecimentos fundamentados e práticos. Em relação à escola pesquisada sugerimos que esta utilize melhor os espaços do conselho de classe e de série, assim como os indicadores que este proporciona, para que na prática do projeto-político-pedagógico da escola, nos momentos do H.A.C, sejam tratados de formas seqüenciais, temas que auxiliem os professores a lidar com as dificuldades dos alunos na sala de aula.

Ao terminar este trabalho, vê-se a possibilidade de novas reflexões e novas inquietações sobre o processo de gestão escolar, preocupada com a formação no cotidiano escolar e tendo como instrumento que faz a diferença em uma escola de boa qualidade.

REFERÊNCIAS BILBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. J. **Organização, Gestão e Projecto Educativo das Escolas**. Portugal: Ed. ASA, 2003. 91p. (Coleção Cadernos Pedagógicos).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referenciais para formação de professores.** Brasília, 1999.177p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. Ano CXXXIV, nº 248. 1996.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal, Porto: Editora LDA, 1994.145p.

COSTA, J. A. **Imagens organizacionais da escola**. Portugal, Lisboa. 1998. 160p. (Coleção: perspectivas actuais/educação).

DESCALVADO. Lei nº 1314/93 de 4 de Maio de 1993. **Requisitos de admissibilidade e rol de atribuições***:* Diretor de Escola. Anexo II. 1993.

FREIRE, P. **A Utopia na Esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997. 148p.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**, vol. 1. Anais. Brasília: MEC, 1994.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo Cortez, 1997.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 176p.

GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica .In: PIMENTA, S. G., GHEDIN, E. (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil:** *G*ênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. 233p.

GOMES, D. M. **Gestão democrática escolar em Cuiabá**: estudo de caso. 2006. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UNESP, Marília. 2006.

HUTMANCHER, W. A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento. In: NÓVOA, A. (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, E. C. A. S. **A escola e seu diretor:** algumas reflexões. São Paulo: FDE 1992. p.117 - 124. (Série Idéias, nº12).

LÜCK, H. **A Evolução da Gestão Educacional, a partir de mudança de paradigmática.** Seção: Questão de Gestão, Disponível em: http://eaprender.ig.com.br/gestão.asp?RegSel=39&página1. Acesso em 2 de abril de 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MOACIR, G. Projeto Político-Pedagógico. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Salto para o Futuro***:* Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. p. 15-22.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e trabalho Pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002. 88p.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico - Como construir o projeto – político-pedagógicoda escola**. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2001.

PERRENOUD, P. **A prática Reflexiva no Oficio de Professor:** Profissionalização e Razão Pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** Perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional, 1993.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil:** *G*ênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. 233p.

RESENDE, L. M. G.; VEIGA, I. P. (Orgs). **Escola:** Espaço do projeto pedagógico. Campinas: Papirus, 2001.

RIBEIRO, J. Q. **Ensino de uma teoria da administração Escolar**. São Paulo: Saraiva, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **O Papel do diretor e a escola de 1º grau.** São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1992. (Série Idéias, nº 12).

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **O diretor-articulador do projeto da escola.** São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1992. (Série Idéias, nº 15).

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública.** São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1992. (Série Idéias, n º 16).

SERBINO, R. V. **Formação de Professores**. São Paulo: UNESP, 1996.

UDEMO. **Udemo Capacitando, Subsídios para os novos Diretores**. Edição especial, Setembro, 2001.

VALERIEN, Jean. **Gestão da escola fundamental:** subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco - Mec, 1993.

VEIGA, I. P. (Org). **Escola:** espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.
VEIGA, I. P. (Org). **Projeto político pedagógico da escola:** Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1997.

VIEIRA, S. L. **Gestão da escola desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&AS, 2002.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

CEDUC. **O papel do diretor e a escola de 1º grau**. São Paulo: FDE. 1992. 140p. (Série idéias, nº12).

CEDUC. **O diretor-articulador do projeto da escola**. São Paulo: FDE. 1992. 144p. (Série idéias, nº15).

CEDUC. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública.** São Paulo: FDE. 1993. 170p. (Série idéias, nº16).

DALBEN, Â. I. L. F. **Conselhos de classe e avaliação:** Perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papirus, 2004. 192p.

DEBLOIS, C. **L'administration scolaire et lê défi paradigmatique.** Université Laval. v. 4, 1988. (Série Et Documents).

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002. 108p.

NÓVOA, A. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1995. 187p.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992. 94p.

MANACORDA, M. A. ***História da Educação:*** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989. 382p.

NAURA, S. C. F. (Orgs). **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

NAURA, S. C. F. (Org). **Formação Continuada e Gestão da Educação.** São Paulo: Cortez, 2003. 317p.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. ***Referenciais para formação de Professores***. Brasília: MEC, 1999.

UDEMO. **Jornal do Projeto Pedagógico.** Ano 2000. Ano V, nº 1, janeiro/2002. São Paulo.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Entrevista com a diretora da EMEF Professor Francisco Fernando Faria da Cunha

Entrevista com a professora Eliane Ap. Marcatto da Silva,
Diretora da EMEF Profº Francisco F. da Cunha Descalvado.

Marcia_ Esta entrevista será um bate papo, que eu gostaria que você me falasse por que você acha que esta escola é considerada uma boa escola.

Eliana - Eu acho que ela é considerada uma boa escola por que, ela tem uma equipe profissional dentro dela, desde diretor, coordenador, docentes, discentes, e mesmo os funcionários que montam e que juntam com tudo isso uma equipe, ta, pois eu a considero uma escola boa, porque aqueles que estão aqui dentro se não são se tornam comprometidos com aquilo que fazem.

Marcia – Você destacaria alguma coisa?

Eliana – Eu destacaria a procura de muitos pais, e esses destacam no sentido assim a organização e o compromisso dos professores para com os alunos. Então eu sempre procurei enquanto gestora desta escola fazer da seguinte maneira, ah... Você sabe que os problemas existem e tem aquele professor e aquele outro profissional e o profissional. Então eu sempre procurei assim atende-los dentro das necessidades que eles têm porque, por exemplo, o pai que se o pai tira o filho de uma escola e coloca em uma outra e porque as necessidades dele não estão de acordo com aquilo que estava vendo lá. Agora quando ele não estudava em nenhum lugar e procura a escola é porque ou ele ouviu falar bem da escola ou porque ele tem referência a respeito da escola. Então eu destacaria também o fato deles ficarem assim muito à-vontade aqui dentro para fazer os elogios e as críticas. Então existem problemas, é lógico que existem problemas. Por exemplo: os pais vêm e falam: Dona Eliane eu vim aqui porque agora com o uso da apostila eu estou sentindo que meu filho é bom, o meu filho tem dificuldade, ou o meu filho não adquiriu o conhecimento que deveria adquirir, então eu acho que eu preciso conversar com a senhora porque eu acho que aquela professora não está dando certo e a maneira como ele está explicando meu filho não está entendendo... Alguma coisa neste sentido. Então o que fazemos? O que fazer? Eu chamo a coordenadora, conversamos com estes pais, chamamos a professora e vamos ao alvo do problema daquele pai, e isto não fazemos só com aquele pai que vem reclamar,nos fazemos principalmente com aquele que não vem reclamar, porque são estes que mais necessitam, porque o pai daquele aluno bom está na escola presente todo dia, o pai do aluno que tem dificuldade.. Não que ele seja um aluno é... É porque ele tenha só mais dificuldades de aprender que o outro não que ele não vá aprender e sim este aí muitas vezes ele não se dá conta que o filho tenha esta dificuldade e precisa dele muito mais que ele imagina. Por exemplo: Os alunos da Zona rural vão dizer assim eles não tem esse privilégio de escolher, eles vêm aonde às linhas os trazem, as linhas estão divididas e eles vêem aqui. Que é o diferencial dos pais que moram na cidade. Quando eu inicie a gestão aqui nesta escola, nós tínhamos alunos especificamente do bairro do Jardim

do Lago e do Jardim colonial, agora nós temos alunos da cidade como um todo de bairro distantes daqui e que tem uma escola na porta da casa entendeu? E vêem por quê? Porque o referencial de escola boa e de trabalho bem feito é aqui. È um diferencial do pai da cidade e da zona rural.

Marcia: Quanto a esse referencial e esta fama, você já ao chegar aqui você sabia que tinha esta fama ou este referencial de ser boa?

Eliane: Olha quando eu iniciei aqui, ela já possuía uma organização exemplar ta, ela veio numa crescente já há alguns anos. Eu percebia assim, já existia o compromisso dos professores, porque, os professores que aqui atuavam eles eram efetivos daqui e com a municipalização do ensino eles continuaram efetivos aqui. Só que eles se aposentaram e então hoje os professores que são titulares de cargo da escola estão afastadas na secretaria da educação, afastadas respondendo por cargos de direção e coordenação em outras escolas. Então hoje apesar da gente ser considerada uma escola de qualidade de ensino de qualidade de escola boa, a rotatividade de professores está sendo muito grande. Então quando eu iniciei aqui, eu vi que já existia este compromisso dos professores e cada ano que passa apesar de ser um trabalho muito longo, porque a formação do professor é complicada, por exemplo, você trabalha aí um ano com aquele professor, ele se da muitíssimo bem aqui e ai o ano que vem nada é garantido que ele vá continuar aqui. Então ele carrega consigo esta formação, então ele vai para outro lugar fica ótimo para a escola que o recebeu Por quê? Porque ele vamos dizer assim foi treinado aqui, pode participar de um processo de formação durante um ano. Mas nós recebemos professores que não tiveram este privilégio em outras escolas. Então nós começamos tudo de novo. E isto dificulta muito o trabalho do gestor, eu percebo que ao longo deste tempo, às vezes eu me desanimo.

Marcia E como é esta formação anual?

Eliane: Esta formação é como eu já disse para você, é desde você chegar ter o cuidado, um carinho, uma conversa especial com este professor até quando um pai vem reclamar dele, seja de uma lição de casa, seja dificuldade na apostila, seja o que for. Então é como você lidar com as dificuldades que este professor apresenta, da situação problema naquela hora de uma reclamação do pai e dá condições para este professor enquanto diretora, gestora e coordenação pedagógica da escola de ir cuidando daquele professor diante daquele problema. Por exemplo, aqui você fez desta maneira, que tal você fazer de outra, é estar amparando ele na resolução do problema ele não vai resolver o problema sozinho, ele sabe que ele pode contar com a diretora e com a coordenadora para a resolução deste problema. Nos H. A. C. nossos também são muitos trabalhados, agente trabalha e procura assim, ouvir os professores, mas sempre para que eles vejam na escola e que a escola seja um ambiente que eles queiram estar aqui. Não só aquele compromisso que de eu vou dar a aula das 7h às 12h ou das 12h30min ás 17h30min e depois eu vou embora. Então a gente procura que eles sintam aqui, um lugar que eles gostem de ficar, pois quando a gente fala que a escola é a segunda casa do aluno, ela também deve ser daqueles profissionais que trabalham nela. Assim antes mesmo tendo profissionais como antes, agora o olhar é diferente. Antigamente eles eram efetivos, e quando eles estão no final de carreira, eles dá uma acomodadinha que nós como diretor e coordenador têm ficar cutucando a todo o momento. Então continuar esse trabalho e eu especificamente procurei assim nunca ser uma gestora só administrativa, mesmo tendo assim uma burocracia muito grande dentro da escola, eu gosto muito da parte pedagógica, sou xereta mesmo, eu vou atrás da parte pedagógica, mesmo se você me perguntar hoje da Maria ou o

João da 1ª B ou da A eu vou falar para você. Quais são as notas da Maria quais são as notas do João, quais são as dificuldades caso eles tenham.
Marcia: Então você acredita que esta questão de formação está relacionada com esta questão pedagógica?

Eliane: Eu acho que na verdade, é uma parceria com a coordenadora. Por exemplo, a minha coordenadora pedagógica cuida muito, e muito a questão pedagógica, e essa articulação que existe é que faz diferenciar.

Marcia: Vamos voltar um pouco em relação também a participação da comunidade e dos pais. Você falou um pouco dos pais da cidade e como é a participação dos da zona rural? E também outras participações?

Eliane. A participação deles e de todos é boa, são pais presentes, são pais que realmente gostam de ver o bem do filho, e aquele acompanhamento que a gente coloca em pauta de reunião o rendimento do bimestre e acompanhamento do filho. Então os pais da zona rural é aquele pai que acompanha, vibra quando o filho vai para a aula de computação, ele vibra ao saber que o filho está falando uma palavra em inglês que aprendeu na aula. Assim são pais presentes mesmo, como agente gostaríamos que as famílias fossem. Assim eles colocaram o filho na escola, viram que a escola é boa e eles têm que fazer a parte deles, ao mesmo tempo em que ele vem e cobra, ele também dá aquilo que a escola exige dele.

Marcia: Bom você gostaria de falar mais alguma coisa ou completar algo?

Eliane; Olho eu acho assim Eliane: Descalvado é uma cidade privilegiada em Educação, já faz sete anos que eu estou nesta escola, já tive dois experiência em outras escolas como gestoras também e eu gostaria de dizer que hoje a escola para que ela tenha a estrutura que esta aqui tem a fama que esta aqui tem ela precisa muito de pessoas comprometidas, às vezes, até eu costumo dizer assim que é esse compromisso que faz a diferença. É um compromisso desde a liderança, o diretor é comprometido, a coordenadora é comprometida, é o compromisso do professor e aqueles que precisam ser cutucados deverão ser cutucados, de uma maneira diferente, os funcionários são comprometidos, e é preciso dar muita ênfase nisto, porque eu não posso estar sozinha, a escola tem que ser uma equipe, ou a escola é um time, aquele time que entra numa determinada situação pra conseguir um bom resultado. Outra coisa que eu gostaria de dizer é que você ser gestora de um lugar por opção, ou ser indicada por um prefeito ou secretaria de educação parece ser fácil, mas o mais difícil é você manter esse cargo e manter com autoridade e responsabilidade mesmo com toda essa instabilidade e a turbulência que existe dentro de uma escola, turbulência como a rotatividade de professores, de funcionários como, por exemplo, em sete anos eu já tive três coordenadoras a qual a ultima coordenadora foi eleita pelos seus pares que também tem um compromisso muito grande.
E eu acredito que está dando certo porque juntou muita coisa boa no mesmo lugar. É isso.

Observação: A Diretora me mostrou alguns documentos que constam a sua participação em um curso titulado Gestão para o Sucesso Escolar, um curso online com algumas aulas presenciais que além da formação enquanto especialista, proporcionou um Premio para a escola, que ficou entre as 10 melhores escolas de um grupo de 200 escolas participantes. alguns dados serão anexados.

ANEXOS

ANEXO A - Projeto Político Pedagógico de 2005 da EMEF Profº Francisco Fernando Faria da Cunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO
SECET – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

EMEF "PROFº FRANCISCO FERNANDO FARIA DA CUNHA"

PLANO GESTOR
2005

APRESENTAÇÃO

“Avaliar é finalizar, mas isso é só o início. Marca o começo de uma nova jornada, sem fim. Instaura o momento perpétuo. A avaliação é a construção de rumos e rotas, ora lineares, ora sinuosas. O que importa é a escolha do caminhante.”

(Madalena Freire)

TERMO DE APROVAÇÃO

O Conselho de Escola da EMEF "PROFº FRANCISCO FERNANDO FARIA DA CUNHA", aprovou por unanimidade as diretrizes, notas e ações contidas no Plano Gestor desta Unidade Escolar para 2005, em Reunião realizada no dia ___/___/_____, registrada em Ata, em Livro próprio na Secretaria da Escola.

Descalvado, Maio de 2005.

Eliane Aparecida Marcatto da Silva
RG: 16.219.621
Diretora de Escola

TERMO DE APROVAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação aprovou por unanimidade após análise e verificação de seus membros as diretrizes, notas e ações contidas no Plano Gestor desta U.E. para 2005 em reunião realizada no dia ___/___/_____, registrada em Ata, em livro próprio.

Membros do Conselho Municipal:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ÍNDICE

1. Identificação 10
   1.1. Identificação 10
   1.2. Histórico do Patrono 11
   1.3. Publicações Legais 12
2. Diagnóstico Escolar 13
   2.1. Caracterização de Escola 13
      2.1.1. Aspectos Físicos 13
      2.1.2. Aspectos Humanos 14
      2.1.3. Órgãos Consultivos e Deliberativos 22
      2.1.4. Aplicação de Recursos Financeiros 26
3. Proposta Pedagógica 27
   3.1. Diretrizes 27
   3.2. Objetivos 27
      3.2.1. Objetivos Gerais 27
      3.2.2. Objetivos Específicos da SECET segundo os níveis 27
      3.2.3. Indicadores Educacionais 28
      3.2.4. Plano de Curso 29
   3.3. Organização Curricular 30
   3.4. Calendário 31
      3.4.1. Calendário Escolar 31
      3.4.2. Calendário de Eventos 32
   3.5. Plano Gestor / Coordenador 33
   3.6. Projetos 34
   3.7. Avaliação 53
4. Considerações Finais 54

1 – I D E N T I F I C A Ç Ã O

1.1. Identificação:

Nome: EMEF " Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha"
Cógido CIE: 207470
Código FDE: 06.90.204

Endereço: Rua Expedicionário Sebastião de Arruda, nº 35
Jardim Colonial – Descalvado – São Paulo – CEP: 13.690-000
Fone/Fax: (19) 3583.8916 / 3583.3944

Diretora: Eliane Aparecida Marcatto da Silva
Coordenadora Pedagógica: Terezinha Hatsumi Schigaki Tessarim

Curso: Ensino Fundamental (Ciclo I - 1º a 4º Ano)

Período: 2 turnos:

- 1 matutino
- 1 vespertino

Horários:
Manhã: Das 7 às 12 horas
Tarde: Das 12:30 às 17:30 horas

Turmas:
7 turmas no período da manhã com o total de 205 alunos
7 turmas no período da tarde com o total de 195 alunos
Somando 400 alunos em toda a escola.

1.2. Histórico do Patrono

Profº Francisco Fernando Faria da Cunha

Francisco Fernando Faria da Cunha, nasceu em 02 de abril de 1933 na Fazenda Ibicoara, neste município e faleceu em 02 de junho de 1955, na cidade de Descalvado.

Filho de Sebastião Faria da Cunha e Elza Zaffalon Faria da Cunha, tinha 4 irmãos, sendo eles: Daelceo, Elza, Gilberto e Zuleica.

De 1941 a 1944 fez curso Primário no então Grupo Escolar "Coronel Tobias", também nesta cidade.

Em 1945 fez o curso de Preparação ao Ginásio, sendo aprovado no exame de admissão na Escola Normal de Pirassununga, onde cursou as duas primeiras séries (1946 a 1947) transferindo-se para o Ginásio Estadual de Descalvado, criado em 1948.

Terminou este curso em 1949 e voltou para Pirassununga, a fim de estudar Curso Normal, na época Pré-Normal e 1º Normal (1950 – 1951).

Transferiu-se em 1952 para Descalvado, onde concluiu o Curso Normal recém criado neste ano com a denominação de Escola Normal e Ginásio Estadual de Descalvado.

Finalmente a 18 de dezembro de 1952, recebeu o almejado diploma de Professor primário, fazendo parte da 1ª Turma de professorandos daquela Escola.

Inicialmente lecionou fazendo algumas substituições em escolas do município, transferindo-se, em 1954 para a cidade de São Paulo onde lecionou em colégio particular.

Durante o pouco tempo em que exerceu sua profissão, demonstrou ser um professor abnegado, meigo, amigo e o fez com fervor e grande amor.

Grande esportista e amante do basquete, defendeu sua Escola em jogos regionais estudantis e foi figura de destaque em nossa cidade, onde brilhou defendendo as cores do C.E.R.D. (Clube Esportivo e Recreativo Descalvadense). Na cidade de São Paulo foi integrante do Time de basquete no São Paulo Futebol Clube, hoje instalado no Estádio do Morumbi.

Finalmente foi acometido de uma insidiosa doença, que tirou a vida desta criatura tão jovem e querida, deixando um lastro grande de saudades.

Foi com grande merecimento que a "Escola do Jardim do Lago" recebeu o seu nome em 1995, passando a se chamar EEPG "Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha", hoje EMEF "Profº Francisco Fernando Faria da Cunha" em homenagem a este tão jovem batalhador do ensino.

1.3. Publicações Legais

a) ATO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Decreto Nº 34.187/91 – Publicação Doe 19/11/91

b) ATO DE INSTALAÇÃO: Resolução Se 04-03/01/92 – Publicação Doe 04/01/92

c) ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DENOMINAÇÃO: Lei Nº 8.674 – 08/04/94 – Publicação Doe 09/04/94

d) LEI MUNICIPAL: 1.640 De 26/11/96, Em seu Artigo 2º, Inciso III.

2. D I A G N Ó S T I C O E S C O L A R

2.1. Caracterização da Escola

É uma escola localizada no Bairro Jardim Colonial, porém abrange todos os Bairros vizinhos como: Jardim do Lago, Recanto dos Ipês, Bairro São Benedito, Jardim São Francisco, Vila Brasil, Vila Franco, Vila São Jorge, Vila Vendramini, Jardim Belém, Novo Jardim Belém, Bosque do Tamanduá, Alto da Boa Vista, Jardim Elite, Jardim Cambará. Além disso, atende também crianças de vários outros bairros afastados da escola, como: Centro, Jardim Paola, Morada do Sol, Parque do Milênio, São Sebastião e Vila Franco.

A escola também atende crianças da zona rural, as quais somam 21,7% do total de alunos da escola, divididos em 7 linhas de ônibus, sendo duas do período da manhã (Linhas Bonanza I e Bonanza II) e 5 da tarde (Linhas Cooperguaçu, Laranjal, Fortaleza, Pau D'alho e Santana).

2.1.1. Aspectos Físicos

A escola está divida em dois pavimentos, um superior e um inferior.

No pavimento inferior há: secretaria, sala da direção, pátio (refeitório), cozinha, despensa, lavanderia, biblioteca, uma área de entrada, três banheiros, sendo um masculino, um feminino e um dos professores e também um consultório dentário.

No pavimento superior há 10 salas, sendo 7 destinadas às aulas normais, 01 para informática, 01 sala para os professores, 01 sala para coordenação pedagógica, e um almoxarifado, que também funciona como sala da inspetora de alunos.

Além dos aspectos físicos, a escola conta com um rico acervo de material pedagógico, que vai desde livros paradidáticos e apostilas didáticas a softwares educativos, que são destinados aos alunos assim como materiais para auxilio e pesquisa dos professores, como coleções pedagógicas, CD musicais e também acesso a softwares e pesquisas à Internet com acesso via speedy, retroprojetor, projetor de multi mídia, fantasias diversas, vídeo cassetes, televisores, copiadora digital, máquinas fotográficas digitais, rádio, aparelhos de som e videokê.

Para utilização dos softwares e acesso a Internet, contamos com 18 computadores, sendo 17 deles instalados na sala de informática e 1 na biblioteca, todos interligados em rede própria e conexão via speedy.

2.1.2. Aspectos Humanos

Corpo Discente:

É formada por alunos de zona rural e urbana. Neste ano estamos com uma clientela de 400 alunos, sendo 205 no período da manhã e 195 no período da tarde. Desses, apenas 21,7% são de zona rural, ficando essa demanda com maior concentração no período da tarde.

O nível sócio-econômico é bem diversificado, não caracterizando classe média baixa.

Corpo Docente:

Os professores que aqui atuam são de excelente qualificação profissional, sendo que apenas 21% dos professores não possuem formação universitária, mas estão cursando.

Todas estão empenhadas, comprometidas e são muito participativas no processo ensino-aprendizagem para uma educação de qualidade.

Prof. Efetivos Estaduais	10
Prof. Efetivos Municipais	3
Prof Afastados respondendo pela direção/coordenação de outras U.E.s	6
Prof. Afastados por Licença Saúde e Prêmio	2
Prof. em Substituição	10
Profº Readaptada	1

Perfil dos Professores:

Professora Bárbara Pierobom → Iniciou o curso de magistério em nível médio em 1993 na escola "José Ferreira da Silva" tendo concluído em 1996.Em 1999 ingressou no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sendo este concluído no ano de 2003.Iniciou sua vida profissional em 2001 com o cargo de professora efetiva de Educação Infantil na rede municipal de Porto Ferreira,onde leciona até os dias atuais.No ano de 2004 foi contratada em caráter efetivo pela Prefeitura Municipal de Descalvado para o cargo de professora do ciclo I do ensino fundamental.Hoje leciona no 3º ano C da E.M.E.F. "Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha".

Professora Regina Laines Barboza Tavares → Cursou magistério na E.E.P.G. "Torquato Caleiro"e se formou em Pedagogia na UNIFRAN, ambos em Franca. Trabalha a quinze anos no magistério, onde foi A.C.T. do Estado por nove anos e seis anos como professora efetiva da Prefeitura Municipal de Descalvado, no Ensino Fundamental.Sua maior experiência é em trabalhos com

crianças no processo de alfabetização. Atualmente leciona nesta U.E. numa sala de 2º ano.

Professora Joseane de Carvalho Leal → Diplomou-se em Pedagogia em 1986 na Faculdade de Educação São Luis, em Jaboticabal. Habilitou-se também em Administração e Supervisão Escolar. Em 1994 ingressou no serviço público. Ministra aulas nesta Unidade Escolar desde 2002 mas sua sede é a "EE Profº Carlos Nobre Rosa"e está afastada junto a Prefeitura Municipal de Descalvado. Neste ano atua em uma sala de 4º ano.

Professora Cristiane Tereza Cera Gouveia Bissoli → Formada no Magistério, pela EEPSG "José Ferreira da Silva" em 1990. Bacharel em Ciências Contábeis pela Associação das escolas Reunidas – ASSER São Carlos em 1996. Pós-Graduada em Educação Especial pela Universidade de Franca - SP em 1999. Atualmente terminando o Curso de Pedagogia.

Trabalha em Educação há 11 anos, destes 08 anos trabalhando em Educação especial, na E.E." Hellen Keller" APAE em Descalvado, 3 anos no Ensino Fundamental 1ª a 4ª série pela Prefeitura Municipal de Descalvado e na educação de Jovens e Adultos no SESI..

Professora Ana Maria Alcaide Victorello → Concluiu no ano de 1991, pela Escola "José Ferreira da Silva", a habilitação de 2º grau para o magistério – Habilitação Plena, tendo como título profissional conferido: professora de Pré-escola e da 1ª à 4ª séries do 1º grau

Nos anos de 2003 e 2004 trabalhou na EMEF "Professora Thereza dos Anjos Puoli"onde o trabalho fora gratificante, pois o aprendizado foi grande.Em 2003 atuou numa 1ª série, e em 2004 numa 2ª série.

Este ano de 2005 está trabalhando na EMEF "Profº Francisco Fernando Faria da Cunha"onde atua numa 3ª série.Participou de vários cursos de Reciclagem promovidos pela SECET, e espera cada vez mais se qualificar na aérea em que atua, para que possa exercer sua profissão sempre com qualidade.

Professora Maria de Fátima Colognesi Gallo → Concluiu no ano de 1978 o Magistério na E.E.P.S. G. " José Ferreira da Silva", graduou-se em Pedagogia com Licenciatura Plena – Habilitação Administração Escolar do Ensino Fundamental e Médio e Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, pela Universidade Camilo Castelo Branco UNISCASTELO em 2002. Atua como professora no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, ministrando este ano aula numa 3ª série, tendo uma vasta experiência profissional através da participação em diversos cursos e oficinas.

Professora Maria Aparecida Roque Mauro → Cursou o Magistério na E.E.P.S.G. "José Ferreira da Silva",vondo a se formar no ano de 1973. No ano de 2002 concluiu seu curso de Pedagogia na Faculdade Unicastelo.Começou sua vida funcional em 1975 como professora eventual, passando depois a A.C.T. em escolas do Estado e Município.Hoje está como professora efetiva do município, totalizando 20 anos de trabalho. Atualmente esta atuando na E.M.E.F. "Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha", neste ano leciona em um 2º ano.

Professora Carina Raquel Zanata → Cursou o Magistério no Centro Específico de Formação e aperfeiçoamento do Magistério em Pirassununga(CEFAM) no período de 1998 à 2001. Conclui o curso de Letras na Universidade Camilo Castelo Branco. Está em substituição nesta Unidade Escolar atuando num 2º ano.

Professora Claudinéia Tobias R. Cabral → Cursou o magistério no Colégio Estadual Arthur de Azevedo na cidade de São João do Ivai. Atualmente está cursando Letras na Universidade Camilo Castelo Branco. Neste ano está com uma classe em substituição de um 1ºano.

Professora Cristiane de Lourdes Biazoli Lazarini → Iniciou suas atribuições na área da educação no ano de 1990, após o ingresso na Rede Municipal de Educação, através de Concurso Público para provimento de cargo de professor de educação infantil. Permaneceu na EMEI Paulo Roberto Jordão por sete anos.

Concomitantemente, ingressou na rede estadual de educação, através de concurso público.

Foi capacitadora de professores no PROFA (Programa de Formação de professores Alfabetizadores) em 2002 e no ano seguinte passa a ser Coordenadora Pedagógica da EMEF Padre Orestes Ladeira, onde permaneceu por um ano, quando foi exonerada e retornou a ministrar aulas nesta U.E. permanecendo até a presente data.

Também exerce, atualmente a função de Coordenadora Pedagógica da CEDES (cooperativa de Educação e Cultura de Descalvado)

Profª Giane Raquel Colucci → Sua formação escolar teve início com a conclusão do curso em Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, complementado com a formação superior no Curso de Pedagogia, na Universidade Camilo Castelo Branco, no ano de 2002.

Durante o curso superior, foi aluna bolsista do Programa de Fomento à Iniciação Científica – PRO-INICIAL, onde desenvolveu um projeto de pesquisa sobre a Municipalização do Ensino no Estado de São Paulo.

Apresentou um pôster intitulado "A educação no século XXI: A Influência dos Meios de Comunicação na Prática Pedagógica", no I Simpósio de Educação e Comunicação de Campinas, na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, no dia 27 de novembro de 2002.

Durante a III Jornada Científica da UNICASTELO, realizada no período de 28 de outubro a 1º de novembro de 2002, apresentou o trabalho intitulado "A municipalização do ensino fundamental paulista no período de 1995-2001".

Realizou estágios em diversas Escolas, tanto da Rede Pública Municipal como da Rede Pública Estadual.

Participou de diversos cursos, seminários, simpósios, todos referente à área de Educação.

Participou do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, realizado na Prefeitura do Município de Descalvado, no ano de 2003, totalizando 110 horas.

Foi Membro do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD nos anos de 2000 a 2004.

Há onze anos é funcionária pública municipal. Durante aproximadamente sete anos trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo desempenhando diversas tarefas.

A partir de fevereiro de 2005, efetivou-se como Professora, de acordo com o Concurso Público nº 01/2002, quando começa lecionando num terceiro ano, no período da tarde na E.M.E.F. Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha.

Profª Claudia de Lara Menendes → Cursou o Magistéio no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério em Pirassununga(CEFAM) no período de 1998 à 2001. No ano de 2003 lecionou em uma sala de 1º Ano, na EMEF "Profª Dirce Sartori Serpentino", em caráter de substituição.

No ano seguinte, lecionou, também em caráter de substituição na EMEF "Coronel Tobias", em uma sala de 4º Ano.

Neste ano, de 2005 iniciou o curso de Letras na Universidade Camilo Castelo Branco – Campus VIII - Descalvado e está lecionando nesta U.E, em caráter de substituição, em uma sala de 1º Ano.

Profª Silmara Aparecida Pierobom → Iniciou o curso de magistério em 1979 na EEPSG "Dr. Felício Laurito", tendo concluído em 1982. Em 2002 fez o curso PEC fornecido pelo Governo Estadual de São Paulo. Iniciou a carreira de magistério em 1983 na Rede Estadual, sendo efetivada em 1993.

Em 1999 se tornou readaptada, situação em que se encontra até hoje

Em 2004 passa para a Rede Municipal de Descalvado através do convênio Prefeitura / Governo do Estado de São Paulo.

Profª Teresinha de Fátima Ribeiro Scatolini → Cursou o Colegial de Formação de professores primários em 1975 no Instituto de Educação Estadual "Oscar Villares" de Mococa. Em 2002 termina o curso de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar.

No período de Agosto de 1991 a Setembro de 2000, lecionou na Escola Hellen Keller (APAE). De 1994 a 2004 lecionou na Educação Infantil na EMEI Caic Dr. Cid Muniz Barreto. No ano de 2005, passa a dar aulas nesta U.E.

Equipe de Apoio

Diretora – Profª Eliane Aparecida Marcatto da Silva, é professora Municipal de Educação Infantil e PEB I estadual . Atua como diretora nesta escola desde 1999. Professora formada pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras "José Olympio" da cidade de Batatais na graduação em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar. Especializou-se em Administração e Supervisão Escolar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, na cidade de Araras. Além disso, no ano de 2004 finalizou o curso de especialização em Gestão Escolar.

Coordenadora *– Professora Terezinha Hatsumi Schigaki Tessarim→ Formada em 1989 pela E.E.P.S.G. "José Ferreira da Silva" Em 1989 atuou como monitora de creche e a partir de 1990 começou a atuar como professora substituta até setembro de 1994 onde foi efetivada pelo Estado. Desde 1996 ministra suas aulas nesta Unidade Escolar. No ano de 2002 concluiu seu curso de Pedagogia na Universidade Camilo Castelo Branco - Campus VIII – Descalvado. Em 2004, terminou sua Pós-graduação em Psicopedagogia na Faculdade São Luís em Jaboticabal, e em Outubro de 2004 foi eleita pelos seus pares Coordenadora Pedagógica desta UE.*

Secretária - *Evanilda Elaine Monzani*, formada em Psicologia pela Universidade Paulista em Ribeirão Preto no ano de 2002 e atualmente cursa especialização em Psicoterapia Existencial Fenomenológica pelo Centro de Psicoterapia Existencial em São Paulo, exerce suas funções como secretária de escola, nesta U.E. desde 1999.

Inspetora de Alunos *– Josele Cristine Patracão,* iniciou suas atividades nesta UE em 02/02/2002.

Auxiliares de Serviços Gerais

Olinda Mariano Muller→ trabalhando a 15 anos junto à Prefeitura Municipal de Descalvado ocupando sempre a mesma função, e está nesta Unidade Escolar desde 2001.

Sebastiana do Carmo Reschini Couvre→ trabalhando a 20 anos junto a Prefeitura Municipal de Descalvado e nesta Unidade Escolar desde julho de 2000.

Sueli Bispo→ há 15 anos trabalhando junto a Prefeitura Municipal de Descalvado e nesta Unidade Escolar desde julho de 2000.

Auxiliar de Biblioteca – *Ana Carolina Dall'aqua de Araújo*, formada em Direito pela FADISC, São Carlos em 2002. Iniciou atividades nesta Unidade Escolar em fevereiro de 2004.

Horário de Trabalho – Educadores e Funcionários

EMEF	PROF. FRANCISCO FERNANDO FARIA DA CUNHA			
Nº	***FUNCIONÁRIOS***	**FUNÇÃO**	**HORÁRIO**	**CARGA HORÁRIA**
01	Ana Carolina Dall'aqua de Araújo	Auxiliar de Biblioteca	De 2ª a 6ª das 7h às 11h e das 13h às 17h	200 horas
02	Ana Maria Alcaide Victorello	Profº I Municipal – Substituição	De 2ª a 6ª das 12:30h às 17:30h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
03	Bárbara Pierobom	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 12:30h às 17:30h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
04	Carina Raquel Zanata	Profº I Municipal – Substituição	De 2ª a 6ª das 12:30h às 17:30h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
05	Claudia de Lara Menendes	Profº I Municipal – Substituição	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
06	Claudinéia Tobias Ricardo Cabral	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 12:30h às 17:30h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
07	Cristiane de Lourdes Biazoli Lazarini	PEBI - Estadual	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	150 horas
08	Crisitane Tereza Cera Gouveia Bissoli	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
09	Eliane Aparecida Marcatto da Silva	Diretora de Escola	De 2ª a 6ª das 7h às 13h e das 14:30h às 17:30h de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	200 horas
10	Evanilda Elaine Monzani	Secretária de Escola	De 2ª a 6ª das 8h às 11h e das 12h às 17h	200 horas
11	Gabriela Fernanda de Morais Cerantola	Profº I Municipal – Efetiva	**Professora afastada – Licença Gestante**	135 horas
12	Giane Raquel Colucci	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 12:30h às 17:30h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
13	Joseane de Carvalho Leal	PEBI - Estadual	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	150 horas
14	Josele Cristine Patracão	Inspetora de Alunos	De 2ª a 6ª das 8h às 13h e das 15h às 18h	200 horas
15	Luzia Tereza Muller Bronine	Profº I Municipal – Efetiva	**Professora Afastada – Licença Saúde**	150 horas
16	Maria Aparecida Mauro Roque	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas

17	Maria de Fátima Colognesi Gallo	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
18	Maria de Fátima Jarina Zanatta	PEBI - Estadual	**Professora Afastada – Licença Prêmio**	150 horas
19	Olinda Mariano Muller	Auxiliar de Escola	De 2ª a 6ª das 8h as 12:30h e das 14:30h às 18h	200 horas
20	Regina Laines Barboza Tavares	Profº I Municipal – Efetiva	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
21	Sebastiana do Carmo Reschini Couvre	Auxiliar de Escola	De 2ª a 6ª das 8h às 13h e das 15h às 18h	200 horas
22	Silmara Aparecida Pierobom	Profª readaptada Estadual	De 2ª a 6ª das 7h às 12h	150 horas
23	Sueli Bispo	Auxiliar de Escola	De 2ª a 6ª das 6:30h às 10:30 e das 12:30h às 16:30h	200 horas
24	Teresinha Ribeiro Scatolini	Profº I Municipal – Substituição	De 2ª a 6ª das 12:30h às 17:30h e de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	135 horas
25	Terezinha Hatsumi Schigaki Tessarim	Coordenadora Pedagógica	De 2ª a 6ª das 7h às 12h e das 13:30 às 17:30h de 2ª feira das 17:45h as 19:45h	200 horas

2.1.3. Órgãos Consultivos e Deliberativos

DO CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola, de natureza consultiva e deliberativa, eleito anualmente durante o primeiro mês letivo, presidido pelo Diretor de Escola, terá um total mínimo de 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.

Composição: 40% (quarenta por cento) de docentes;

05% (cinco por cento) de especialistas de educação, excetuando-se o Diretor de Escola.

25% (vinte e cinco por cento) de pais de alunos

25% (vinte e cinco por cento) dos alunos.

Atribuições: Deliberar sobre:

- diretrizes e metas da Unidade Escolar;
- alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica;
- projetos de atendimento psicopedagógico e material ao aluno;
- programas especiais visando à integração escola-família-comunidade;
- criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola;
- prioridades para aplicação de recursos da Escola e das instituições auxiliares;
- as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, servidores e alunos da Unidade Escolar.

Elaborar o calendário e o regimento escolar, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação e a legislação pertinente.

Apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seus desempenhos em fase das diretrizes e metas estabelecidas.

Composição do Conselho de Escola - 2005

PRESIDENTE: Eliane Aparecida Marcatto da Silva

DOCENTES:

1. Cristiane de Lourdes Biazoli Lazarini
2. Ana Maria Victorello Alcaide
3. Terezinha Hatsumi Schigaki Tessarim
4. Claudia de Lara Menendes

5. Carina Raquel Zanata
6. Giane Raquel Colucci
7. Claudinéia Tobias Ricardo Cabral
8. Gabriela Fernanda de Moraes Cerantola
9. Cristiane Tereza Cera Gouveia Bissoli

SUPLENTES:
- Maria Aparecida Roque Mauro
- Regina Laines Barboza Tavares

PAIS:
- Maria Cristina Paschoal Marcomini
- Zilda Corvilho Cerminaro
- Sebastião Antonio Tessarim
- Maria Umbelina Gaspar Barbalho
- Maria Geralda Lizetti Pierin Casonato
- Darlene Aparecida Franzin Factor
- Luzia Helena Furini
- Cleide Aparecida Patracão Xavier
- Ana Lucia da Silva

SUPLENTES:
- Nilsa Helena Caramuri
- Rosana Aparecida Augusto Pierobon
- Sandra Donizetti Cerminaro Trevisan

ALUNOS:
- Luana Domingues (4ª A)
- Bruno Tessarim (4ª A)
- Rodrigo Albieri (4ªB)
- Dalila Aparecida da Silva (4ªB)
- Andrezza Pozzi dos Santos (4ª C)
- Débora Fernanda Fallaci (4º C)

FUNCIONÁRIOS:
- Silmara Aparecida Pierobom

SUPLENTES:
- Evanilda Elaine Monzani
- Sebastiana do Carmo Reschini Couvre

DA APM (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES)

Finalidade da APM: Colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência escolar e na integração família-escola-comunidade.

Principais Metas da APM:

1. Colaborar com a direção do estabelecimento;
2. Representar as aspirações da comunidade e dos pais dos alunos junto à escola;
3. Mobilizar recursos humanos, materiais, e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, visando a:
   3.1. melhoria do ensino;
   3.2. desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar, nas áreas sócio-econômica e de saúde;
   3.3. conservação e manutenção do prédio, do equipamento e das instalações;
   3.4. programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;
4. Favorecer o entrosamento entre pais e professores;
5. colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ociosos, ampliando-se o conceito de escola como "Casa de Ensino" para "Centro de Atividades Comunitárias".

Membros que comporão a APM da Escola até dia 29/05/06

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE NATO: Eliane Aparecida Marcatto da Silva

PROFESSORES:
- Claudinéia Tobias Ricardo Cabral
- Regina Laines Barbosa Tavares
- Silmara Aparecida Pierobom
- Maria Aparecida Roque Mauro
- Cristiane Tereza Cera Gouveia Bissoli

PAIS DE ALUNOS:
- Renata Dias
- Ana Lucia Silva
- Fernanda Fernandes Delgado
- Sueli Regina Chiaretto de Avelar

- Eliana de Fátima Vitula Paggiaro
- Mirian Fonseca Ignácio

CONSELHO FISCAL

PROFESSOR: Maria de Fátima Colognesi Gallo

PAIS: - Ana Paula Coradini
- Lailton José Radaelli

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO: Maria Aparecida Roque Mauro
VICE DIRETOR EXECUTIVO: Carina Raquel Zanata
SECRETÁRIA: Evanilda Elaine Monzani
DIRETOR FINANCEIRO: Joana Maria de Lima Sant'anna
VICE DIRETOR FINANCEIRO: Sebastião Antonio Tessarim
DIRETOR SOCIAL: Silvia Lucia Cerantola
DIRETOR CULTURAL: Elaine Cristina Mazaro
DIRETOR DE ESPORTES: Claudia de Lara Menendes
DIRETOR DE PATRIMÔNIO: Sergio Edward Patracão

2.1.4. Aplicação de Recursos Financeiros

Os recursos recebidos pela Unidade Escolar via FNDE/MEC, Prefeitura – Estado – Cantina – Contribuições Espontâneas e outros meios serão utilizados na conservação e manutenção do Prédio Escolar, na aquisição de material necessário ao seu funcionamento, material didático pedagógico, no aperfeiçoamento de profissionais da educação, no desenvolvimento de atividades educacionais e implementação de projetos pedagógicos.

3. P R O P O S T A P E D A G Ó G I C A

3.1. Diretrizes

A principal diretriz de qualquer sistema público de educação é garantir a universalização dos conhecimentos adquiridos ao longo de séculos de sociabilidade humana. O acesso ao conhecimento sistematizado cientificamente, dessa forma, constitui-se em um instrumento fundamental no processo de construção de uma sociedade igualitária, na qual o respeito às diferenças individuais e à diversidade cultural são fundamentais, além da diminuição progressiva das desigualdades econômicas. Assim sendo, o município de Descalvado, além de oferecer a educação escolarizada para todos, como manda a legislação vigente (Lei no. 9.394/96), pretende fornecer aos discentes e a comunidade como um todo um espaço escolar de integração, socialização e convivência social.

3.2. Objetivos

3.2.1. Objetivos Gerais

A partir da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o sistema municipal de ensino pretende criar uma cultura de liberdade e tolerância, contribuindo assim na construção de uma sociedade democrática e pluralista. Para tanto, é fundamental a ocorrência da gestão democrática do ensino público, a autonomia e a descentralização das unidades escolares, a valorização do profissional da educação e a vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais.

3.2.2 Objetivos específicos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, segundo os níveis:

Ensino Fundamental:

- garantir que ao final do Ciclo I (1ª. a 4ª. séries iniciais) a criança esteja alfabetizada de fato, conseguindo escrever com o mínimo de lógica e coerência, de acordo com a sua etapa de desenvolvimento, lendo e interpretando um texto compatível com a sua faixa etária.
- garantir que ao final do Ciclo II (1ª. a 4ª. séries finais) o discente consiga formar uma base teórica sólida e ampla, contemplando um universo cada vez maior de informações em cada área do conhecimento.
- consolidar um programa de formação continuada dos professores e profissionais da educação como um todo.
- possibilitar espaços cada vez mais amplos de diálogo com a comunidade local e a sociedade civil.

- prover as bibliotecas escolares de um número cada vez maior de livros, periódicos e publicações de uma maneira geral, bem como de uma estrutura que permita o acesso da comunidade do bairro como um todo.
- manter e ampliar os mecanismos de avaliação discente e docente.

3.2.3. Indicadores Educacionais

Os indicadores utilizados para avaliação dos alunos são:

SAEM – Sistema de Avaliação Educacional Municipal: Aplicado semestralmente, onde são avaliados todos os alunos da escola. É elaborado pela Equipe Educacional do Município.

SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo Aplicado anualmente a todos os alunos da escola. É elaborado pela Fundação CESGRARIO.

Avaliação do Instituto Protagonistés – Projeto educacional o qual aplicou, no ano de 2003 e 2004, avaliações objetivas e de redação com fins de avaliar somente os alunos das 4ªs desta U.E.

Esta Unidade Escolar preocupada em preparar o educando para melhor se relacionar e integrar-se no mundo em que vive, busca proporcionar uma formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparando-os para o exercício consciente da cidadania.

Acreditamos num projeto pedagógico, somente se todos os envolvidos no processo educacional (professores, pais, equipe administrativa, direção, coordenação, alunos e comunidade) estiverem comprometidos e articulados com seu processo para que ocorra, assim a efetivação da dimensão pedagógica da escola.

Nosso principal objetivo é atender às necessidades educacionais oferecendo uma escola de qualidade, pois através dos indicadores do SAEM, SARESP 2004 e do Instituto Protagonistés constatamos que 72% dos alunos, obtiveram notas da média para cima (considera-se média os valores numéricos 7,8 e 9). Com base neste diagnóstico, que mediu as habilidades de leitura e escrita, a equipe reunida busca ações imediatas que venham de encontro com essas necessidades para aperfeiçoar as habilidades que encontraram maiores dificuldades.

Dos 28% que ficaram abaixo da média (insuficientes e regulares), propusemos ações para que o corpo docente pudesse estar desenvolvendo um trabalho diferenciado, aos educandos, dando ênfase na aquisição das habilidades que encontraram maiores dificuldades, as que não tiveram domínio.

Um outro indicador utilizado, foram os resultados comparativos das Avaliações objetivas e de redação realizado pelo Protagonistés onde foram avaliados somente os alunos das 4ªs . Em 2003 a escola ficou dentro da média do Estado de São Paulo na avaliação de redação que é de (4,7%) e abaixo da média na

avaliação objetiva (24,2%). Já no ano de 2004, acima da média do Estado tanto na avaliação objetiva quanto na de redação (avaliação objetiva – média 28,53%, redação 4,56%).

Para sanar essas dificuldades, a Escola juntamente com o corpo docente, Oficina Pedagógica buscou através de grupos de Recuperação Paralela, Remanejamento de séries, oferecer meios e oportunidades aos alunos para que essas dificuldades fossem trabalhadas respeitando o ritmo e o desenvolvimento de cada educando, sendo o respeito como alicerce no relacionamento interpessoal, buscando sempre a justiça social.

Nossos índices de aprovação, retenção e evasão de alunos no ano de 2002, 2003 e 2004 foram:

	Aprovação	**Retenção**	**Evasão**
2002	97,5%	2,5%	0%
2003	95,33%	4,08%	0,5%
2004	96,40%	2,8%	0,8%

3.2.4. Plano de Curso

Prioridades	• manter um ensino de qualidade; • criar cada vez mais um ambiente agradável para que a aprendizagem aconteça; • trabalhar com os indicadores educacionais.
Objetivos Específicos	• desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; • compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia e dos valores que se fundamenta a sociedade; • desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e formação de hábitos e valores; • fortalecimento dos vínculos familiares, solidariedade, cooperação e tolerância.
Metas / Resultados	• melhoria da qualidade de ensino, através de mudanças na prática pedagógica, de uma

	maior interação e participação no processo ensino-aprendizagem, tendo como alicerce o respeito entre os membros da comunidade escolar.
Ações	• cursos de capacitação oferecido pela SECET / NAME / Oficina Pedagógica; • Projeto Gestão para o Sucesso Escolar; • Projeto Recuperação paralela e remanejamento de séries; • HACs na Unidade e fora dela, através de textos e propostas de estudos, palestras, trocas de experiências para auxiliar na formação do professor, bem como o envolvimento e a maior participação da família; • Implementação de uma sala de leitura totalmente reelaborada e equipada para despertar cada vez mais o gosto pela leitura.

3.3. Organização Curricular

Disciplina	Nº de Aulas
Língua Portuguesa	09
Matemática	07
História	02
Geografia	02
Ciências	02
Ed. Física	01
Arte	01
Inglês	01

3.4. Calendário
3.4.1. Calendário Escolar

Calendário Escolar – Escolas Municipais de Ensino Fundamental – 2005

Dia / Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	DIAS LETIVOS	TOTAL
JAN	FN	D	F	F	F	F	F	S	D	F	F	F	F	F	S	D	F	F	F	F	F	S	D	F	F	F	F	F	S	D	F	-----	----
FEV	F	AT	PL	PL	S	D	AS	FN	PL	CA	CA	S	D	[X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	-	-	-	11	11
MAR	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	AS	FN	S	D	X	X	X	X	21	32
ABR	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	FN	X	S	D	X	X	X	X]	CC	S	-	19	51
MAI	D	[X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	FN	X	S	D	X	X	21	72
JUN	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	AC	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	-	23	95
JUL	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X]	CC	S	D	R	R	R	R	R	S	D	R	R	R	R	RE	S	D	10	105
AGO	[X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	AC	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	24	129
SET	X	X	S	D	X	X	AC	FM	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X]	-	21	150
OUT	S	D	CC	[X	X	X	X	S	D	X	X	FN	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	19	169
NOV	X	FN	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	FN	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	-	20	189
DEZ	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X	X	X	S	D	X	X	X]	CC	AF	S	D	R	R	R	R	R	S	15	204
																															TOTAL	204	

F	Férias	FN/FM	Feriado Nacional/Municipal	PL – RE	Planejamento – Replanejamento
R	Recesso Escolar	FE	Feriado Escolar	CA	Capacitação – Semana Formação Continuada
X	Dias Letivos [ ] Início/Término Bimestre	AS	Atividade Suspensa	AT	Remoção/Atribuição de Classes/Aulas
FO	Formatura	AC	Atividade Cultural/Cívica	AF	Avaliação Final
CC	Conselho Classe	OBS.: As Reuniões de Pais e Técnico/Administrativas deverão ser marcadas no final do período ou à noite.			

3.4.2. Calendário de Eventos

REALIZAÇÃO	ATIVIDADES	POPULAÇÃO ALVO	RESPONSÁVEL
MARÇO	Páscoa	Apresentação	*Manhã* Regina Joseane *Tarde* Claudinéia Raquel
ABRIL	Monteiro Lobato Tiradentes Descobrimento do Brasil		Todos
MAIO	Dia do Trabalho Dia das Mães Abolição	Apresentação (dia das Mães)	*Manhã* Cláudia Fátima *Tarde* Terezinha Barbara
JUNHO	Festa Junina		Todos
AGOSTO	Dia dos Pais Folclore	Apresentação (dia dos pais)	*Manhã* Cristiane Cida *Tarde* Ana Maria Gabriela
SETEMBRO	Independência do Brasil		Todos
OUTUBRO	Semana da Criança Dia do Professor	Apresentação (semana da Criança)	Todos
NOVEMBRO	Proclamação da República Dia da Bandeira Tarde do Sorvete		Todos
DEZEMBRO	Encerramento do ano letivo / Natal	Apresentação	Todos

3.5. Plano Gestor/ Coordenador

"A Escola é uma das portas de entrada da cidadania e, sem dúvida, um dos fundamentos da Democracia".

Acompanhamento e avaliação da Escola pela direção/coordenação.

O mundo moderno sofre, a cada momento, muitas mudanças. Mudanças não é fato novo na rotina do dia-a-dia de uma escola, para que se possa acompanhar o crescimento do ser humano.

A direção/coordenação interessada em mudanças haverá de ter presente sua capacidade de observação e avaliação do que vivenciou ao longo dos anos em que esteve à frente desta U.E. A direção/coordenação tem uma visão do conjunto do processo pedagógico, compreendendo, opinando, acompanhando, direcionando o trabalho e ecoando para o desenvolvimento de todos os alunos. É papel do diretor/coordenador estimular os professores na busca de novas metodologias, capacitações para que os mesmos possam motivar seus alunos.

O acompanhamento e o direcionamento desse trabalho será realizado em todos os momentos do processo educativo, utilizando as horas de trabalhos pedagógicos coletivos as reuniões pedagógicas de planejamento, análise dos indicadores do SAEM, do SARESP e do Curso de Gestão para o Sucesso Escolar, reuniões do Conselho de Classe e séries e o próprio dia-a-dia escolar.

A direção e coordenação participará também de forma efetiva no acompanhamento para um trabalho pedagógico de qualidade, através de uma interação participativa e cooperativa para que ocorra o sucesso escolar.

PS: As reuniões de HAC (Hora Atividade Coletiva) são realizadas todas as segundas-feira, das 17:45h às 19:45h.

3.6. Projetos

1) "RESPEITANDO O MEIO AMBIENTE"

I – Objetivos:

a) Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente e a importância da reciclagem do lixo.
b) Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
c) Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, atuando para garantir um ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
d) Compreender alguns procedimentos de conservação e adotar posturas de diferentes aspectos.
e) Aprender e reconhecer todos os materiais (separação do lixo), que possam ser reciclados e a maneira correta de se fazer a reciclagem.

II – Metas:

Conscientização dos alunos quanto à preservação do meio ambiente como forma de preservar a nossa própria vida,

Fazer com que os alunos se preocupem em jogar o lixo no lugar certo, bem como da construção de hábitos coletivos relacionados à saúde, à limpeza e ao bem-estar coletivo.

Proporcionar aos alunos um maior conhecimento, abordando assuntos relacionados à geração do lixo,destino, desperdício e reciclagem.

III – Justificativa:

Fazer com que a criança mude a sua maneira de ver o mundo, evidenciando um trabalho vinculado a princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da eqüidade.

IV – Ações:

- Diálogos e debates com os alunos;
- Relatórios e estudos sobre alguns temas como por exemplo: O destino do lixo produzido na cidade, coleta seletiva de lixo, O lixo e as doenças que atingem os seres humanos, Reciclagem do lixo, etc..;
- Coleta seletiva do lixo;
- Reciclagem;
- Exposições de trabalhos realizados pelos alunos após estudos de textos / vídeos;
- Visitas e exposições;
- Excursões;
- Jardinagem;
- Palestras

V – Recursos Físicos e Materiais:

- Ônibus;
- Vídeo cassete;
- Fitas (K7 e VHF)
- Revistas;
- Materiais para reciclagem (garrafas plástica, papéis, etc..)
- Jornais;
- Mapas;
- Tesoura, cola, lápis de cor, isopor, tintas e pincéis, papéis;
- Sementes, mudas, esterco, regador, ferramentas.

VI - Avaliação

A Avaliação será direta e imediata.

VII – Produto final

Será de acordo com o conteúdo trabalhado por ano que será explicitado no Plano de Ensino de cada professor.

2) "É HORA DE HISTÓRIA"

I – Objetivo:

- Estimular e formar o hábito de leitura de maneira prazerosa;
- Desenvolver a criatividade e o hábito de leitura como valorização da vida;
- Aguçar a imaginação, a criatividade e a fantasia;
- Estimular a oralidade;
- Desenvolver e enriquecer o vocabulário;
- Iniciar a elaboração de textos;
- Fazer com que o aluno desenvolva o seu senso crítico através de seu hábito de leitura, podendo ser um agente inovador e transformador para uma sociedade mais justa.

II – Metas:

Que todos os educandos alcancem os objetivos a longo prazo.

III – Justificativa:

Estimular cada vez mais a criança a gostar de ler, utilizando diferentes enfoques na exploração do livro dentro e fora da sala de aula.

IV – Ações:

- Leitura de diferentes textos (Literatura em Minha Casa, do Programa Nacional Biblioteca da Escola);
- Dramatização;
- Reprodução (desenvolvimento de textos ou de ilustração);
- Estudar e empregar o vocabulário corretamente;
- Montagem de livros pelos próprios alunos, orientados pelo professor;
- Representação através de músicas, desenhos, mímicas, teatros, danças, cartazes, pesquisas, palestras e debates.
- Expressar-se espontaneamente.

V – Recursos físicos e materiais:

- Coleções existentes na escola (sala de aula e biblioteca)
- Coleções doadas pelo MEC aos educandos "Literatura em Minha Casa", do Programa Nacional Biblioteca na Escola);
- Vários livros iguais de cada obra para adotarmos a estratégia de grupo;
- Aparelho de som, microfone;
- CDs e/ou fitas com várias histórias infantis;
- TV;
- Vídeo cassete;
- Jornais, revistas;
- Sulfite, cola, cartolina, grampeador, fita crepe, tesoura, papeis coloridos, lápis de cor, giz de cera;
- Quadra;

- Pátio (interno e externo);
- Visita às Bibliotecas: Municipal e Comunitária;
- Cinema;
- Histórias participativas,etc.

VI – Avaliação

Será direta e imediata

VII – Produto final

O produto do projeto será de acordo com o desenvolvimento das atividades de cada professor, de cada série/ano, que poderá ser uma ilustração de uma história criada pelos próprios alunos, montagem de um livro, uma dramatização de uma história, etc.

Observação: Os temas serão abordados de acordo com a maturidade e interesse do aluno, no decorrer do ano letivo.

3) "CONHEÇA SUA CIDADE"

Objetivo:

- Possibilita aproximar o educando de um ensino cada vez mais contextualizado.
- Trabalhar de forma mais eficaz , integrada, concreta para associação dos conteúdos trabalhados ou a trabalhar.

Meta:

Que todos os alunos possam participar aumentando cada vez mais seus conhecimentos.

Justificativa:

É através de uma vivência concreta que se consegue uma maior assimilação dos conteúdos, cabendo ao educador despertar o interesse de seus alunos.

Ações:

- Visitas a locais da cidade que promovam ou representem fatos de acordo com o nível da classe e planejamento do professor.
- Uso da biblioteca para pesquisa.

Recursos Físicos e Materiais:

- Livros para pesquisa;
- Folhetos informativos;
- Softwares sobre a cidade;
- Jornais e Revistas;
- Ônibus.

Avaliação:

Será direta e imediata.

OBS: Cada ano/série desenvolverá diferentes visitas que constam do Plano de Curso do Professor.

4) "SE LIGUE EM VOCÊ"

I -Objetivos:

- Promover condições para melhorar a auto-estima, tendo como alvo principal os alunos;
- Atuar como modificadores de comportamentos, minimizando os efeitos danosos causados pela agressividade, individualismo, preconceitos existentes que acabam por prejudicara aprendizagem e as relações.
- Diminuir o nível de agressividade, através do diálogo, respeito e colaboração.
- Reconhecimento de seus próprios sentimentos aprendendo a gostar de si mesmo e dos outros

II - Metas:

Comprometimento de mudanças de relacionamento professores/alunos, aluno/aluno e professor/professor.

Atingir toda a equipe escolar durante o ano letivo de 2005, para que haja mudanças no comportamento, frente a relações e sentimentos.

III - Justificativa:

A escola brasileira vem se esforçando para melhorar o padrão educacional oferecido. Os recursos tecnológicos e pedagógicos hoje estão de fácil acesso a internet, televisão, jornal e mídia em geral. Compete, porém à escola e toda nossa equipe ir além, e como agilizador, desenvolver as relações, isto é os sentimentos.

Nossa escola está contextualizada em um meio hostil e a aplicação de um projeto envolvendo sentimentos irá facilitar uma nova vida ao currículo escolar, que deve servir como instrumento de formação de cidadãos livres, conscientes e engajados na luta pelo bem comum através de um ambiente harmônico.

IV - Ações:

- Diálogo com os alunos;
- Leitura de textos
- Exposição de cartazes e trabalhos dos alunos após estudos de textos, livros (Coleção Valores, Coleção Se ligue em você, Coleção Violência Não!) e fitas.

V - Recursos Físicos e Materiais:

- Papéis, cola, tesoura, lápis de cor, giz de cera, cartolina;
- Jornais, revistas, livros relacionados ao tema;
- Aparelhos de som, vídeo cassete, TV, retro-projetor;

VI - Avaliação: Será direta e imediata.

VI – Produto Final : Uma Escola mais humana baseada no respeito, no diálogo

5) "UM BANHEIRO LIMPO E AGRADÁVEL"

I – Objetivos:

- Como o banheiro é um lugar onde circulam todos os alunos, o mesmo precisa de uma higiene adequada e devido a isso, o principal objetivo é mantê-los limpos e agradáveis.
- Ensinar todos os alunos a usarem adequadamente o banheiro (uso do papel higiênico, jogar o lixo no lixo, lavar as mãos ao usar o banheiro, etc.).

II – Metas:

Conscientização dos alunos quanto a conservação do banheiro bem como o uso de seu material.

III – Justificativa:

Fazer com que as crianças mudem sua postura diante do banheiro, sempre evidenciando o uso correto, sua higiene após o uso do mesmo e a sua limpeza.

IV – Ações:

- Campanhas em prol da limpeza envolvendo todos da Unidade Escolar (alunos, professores, funcionários, pessoal da secretaria, pais);
- Diálogos e debates com a finalidade de desenvolver o hábito de higiene, focando temas que serão abordados nas aulas tais como: transmissão de doenças, tratamento de água, saneamento básico, etc.;
- Relatórios sobre temas estudados.
- Mural de desenhos;
- Cartazes.

V – Recursos Físicos e Materiais:

- Colocação de espelhos, saboneteira, porta-papel higiênico, toalhas de mão nos banheiros (masculino e feminino);
- Material de limpeza
- Livros , revistas, jornais, etc., sempre referente ao tema abordado que estará sendo trabalhado em sala de aula.

VI – Avaliação

Constante

VI – Produto Final

Um banheiro limpo e conservado o ano todo e principalmente o uso correto pelas crianças.

6) "PROJETO VÍDEO"

I - Tema: Vídeo

Um planejamento cuidadoso é condição necessária para que o trabalho com vídeos alcance seus objetivos. Pode-se iniciar na classe com o levantamento sobre o que seus alunos gostam de assistir e a partir daí, você relaciona com o assunto que está sendo estudado para fazer relações com o próprio conteúdo e também com o seu dia a dia, englobando todas as disciplinas quando for possível.

Para este tipo de projeto, você precisa assistir ao vídeo com antecedência para que sua aula possa enriquecer e facilitar na colaboração da construção do conhecimento de seus alunos. Não é necessário que você tenha dia e hora fixa para a sua aula com vídeo, desde que você faça para a melhoria do processo ensino aprendizagem. Isso não impede que às vezes você coloque um vídeo interessante para relaxamento de sua turma.

II - Local: Sala de aula, pátio, cinema, Anfiteatro Municipal, Fepasa.

III - Período de realização: No decorrer do Ano Letivo – 2005

IV - Horário: Quando houver necessidade.

V - Participantes: Todos os alunos do Ensino Fundamental da E.M.E.F. "Prof. Francisco Fernando Faria da Cunha"

VI - Justificativa: Sendo o vídeo (filme) um recurso audiovisual, que prende a atenção da criança quando o assunto é interessante, tentar buscar de maneira crítica e criativa, compreender com mais facilidade os temas abordados durante a aula.

VII - Objetivos: Ampliar ainda mais o conhecimento dos alunos desenvolvendo a atenção, a linguagem oral e escrita, aumentando com isso seu espírito crítico, fazendo-o compreender com maior facilidade o mundo que o cerca.

VIII - Conteúdos: Será de acordo com o assunto que está sendo trabalhado durante o dia/semana/mês, que consta do Plano de Ensino de cada professor/série.

IX - Metodologias:

- Discussão sobre o filme.
- Pesquisas de filmes (quando necessário).

- Esclarecimento sobre temas polêmicos que possam surgir durante o decorrer do filme (temas transversais).
- Apresentação de informações retiradas do filme ou mediante pesquisa feita com antecedência.
- Interpretação oral e escrita fazendo a interdisciplinaridade.
- Ilustração.

Fazer relação com outros meios de informação (livros de autores diferentes, fita cassete, outros filmes), fazendo com que a criança perceba as diferenças e igualdades.

X - Recursos Materiais:

- Vídeo/TV.
- Fitas (locadora/escola/bibliotecas/alunos/documentários).
- Livros.
- Jornais.
- Revistas.

XI - Avaliação: A avaliação nunca estará restrita a um só momento ou uma situação.

Observação contínua do desempenho ao longo do período letivo, registrando a participação e criatividade tanto individualmente como em grupo.

XII - Produto Final**:** Montagem de uma pasta com todos os filmes utilizados durante o ano por todos os professores.

7) "HORTA E JARDIM"

I - Objetivo:

a) Dar a oportunidade aos alunos de aprender e cultivar plantas utilizadas como alimento ou como enfeite, tornando os espaços da escola mais agradáveis e prazerosos de se estar.

b) Criar, na escola uma área verde produtiva e conservar o jardim já existente, criando novos espaços para novas plantas.

c) Planejar e executar a montagem, pois, a participação de todos é fundamental e todos os envolvidos são responsáveis pelo projeto.

d) Aprender e reconhecer diferentes variedades de plantas relacionadas com a horta e com o jardim.

e) Compreender alguns procedimentos de plantio, montagem dos canteiros, cuidados com as plantas e flores.

f) Reconhecer o valor nutricional dos alimentos podendo ser aprofundado dependendo do ano em que se está trabalhando.

g) Reconhecer o processo de cultivo do alimento/flores (seleção, plantio, colheita e até o preparo do mesmo).

II - Metas

Conscientização dos alunos sobre a importância do cultivo de alimentos/flores.

III - Justificativa

Que todos os alunos tenham um contato mais direto com a natureza e atuar como responsáveis no cuidado dela, sensibilizando-os para a importância de sua preservação e conservação.

IV – Ações

- Fazer com que a criança perceba a importância do cultivo dos alimentos e de sua utilização correta.
- Preparação dos canteiros, solo, adubação, seleção, plantio, colheita e preparo dos alimentos.
- Plantio e cuidados que devemos ter em relação às plantas e aos alimentos (higiene).
- Envolver todos os alunos em pesquisas complementares que poderão integrar todas as áreas.
- Montagem de maquetes, painéis, livros (plantas da região, plantas medicinais), catálogos de plantas e flores secas, etc., dependendo do que se pretende com cada ano/série, sempre com a orientação do professor da sala.

V – Recursos Físicos e Materiais

- Diálogos e debates com os alunos;
- Sementes para horta e flores, mudas;

- Adubos, enxada, rastelo, regador, mangueira, pá par afofar a terra, etc.
- Bacias para transporte dos alimentos;
- Fitas de vídeo, revistas, jornais, livros para-didáticos, etc.;
- Vídeo cassete;
- Palestrantes.
- Visitas a locais necessários para observação (hidroponia, viveiro Municipal, etc.)

VI – Avaliação

Será direta e imediata

.

VII – Produto Final

O produto do projeto é a própria horta (onde os alunos poderão saborear dos alimentos plantados e colhidos) e o próprio jardim, fazendo com que a escola se torne um lugar mais agradável.

8) "CORRESPONDÊNCIA"

I – Objetivo:

- Conhecer os diferentes tipos de carta, pois o mais importante é que os alunos entrem em contato com a maior variedade possível e que aprendam a lê-los e analisá-los, apropriando-se de sua estrutura.
- Incentivar os alunos a se corresponderem com outras pessoas, trocando bilhetes com os colegas de outras classes, de outro período, de outra escola dentro do município e até de outra cidade (rede de intercâmbio).
- Colocar o aluno numa situação real de comunicação e de socialização do pensamento com alunos da mesma faixa etária e com a mesma escolaridade.
- Estabelecer um diálogo direto entre o remetente e o destinatário trazendo uma mensagem pontual e apresentando uma organização de texto.

II – Metas:

- Proporcionar aos alunos um maior conhecimento sobre um dos meios de comunicação e estimular a socialização e o intercâmbio entre os alunos de nossa e de outra escola.
- Que todos, no final do ano consigam identificar, ler e escrever os diferentes tipos de carta.

III – Justificativa:

Fazer com que criança se socialize com outras e que aprenda através deste recurso conhecer diferentes realidades.

IV - Ações:

- Pesquisas sobre os diferentes tipos de correspondência que chega em nossa casa.
- Leitura dos diferentes tipos de cartas.
- Entrevista com o carteiro;
- Troca de bilhetes e cartas (que poderá ser via correio ou não);
- Visita ao correio para colocação das cartas e conhecimento do mesmo.

V – Recursos Físicos e Materiais:

- Envelope para carta, papel de carta, lápis, caneta, lápis de cor, selo;
- Ônibus;
- Jornais, revistas, vídeo, etc.;
- Fitas de vídeo;
- Mapas;

VI – Avaliação

Direta e contínua

VII – Produto final

Confraternização entre as turmas que se corresponderam durante a realização do projeto.

9) "PROJETO DE LEITURA"

I - Objetivos:

- Estimular e formar o hábito de leitura de maneira mais prazerosa;
- Desenvolver a criatividade e o hábito da leitura como valorização da vida;
- Aguçar a imaginação, a criatividade e a fantasia usando a dramatização para enriquecer a atividade;
- Estimular a oralidade;
- Desenvolver o senso crítico, sendo capaz de analisar um determinado filme ou livro, elaborando seus próprios conceitos, podendo ser um agente inovador e transformador para uma sociedade mais justa.
- Desenvolver e enriquecer o vocabulário;
- Iniciar a elaboração de textos orais.

II - Metas:

Que os educandos, principalmente os que chegam da zona rural, alcancem os objetivos propostos a um curto espaço de tempo, conseguindo ter uma visão melhor desse mundo que os cerca.

III - Justificativa:

- Utilizar o tempo ocioso dos alunos que chegam muito cedo da zona rural com atividades prazerosas;
- Oferecer essa atividade em período contrário para todos os alunos desta Unidade Escolar, oferecendo mais uma opção de "lazer", mas com a finalidade de poder estar aprendendo cada vez mais.

OBS: A divisão dos alunos será feita em duas etapas:

→ 1º e 2º ano – segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira.

→ 3º e 4º ano - terça-feira e quinta-feira.

(poderá ser modificado de acordo com a necessidade de cada turma – em estudo)

IV - Ações:

- Leitura de diferentes tipos de textos;
- Dramatização;
- Reprodução e interpretação oral do texto lido ou do filme;
- Aumentar o vocabulário para que seja utilizado corretamente;
- Representação através de músicas, mímicas, teatros, palestras e debates;
- Expressar-se espontaneamente;
- Leitura caracterizando os personagens, dependendo o tipo da história que será trabalhada e principalmente da didática utilizada.

V- Recursos Físicos e Materiais:

- Sala montada especialmente para despertar o interesse e a imaginação dos educandos;

- Aparelho de som, microfone;
- Vídeo, TV, fitas;
- Diferentes portadores textuais (que poderão ser utilizados da biblioteca local)
- Almofadas e tapetes para tornar o ambiente mais agradável;
- CDs com histórias infantis;
- Fantasias para dramatização.
- Cortinas escuras para dar um ambiente de cinema.

VI - Avaliação:

Será direta e imediata. Será também, elaborado um relatório no final de cada mês com a finalidade de estarmos separando as crianças com diferentes habilidades e de acordo com o interesse das mesmas. (em estudo).

VII - Produto Final:

Alunos mais criativos, com mais conhecimentos e principalmente bons leitores.

10) "PROJETO DE INVESTIMENTO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO DAS ESCOLAS DO "GESTÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR"

Pensar:	**1. O QUÊ?**
→ descrição geral do que será implementado em sua escola para ampliar a aprendizagem dos alunos.	**Recursos para a Sala de Leitura**
	O projeto maior que culmina no **aperfeiçoamento das competências em leitura e escrita** dos alunos está em desenvolvimento na escola com ações estabelecidas, sendo que alunos que fazem parte do mesmo mostram-se mais competentes na hora de ler e escrever. A sala de leitura faz parte da nossa rotina, e as atividades prazerosas e diversificadas, apresentam bons resultados. Há necessidade de cada vez mais buscar o aprimoramento das metodologias que estão sendo aplicadas, reavaliando sempre, e redirecionando os objetivos que visam ser alcançados. Notamos ser indispensável o uso da informática, da dramatização, do conto, da produção de texto, reescritas, reconto de textos e histórias, do uso de filmes que transmitam mensagens reais do contexto de vida dos alunos, e de um profissional capacitado que tenha conhecimento, compromisso e que esteja sempre registrando os avanços que os alunos apresentam em suas auto-avaliações. Nossa escola tem uma biblioteca pequena e necessita ser ampliada para podermos atender as necessidades dos nossos alunos e seu aumento expressivo. Visando essa melhoria, a Prefeitura Municipal entra como parceira na ampliação e reforma, já para o início de 2005, e a sala de leitura será redirecionada para que no mesmo espaço da biblioteca atenda as crianças. Sendo possível o investimento na compra de recursos que venham viabilizar mais ações, consideramos importante a aquisição de 03 computadores e seus respectivos racks, fantasias para as dramatizações, 01 projetor de multimídia, 01 tela de retro-projeção grande, além de 04 jogos de mesas redonda, para os trabalhos realizados em grupos.

Pensar: → Por que a equipe optou por este projeto? (refira-se ao **diagnóstico realizado e como as ações propostas podem contribuir para resolver as dificuldades detectadas ou melhorar os** resultados esperados quanto à leitura e escrita dos alunos).	**2. POR QUÊ?** Percebe-se nas amostras de **indicadores educacionais** que muitos alunos ainda não conseguem ler com desenvoltura. Os grupos de alunos previamente divididos (alunos que chegam muito cedo na escola e que moram na zona rural) já fazem uso de recursos existentes na sala de leitura, além de contar com o apoio da profª Silmara que interage com os mesmos de forma brilhante. As dificuldades na escrita e interpretação de textos são "sanadas" por meio de práticas diferenciadas e com atividades significativas e contextualizadas. Nelas os alunos ainda que não sejam taxados de "alunos problemas" (meio social desfavorecido, ritmo de aprendizagem mais lento...) recebem atendimento individualizado e vários recursos são lançados a mão para que as habilidades de cada atividade sejam realmente aperfeiçoadas. O tempo, maior inimigo em muitas situações é fator primordial nessa, pois 01 hora ociosa por dia, se tornou em momentos de boas situações de aprendizagens. A equipe da escola em momentos de reflexão e avaliação faz menção ao fato dos alunos estarem participando de atividades na sala de leitura, pois avaliam a importância da prática de atividades de leitura e escrita.
Pensar: A equipe escolar fará uma descrição de **como** serão utilizados os serviços e/ou materiais a serem adquiridos, os responsáveis pelo desenvolvimento das ações, os seus beneficiários etc.	**3. COMO? –** Sendo a Sala de Leitura um "local diferente" dentro da escola, as crianças se beneficiem da mesma em horários estabelecidos, mais fazem maior uso as crianças da zona rural. Pensamos sempre que o ambiente na sala de leitura deve ser prazeroso, onde todos possam trabalhar com mais descontração e **Implementando o uso da informática:** Necessidade específica em atividades que exigem a descrição de textos, a utilização de editores de textos, para uma reescrita, reconto, comunicar-se a distância por meio da telemática, exercitando assim a escrita e a leitura; **Rotinas de contadores de histórias:** uso de livros paradidáticos além dos já existentes para que as crianças possam "viajar" por caminhos do sonho, e a imaginação estimulada em suas ações; **Utilização de recurso audiovisual:** como ferramenta que vai estimular as apresentações aos alunos de cenas reais do cotidiano, através de apresentações com animação, pois a visualização é chamativa, e a interação é ainda maior. **Utilização de fantasias:** A dramatização e a representação de histórias

	infantis e até mesmo de "casos reais" tornou-se muito significativo para os nossos alunos. Essa prática está sendo muito explorada pela professora na sala de leitura e sentimos que os alunos estão mais expressivos em sua comunicação. As fantasias chamam muita atenção e as crianças empolgadas realizam a atividade (representação, dramatização) com maior satisfação, prazer e fantasiando aprende com muito maior facilidade.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS

Descrição das ações	Natureza da despesas (marque com um X)			Quanto?* (R$)	Quando? (data)
	Consumo	Permanente	Serviço		
1. Uso da informática		x		5.775,00	Março/05
2. Projetor de multimídia com tela de projeção		x		4.950,00	Março/05
3. mobiliário, fantasias, livros paradidáticos, softwares	x	x		4.275,00	Março/05
Total				15.000,00	

*estimativa de custo

*Todos os produtos que serão adquiridos apresentam cotação de preço em pelo menos 03 casas comerciais do município e estão arquivados na escola em pasta do Curso Gest@o para o Sucesso Escolar.

3.7. Avaliação

Vemos na avaliação um ponto de muita reflexão dentro da escola, pois esta nos embasa, para que exista uma melhor interação entre todos os envolvidos no processo educativo da escola, onde podemos nortear os caminhos que deverão ser trilhados pela equipe, sempre buscando os meios mais objetivos e uma mesma direção nas ações a serem desenvolvidas.

Sendo ela, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, cabe ao diretor/coordenador, a atuação mais imediata, pois através dos indicadores podemos nos nortear para que em conjunto possamos buscar ações que nos façam repensar os pontos que precisam ser melhorados através do compromisso de toda a equipe, sempre orientando o professor sobre sua didática, sua metodologia, para um redirecionamento da ação pedagógica, onde o trabalho seja de qualidade com uma equipe cooperativa e dinâmica.

Acreditamos que através desse repensar de ações imediatas possamos cada vez mais trabalhar em função da recuperação dos alunos com maiores dificuldades, conseguindo resultados positivos, sempre oferecendo as oportunidades igualitárias a todos.

4. Considerações Finais

QUANTO UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA FAZ A DIFERENÇA

Atualmente, não se fala mais em administração da escola e sim em gestão. Nessa perspectiva, a direção da escola deve passar a ser um trabalho de equipe, com ampla participação de todos os segmentos da escola e também da comunidade.

As atuais condições sobre gestão escolar têm como dimensão e enfoque de atuação: a mobilização, a organização e a articulação das condições materiais e humanas para garantir o avanço dos processos sócio-educacionais, priorizando o conhecimento e as relações internas e externas da escola.

A descentralização do processo decisório é um item a ser considerado, pois ele diminui a distância entre tomada de decisões e execução.

O objetivo final da gestão é a garantia dos meios para a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos. O entendimento é de que o aluno não apenas na sala de aula, mas na escola como um todo. Faz-se necessário que seja, em seu conjunto, um espaço favorável à aprendizagem. Criando um ambiente de efervescência de busca do conhecimento, de curiosidade em relação ao mundo, que os professores capturem o conhecimento que circula na sociedade e o tragam para dentro da escola, interagindo com a sociedade e recuperando o papel da escola na formação holística do aluno.

Um importante elemento a ser considerado são as novas demandas que a sociedade atual traz para o gestor.

O conhecimento também se adquire fora da escola.

O gestor escolar deve estabelecer uma relação dialógica com o Sistema Municipal e sua equipe, e a família deve ser vista como o maior interessado no sucesso dos alunos.

Nessa perspectiva, o modelo de escola deixa de ser estático para assumir um paradigma dinâmico, descentralizado e democrático.

A experiência vivida nesse tipo de escola pode permitir aos alunos passar a ser um cidadão participativo da sociedade, uma vez que o conhecimento construído na troca e na participação constitui-se um grande valor estratégico para o desenvolvimento da sociedade e condição importante na qualidade de vida das pessoas. Para que isso se efetive faz-se necessário que a escola cumpra seu papel primeiro, que é o de desenvolver no aluno as competências básicas de letramento e domínio matemático, sem as quais ele será sempre e cada vez mais excluído da sociedade.

Um gestor comprometido, parceiro da construção das políticas de sua Secretaria, poderá ajudar a escola a cumprir sua vocação e sua função social.

O gestor pode assumir a condição de líder desse movimento, considerando o caráter de pluralidade cultural da escola pública, administrando a controvérsia

que se manifesta na escola, estabelecendo uma rede de relações entre os alunos, professores, funcionários, pais e comunidade do entorno. Cada um deles passa a ser visto não como um "tarefeiro" e sim como agente de gestão do projeto da escola que determine para si os indicadores de qualidade a se obter.

A participação da comunidade como co-gestora, através dos conselhos escolares e da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico, no gerenciamento financeiro dos recursos da escola, a definição das relações da escola com seus alunos e com a própria comunidade, como bem público e a serviço desse mesmo público, é fundamental, passando a centro dinamizador da comunidade.

A educação é um direito e o aluno precisa aprender, esse é o nosso compromisso. Não basta o acesso e a permanência, é preciso que o aluno aprenda. Hão de se criar através de uma gestão democrática e compartilhada as condições para a viabilização da missão de educar. Para isso, o gestor é uma peça fundamental desse projeto. Ele precisa definir com seus pares as metas que se deseja atingir, estabelecer um contrato com os professores, e dos professores com seus alunos e com a comunidade. Assim sendo, o aluno é e sempre será o maior beneficiado, através de um ensino de qualidade oferecido por uma unidade escolar comprometida com o sucesso de todos.

ANEXO B – Lei de Plano de Carreira Municipal: Lei nº2359,15/12/2003

LEI N.º 2.359, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.003

DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E DE REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM SUBSTITUIÇÃO A LEI MUNICIPAL Nº 1.725, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO E SEUS OBJETIVOS

Artigo 1º - Esta Lei, denominada Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal, estrutura e organiza o Magistério Público, nos termos da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, em substituição à Lei Municipal nº 1.725, de 10 de fevereiro de 1.998.

Parágrafo único – Constitui objetivo do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público de Descalvado a valorização dos seus profissionais, de acordo com as necessidades e diretrizes do Sistema Municipal de Ensino.

Artigo 2º - Para efeitos do Plano de Carreira e Remuneração, integram a carreira do Magistério Público os profissionais de Educação que:

I - exercem atividades de docência nas unidades escolares municipais;

II – oferecem apoio pedagógico direto às atividades de ensino, incluídas as de administração, planejamento, orientação educacional e supervisão da educação básica.

Artigo 3º - As disposições desta Lei não se aplicam aos profissionais que integram o quadro de apoio administrativo das escolas municipais, que reger-se-á através de legislação própria.

SEÇÃO II

DOS CONCEITOS BÁSICOS

Artigo 4º - Para efeito desta Lei, consideram-se:

I – Cargo ou Função do Magistério: conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao profissional do Magistério;

II – Cargo de Provimento em Comissão: cargo preenchido por ocupante transitório, da confiança da autoridade nomeante;

III – Classe: conjunto de cargos e ou funções da mesma denominação;

IV – Nível: subdivisão dos cargos e funções existentes na classe, escalonadas de acordo com a titulação;

V – Carreira do Magistério: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonados segundo o nível de complexidade e o grau de responsabilidade;

VI – Quadro do Magistério: conjunto de carreira e cargos ou funções isoladas, privativas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo de Descalvado.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE DESCALVADO

Artigo 5º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visa o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

Artigo 6º - O ensino será orientado pelos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;

IV – coexistência de instituições públicas e particulares de ensino;

V – gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos municipais;

VI – valorização do profissional da educação e da experiência escolar;

VII – gestão democrática do ensino público, nos termos da legislação vigente;

VIII - garantia de padrão de qualidade;

IX – vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais.

CAPÍTULO III

DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 7º - O Quadro do Magistério Público Municipal de Descalvado será constituído de 02 (dois) subquadros, especificados em:

I – subquadro de cargos ou empregos públicos (SQC);

II – subquadro de funções docentes ou empregos de caráter temporário (SQF).

§ 1º - O subquadro referido no inciso I, compreende cargos ou empregos de provimento:

I - efetivo, que comportam substituição, destinados a classe de docentes dentro de suas respectivas habilitações, a saber:

a) Professor de Educação Básica I ou PEB I;

b) Professor de Educação Básica II ou PEB II;

II – em comissão, como função, que comportam substituição, destinados a profissionais de educação de apoio pedagógico, a saber:

a) Coordenador Pedagógico;
b) Orientador Educacional;
c) Vice-Diretor de Escola
d) Diretor de Escola/Creche;
e) Diretor de Educação;
f) Supervisor de Ensino.

§ 2º - O subquadro a que se refere o inciso II, é constituído de funções de atividades docentes e de profissionais de educação de apoio pedagógico.

SEÇÃO II

DO CAMPO DE ATUAÇÃO

Artigo 8º - Os integrantes da classe de docentes atuarão na:

I - Professor de Educação Básica I – Educação Infantil;

II - Professor de Educação Básica I – Educação Especial;

III - Professor de Educação Básica I - Ensino Fundamental Ciclo I;

IV - Professor de Educação Básica II – Ensino Fundamental do Ciclo II.

Artigo 9º – Os ocupantes de cargos efetivos e os de cargos em comissão, como função, destinados às atividades de ensino de suporte pedagógico direto atuarão conforme suas respectivas habilitações, nos diferentes níveis e modalidades que integram o sistema municipal de ensino.

CAPÍTULO IV

DO PROVIMENTO DE CARGOS

SEÇÃO I

DAS FORMAS DE PROVIMENTO DE CARGOS

Artigo 10 – O provimento de cargos ou empregos da classe de docentes e de profissionais de educação de apoio pedagógico, se dará na forma de nomeação.

Parágrafo único – A nomeação prevista neste artigo será realizada em:

I – caráter efetivo, para os cargos da série de classe de docentes da carreira do Magistério, mediante concurso de provas e títulos;

II – comissão, para as funções destinadas aos profissionais de educação que oferecem apoio pedagógico.

Artigo 11 – A experiência docente mínima, pré-requisito exigida para o exercício profissional de cargos em comissão, será de 3 (três) anos e adquirida na rede pública de ensino.

Artigo 12 – O provimento de cargos em comissão, como função, destinados aos profissionais de educação de apoio pedagógico, são de livre nomeação, obedecidas às exigências previstas neste estatuto.

Artigo 13 – Após o provimento do cargo, o docente será submetido a estágio probatório de 03 (três) anos, onde seu exercício profissional será avaliado através de critérios previamente estabelecidos pela SECET e Procuradoria Jurídica, se aprovado, ocorrerá a investidura no cargo.

SEÇÃO II

DOS CONCURSOS PÚBLICOS

Artigo 14 – O provimento dos cargos ou empregos da classe de docentes da carreira do Magistério far-se-á através de concurso público de provas e títulos.

Artigo 15 - A validade do concurso público será de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

Artigo 16 – Os concursos públicos de que trata o artigo 14, desta Lei, serão realizados pela Secretaria de Administração do Município de Descalvado, conjuntamente com a SECET, e reger-se-ão por instruções especiais, contidas nos editais de concursos públicos, publicados no Jornal Oficial do Município.

Artigo 17 – Os docentes que solicitarem exoneração de seus cargos, poderão participar de novos concursos, desde que respeitadas as exigências legais e aquelas impostas ao certame.

§ 1º – Os docentes dispensados "a bem do serviço público", ficarão impedidos de nova participação no concurso público e conseqüente admissão, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

§ 2º - Os docentes participantes do PDV (Pedido de Demissão Voluntária) deverão respeitar a legislação específica vigente.

SEÇÃO III

DA QUALIFICAÇÃO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

Artigo 18 – O provimento de cargos ou empregos da classe de docentes exige como qualificação mínima:

I – Ensino médio, na Habilitação Específica para o Magistério, para a docência da Educação Infantil e no Ciclo I do Ensino Fundamental ou Licenciatura Plena em Pedagogia de acordo com a legislação vigente;

II – Curso de Licenciatura Plena, com habilitação em Educação Especial, ou, em sua falta, ensino médio completo na modalidade Normal, com Curso de Especialização de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas em Educação Especial, para a docência em Educação Especial;

III – Curso de Licenciatura Plena com habilitação na área específica, para a docência no Ciclo II do Ensino Fundamental;

IV – Licenciatura Plena em Pedagogia com respectiva habilitação ou pós-graduação em Educação, nos termos do artigo 64 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, e possuir no mínimo:

a) 3 (três) anos de efetivo exercício no magistério público para a função de Coordenador Pedagógico e/ou Orientador Educacional;

b) 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério público para a função de Vice-Diretor, Diretor de Escola e Diretor de Creche;

c) 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério público, dos quais 2 (dois) em atividades de apoio pedagógico, para a função de supervisor de ensino.

Artigo 19 – Para os cargos e ou funções com exigência de qualificação em nível superior, serão considerados tão somente os cursos realizados em instituições de ensino superior, credenciadas pelo MEC.

CAPÍTULO V

DA ADMISSÃO ÀS FUNÇÕES DOCENTES

SEÇÃO I

DO PREENCHIMENTO

Artigo 20 – O preenchimento de funções de classes docentes far-se-á mediante admissão:

I – para reger classes e ou ministrar aulas cujo número reduzido não justifique o provimento de cargo;

II – para reger classes e ou ministrar aulas atribuídas a ocupantes de cargos ou funções, com afastamentos estabelecidos pela legislação vigente, em caráter de substituição;

III – para reger classes e ou ministrar aulas provenientes de cargos vagos ou que ainda não tenham sido criados.

§ 1º – A admissão será precedida de processo seletivo e títulos e observada a ordem estabelecida na escala de classificação dos resultados.

§ 2º – Sempre que houver concurso público em vigor, será seguida a sua ordem de classificação na escala de substituição.

Artigo 21 – A qualificação mínima para o preenchimento das funções da classe de docentes do Quadro do Magistério (SQF), obedecerá as qualificações fixadas no artigo 18 desta Lei.

SEÇÃO II

DA DESIGNAÇÃO PARA POSTO DE TRABALHO

Artigo 22 – A designação para a função de Vice-Diretor, com validade para 01 (um) ano e sempre prorrogável, será indicada pelo Diretor da Unidade Escolar e aprovada pelo Conselho de Escola, a qualquer época do ano escolar, recaindo de preferência entre os ocupantes de cargo docente municipal e/ou estadual em efetivo exercício na rede publica de ensino.

Parágrafo Único – Haverá apoio escolar de Vice-Diretor naquelas unidades escolares que tenham no mínimo 27 (vinte e sete) classes e funcionem em 03 (três) períodos diários.

Artigo 23 – A designação para a função de Coordenador Pedagógico ou Orientador Educacional, com validade por 01 (um) ano, podendo ser prorrogável, será precedida pela indicação do Diretor de 3 (três) ocupantes de cargo docente das unidades escolares da rede pública de ensino e escolhidos pelos seus pares.

Parágrafo Único – Em caso de empate a decisão será da SECET e ratificada pelo Prefeito Municipal.

Artigo 24 – Para as designações previstas nos artigos desta seção, o docente deverá atender o estabelecido no inciso IV do Artigo 18, desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA JORNADA DE TRABALHO

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO DA JORNADA DE

TRABALHO DOCENTE (JTD)

Artigo 25 – Os ocupantes de cargos docentes, para desempenhar as atividades previstas no artigo 2º desta Lei, ficam sujeitos às seguintes jornadas de trabalho:

I – Jornada Inicial com 22 (vinte e duas) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas com alunos em sala de aula, e 02 (duas) horas de atividade coletiva;

II – Jornada Básica com 26 (vinte e seis) horas semanais, sendo 24 (vinte e quatro) horas de trabalho com alunos em sala de aula, e 02 (duas) horas de atividade coletiva;

III – Jornada Completa com 27 (vinte e sete) horas semanais, sendo 25 (vinte e cinco) horas de trabalho com alunos em sala de aula, e 02 (duas) horas de atividade coletiva.

§ 1º – O excedente das aulas de um mesmo bloco, incluído na composição da Jornada do docente serão atribuídas compulsoriamente como carga suplementar, integrando a carga horária semanal.

§ 2º – Os ocupantes de cargos docentes poderão optar por mais 3 (três) horas de trabalho para cursos, projetos e estudos a serem cumpridas na Unidade Escolar, dentro do horário de expediente da Unidade Escolar.

§ 3º – Sempre que o Diretor e o Coordenador atestarem a não produção dos docentes, poderão solicitar junto à SECET o cancelamento das horas previstas no parágrafo anterior.

Artigo 26 – Para fins de acúmulo de cargos ou funções no próprio Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as normas constitucionais, os docentes poderão declinar das horas atividade, com anuência da SECET, ficando sujeitos a uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas permitida pela Lei Federal n. º 9.394/96, desde que cumpram as convocações da Direção e/ou SECET.

Parágrafo único – Os profissionais de educação deverão obedecer à legislação vigente.

Artigo 27 – Aos ocupantes de função docente aplicar-se-á carga horária e não as jornadas de trabalho docente previstas no artigo 25 desta Lei.

Parágrafo único – Entende-se por carga horária o conjunto de horas aula e de horas atividade cumpridas pelo ocupante de função docente.

Artigo 28 – Os docentes sujeitos às jornadas previstas no artigo 25, poderão exercer carga suplementar de trabalho.

§ 1º - Entende-se por carga suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

§ 2º - O número de horas semanais de carga suplementar de trabalho corresponderá à diferença entre o limite de 40 (quarenta) horas e o número de horas prevista nas jornadas de trabalho a que se refere o artigo 25 desta Lei.

§ 3º - A retribuição pecuniária do titular de cargo, por hora prestada a título de carga suplementar de trabalho docente, corresponderá ao valor da hora aula equivalente ao seu nível na escala de vencimentos da classe de docentes acrescida do tempo de serviço.

§ 4º - A retribuição pecuniária por hora prestada a título de carga horária de trabalho docente do ocupante de função atividade corresponderá ao valor da hora aula equivalente ao seu nível na escala de vencimentos da classe de docentes.

§ 5º - Para efeito de cálculo de remuneração mensal o mês será considerado como de 05 (cinco) semanas, e a hora aula de 60 (sessenta) minutos.

Artigo 29 – Poderão ser atribuídas aos ocupantes de cargo e de função docente, a título de carga horária, até 3 (três) horas semanais para o desenvolvimento de projetos de recuperação e outros trabalhos, sempre dentro das disponibilidades orçamentárias.

Parágrafo único – Os projetos referidos no “caput” deste artigo deverão estar de conformidade com a proposta pedagógica da escola e serão aprovados pelo Diretor de Escola, homologados, supervisionados e avaliados pela SECET.

SEÇÃO II

DA JORNADA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO DE APOIO PEDAGÓGICO

Artigo 30 – Os profissionais de educação de apoio pedagógico terão uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais destinadas ao cumprimento de suas atividades específicas.

Parágrafo único – Os profissionais de educação conveniados que atuarem no apoio pedagógico deverão obedecer aos limites de horas semanais permitidas na legislação vigente para acúmulo de cargos.

SEÇÃO III

DAS HORAS ATIVIDADE

Artigo 31 – As horas atividade são destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões e outras atividades pedagógicas e de estudos, à colaboração com a administração da escola, atendimento a pais, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

§ 1º - As horas atividade serão cumpridas na escola, em conjunto com seus pares, em horário constante da proposta pedagógica da escola e organizadas pela própria unidade escolar.

§ 2º - A SECET poderá convocar docentes para participar de reuniões, palestras, cursos, estudos e outras atividades de interesse da educação, e as ausências à convocação caracterizarão faltas correspondentes ao período para o qual foram convocados.

§ 3º - O docente afastado para exercer atividades de apoio pedagógico deverá estar presente nas horas atividades.

CAPÍTULO VII

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO E SUA REMUNERAÇÃO

SEÇÃO I

DA CARREIRA

Artigo 32 – A carreira do Quadro do Magistério do Município de Descalvado permitirá movimentação vertical e horizontal dos profissionais de educação e será constituída de classes de docentes distribuídas pelos respectivos níveis, a saber:

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	NÍVEIS						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Professor com Ensino Médio	X	-	-	-	-	-	-
Professor com Ensino Superior	-	X	-	-	-	-	-
Professor com Especialização Vice Diretor de Escola Coordenador Pedagógico Orientador Educacional	-	-	X	-	-	-	-
Professor com mestrado Vice Diretor com Especialização Coordenador Pedagógico Especialização Orientador Educacional Especialização Diretor Escola e Diretor de Creche	-	-	-	X	-	-	-
Vice Diretor com Mestrado Coordenador Pedagógico com Mestrado Orientador Educacional com Mestrado Diretor Escola/Creche Especialização Diretor Educação Supervisor	-	-	-	-	X	-	-
Diretor Educação Especialização Supervisor com Especialização Diretor Escola/Creche com mestrado	-	-	-	-	-	X	-
Professor com Doutorado Vice Diretor com Doutorado Coordenador Pedagógico Doutorado Orientador Educacional Doutorado Diretor com Doutorado Diretor Educação Mestrado/Doutorado Supervisor Mestrado/Doutorado	-	-	-	-	-	-	X

Artigo 33 – Todos os integrantes do Quadro do Magistério serão enquadrados em seus níveis de carreira, de acordo com o valor de seus respectivos salários base, após a aprovação da presente Lei.

SEÇÃO II

DA REMUNERAÇÃO

Artigo 34 – A SECET, juntamente com o setor financeiro da Prefeitura Municipal de Descalvado, proporá o piso salarial dos integrantes do Quadro do Magistério do Município de Descalvado, de conformidade com os recursos financeiros aplicados em educação, nos termos da Lei Federal n.º 9.424/96, propondo ao Prefeito Municipal, a adoção de medidas, que somente se formalizará por Lei.

Parágrafo único – Para os fins deste artigo a SECET consultará o Conselho Municipal de Educação.

Artigo 35 – A remuneração dos integrantes do Quadro do Magistério será constituída do piso salarial ou salário – base contemplado com ascensão funcional nas classes e os níveis de titulação, definidos por percentuais, de acordo com Tabelas, anexas, acrescidas das vantagens pecuniárias estabelecidas na legislação vigente, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério será acrescida, conforme Tabelas anexas, das seguintes parcelas:

I – 1/12 (um doze avos) do 14º (décimo quarto) salário;

II – 1/60 (um sessenta avos) da importância relativa aos 3 (três) meses da licença prêmio, com os adicionais a que fazem jus.

Artigo 36 – Não será permitida incorporação de quaisquer gratificações ou bonificações por função ou outros, aos vencimentos ou salários dos integrantes do Quadro do Magistério.

SEÇÃO III

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Artigo 37 – A progressão funcional é a passagem do integrante do cargo ou função do magistério para a classe superior a que pertença, mediante avaliação de indicadores de crescimento da sua capacidade profissional e se dará nas seguintes modalidades:

I – pela via acadêmica, ou seja, os títulos acadêmicos obtidos em curso de ensino superior;

II – pela via não acadêmica, considerando-se os cursos de atualização e aperfeiçoamento e a produção do profissional, na respectiva área de atuação.

Artigo 38 – A progressão funcional por via acadêmica se dará com a apresentação pelo integrante do magistério de documentação referente aos títulos de:

I – habilitação em curso de licenciatura plena;

II – curso de pós-graduação em nível de especialização;

III – curso de pós-graduação em nível de mestrado ou de doutorado.

Parágrafo único – Fica assegurado, nesta progressão funcional, o enquadramento automático em nível superior, dispensados quaisquer interstícios de tempo.

Artigo 39 – A progressão funcional pela via não acadêmica se efetivará através dos critérios estabelecidos neste artigo, por seus parágrafos, incisos e alíneas.

§ 1º - A avaliação individual de indicadores de desempenho profissional, será aferida, anualmente, por pontos, assim especificados:

I - desempenho profissional, no limite máximo de 210 (duzentos e dez) pontos, subdivididos em:

a) tempo de serviço: 5 (cinco) pontos por ano de efetivo exercício no Magistério Público Municipal, no total de 30 (trinta) pontos, no campo de atuação, sendo consideradas as ausências constitucionais;

b) assiduidade: 10 (dez) pontos por ano com até 2 (duas) faltas, no total de 60 (sessenta) pontos, sendo;

1- 6 (seis) pontos com até 4 (quatro) ausências por ano;

2- 3 (três) pontos com até 6 (seis) ausências por ano;

3- serão computadas como uma falta dia quando o docente obtiver duas faltas de HAC (4 horas);

4 - as faltas da hora-atividade serão cumulativas e proporcionais à carga horária do docente;

c) participação nas atividades da Escola, compreendidas no Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Conselho Municipal de Educação ou Conselho Gestor do FUNDEF, sendo:

1- 5 (cinco) pontos por ano com presença em todas as reuniões e participação em todas as atividades promovidas, até o total de 30 (trinta) pontos;

2- 3 (três) pontos por ano, com 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões e participação nas atividades promovidas, até o total de 18 (dezoito) pontos;

d) produtividade nas provas do Sistema de Avaliação do Ensino Municipal (SAEM) no Ensino Fundamental, por série:

1- 15 (quinze) pontos por 70% (setenta por cento) de acertos por série ou disciplina;

2- 10 (dez) pontos por 60% (sessenta por cento) de acertos por série ou disciplina;

3- 5 (cinco) pontos por 55% (cinqüenta e cinco por cento) de acertos por série ou disciplina;

e) Os docentes das classes de aceleração serão avaliados pela progressão dos alunos no decorrer do ano letivo, pelo Diretor e pelo Coordenador Pedagógico;

1- 3 (três) pontos por 50% (cinqüenta por cento) de aproveitamento por série ou disciplina;

II – no limite máximo de 150 (cento e cinqüenta) pontos, a atualização profissional, dentro do campo de atuação do docente assim compreendida:

a) Curso de Aperfeiçoamento de 180 (cento e oitenta) horas, equivalente a 80 (oitenta) pontos;

b) 6 (seis) cursos de extensão cultural de 30 (trinta) horas, equivalente a 70 (setenta) pontos;

c) implementação (autor e executor) de projeto que integre a comunidade na escola, equivalente a 40 (quarenta) pontos;

III – Produção Profissional para o Ensino Fundamental equivalendo a 50 (cinqüenta) pontos e na Educação Infantil, Educação Especial e Projetos Alternativos da SECET equivalendo a 140 (cento e quarenta) pontos assim subdivididos:

Produção Profissional	EF	EI – EE - PA
Pesquisa de interesse do ensino	10 pontos	50 pontos
Palestras sobre aspectos educacionais	10 pontos	20 pontos
Seminário de interesse educacional	10 pontos	20 pontos
Artigo publicado sobre educação ou de sua área de atividade	10 pontos	20 pontos
Promoção de eventos educacionais	10 pontos	30 pontos

§ 2º - As infrações disciplinares, após apuradas mediante procedimento próprio, no qual será assegurada a ampla defesa, implicarão em redução ou perda de pontos obtidos na avaliação de desempenho do respectivo período de ocorrência, a saber:

I – 100 (cem) pontos por advertência escrita;

II – 210 (duzentos e dez) pontos, equivalente a perda anual de direito à progressão, por suspensão.

§ 3º - A perda dos pontos abrangerá qualquer dos critérios da progressão funcional e serão determinados pela Procuradoria Jurídica.

§ 4º - A progressão funcional, na forma estabelecida nos parágrafos anteriores, somente se formalizará quando o profissional de educação obtiver 410 (quatrocentos e dez) pontos, sendo 210 (duzentos e dez) necessariamente de Desempenho Profissional e 200 (duzentos) de Atualização e Produção Profissional.

§ 5º - Os cursos e a produção profissional previstos no Inciso I serão considerados uma única vez, vedada a sua acumulação.

§ 6º - Interstício de tempo ao Docente ou Profissional de Educação de apoio pedagógico que será enquadrados em nível imediatamente superior àquele em que se encontra, após 6 (seis) anos de permanência no mesmo.

§ 7º - Interromper-se-á o interstício de tempo, todo e qualquer afastamento por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses.

§ 8º - Será Sempre computado para fins do cumprimento de Inciso II, o tempo de efetivo exercício do profissional do magistério, considerando-se apenas os afastamentos constitucionais.

Artigo 40 – A SECET organizará comissão de representantes dos diversos segmentos da Educação, que estabelecerá critério para pontuar os cursos de atualização e aperfeiçoamento, e a produção profissional.

SEÇÃO IV

DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Artigo 41 – A SECET, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei Federal n.º 9.394/96, empenhar-se-á para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, com programas de capacitação, aperfeiçoamento, atualização, no serviço.

§ 1º - Os programas de que trata o "caput" deste artigo poderão ser desenvolvidos em parcerias com instituições que mantenham atividades na área de educação.

§ 2º - Deverão os programas levar em consideração as prioridades das áreas curriculares, a situação funcional dos professores e a utilização de metodologias diversificadas, inclusive as que utilizam recursos de educação à distância.

CAPÍTULO VIII

DOS DEVERES E DIREITOS DO MAGISTÉRIO

SEÇÃO I

DOS DEVERES

Artigo 42 – Cumpre, ainda, aos membros da Carreira do Magistério Municipal, no desempenho de suas atividades:

I – preservar os princípios, os ideais e os fins da Educação Brasileira, através do seu desempenho profissional;

II – empenhar-se na educação integral do aluno, incutindo-lhe o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria;

III – respeitar a integridade do aluno;

IV – desempenhar atribuições e funções e cargos específicos do magistério com eficiência, zelo e presteza;

V – manter o espírito de cooperação com a equipe da escola e a comunidade em geral, visando a construção de uma sociedade democrática;

VI – conhecer e respeitar as leis;

VII – participar do Conselho de Escola e ou APM;

VIII – manter a SECET informada do desenvolvimento do processo educacional, expondo suas críticas e apresentando sugestões para a sua melhoria;

IX – buscar o seu constante aperfeiçoamento profissional através de participação em cursos, reuniões, seminários, sem prejuízo de suas funções;

X – cumprir as ordens superiores e comunicar à SECET, de imediato, todas as irregularidades de que tiver conhecimento no local de trabalho;

XI – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado;

XII – zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação dos educadores;

XIII - participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

XIV – tratar de maneira igual a todos os alunos, pais, funcionários e servidores do Quadro do Magistério;

XV – tomar parte de todas as atividades inerentes e correlatas ao processo de ensino e aprendizagem;

XVI – impedir toda e qualquer manifestação de preconceito social, racial, religioso e ideológico.

Parágrafo único – Constitui falta grave impedir que o aluno participe das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS

Artigo 43 – Os direitos dos integrantes do Quadro do Magistério, respeitados os demais, consistem em:

I – possuir ao seu alcance informações educacionais, bibliográficas e outros recursos para a melhoria do desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

II – obter assegurada, mediante prévia consulta e autorização da SECET, a oportunidade de freqüentar cursos de reciclagem e treinamento que visem à melhoria de seu desempenho e aprimoramento eficiente do processo educacional;

III – participar das deliberações que afetam a vida e as funções da unidade escolar e o desenvolvimento eficiente do processo educacional;

IV – contar com um sistema permanente de orientação e assistência que estimule e contribua para um melhor desempenho de suas atribuições;

V – dispor de condições de trabalho que permitam dedicação às suas tarefas profissionais e propiciem a eficiência e eficácia do ensino;

VI – igualdade de tratamento no plano técnico – pedagógico, independente do regime jurídico a que estiver sujeito;

VII – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares, desde que a SECET esteja informada;

VIII – liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumentos de avaliação do processo ensino – aprendizagem, dentro dos princípios psico-pedagógicos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa humana e a construção do bem comum, sem comprometer a linha pedagógica adotada;

IX – gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IX

DOS AFASTAMENTOS

Artigo 44 – O docente poderá ser afastado do exercício do cargo ou função, respeitado o interesse da Administração Municipal para:

I – prover cargos em comissão de profissionais de educação e apoio pedagógico;

II – substituir ou exercer atividades de ocupante de cargo ou função, desde que da mesma classe, classificado em qualquer unidade escolar do Município de Descalvado, em situação de adido;

III – exercer:

a) atividades inerentes ou correlatas ao Magistério em cargos ou funções previstas na Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;

b) junto a entidades conveniadas com a SECET, sem prejuízos de vencimentos e das demais vantagens do cargo, atividades inerentes ao Magistério.

Parágrafo único - Consideram-se atribuições:

I - inerentes às do Magistério, aquelas que são próprias do cargo e da função docente do Quadro do Magistério;

II - correlatas às do Magistério, aquelas relacionadas com a docência em outras modalidades de ensino, bem como as de natureza técnica.

Artigo 45 – Os afastamentos referidos no artigo anterior serão concedidos sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens do cargo ou função, devendo o docente substituto cumprir regime de trabalho semanal do titular.

Artigo 46 – Não haverá incorporação de vencimentos quando o docente ocupar cargo em comissão, voltando a receber o salário de seu cargo quando deixar de exercer a função em comissão.

Artigo 47 – Os afastamentos para outros órgãos ou funções fora do Sistema Municipal de Ensino e na própria SECET serão concedidos com prejuízos de vencimentos e demais vantagens do cargo.

Parágrafo único – Os afastamentos tratados no "caput" deste artigo, poderão ser concedidos sem prejuízo de vencimentos e com prejuízo das demais vantagens do cargo, se pagos com recursos acima dos 25% (vinte e cinco por cento) dos impostos aplicados em Educação, caso em que o Executivo Municipal deverá justificar a decisão.

CAPITULO X

DAS SUBSTITUIÇÕES

Artigo 48 – Observados os requisitos legais, haverá substituição durante o impedimento legal e temporário dos docentes e profissionais de educação de apoio pedagógico.

§ 1º - A substituição poderá ser exercida por ocupante de cargo da mesma classe de docentes, classificado em qualquer unidade escolar do Município de Descalvado.

§ 2º - O ocupante de cargo do Quadro do Magistério poderá, também, exercer cargo vago da mesma classe, nas mesmas condições do parágrafo anterior.

§ 3º - Na inexistência de professor titular de cargo, a substituição poderá ser exercida por docente classificado em escala de substituição elaborada pela SECET, nos termos da legislação vigente observada a qualificação mínima estabelecida no artigo 18 da presente Lei.

Artigo 49 – Para os cargos de provimento em comissão haverá substituição nos afastamentos estabelecidos na legislação vigente.

Artigo 50 – As funções consideradas como postos de trabalho comportarão substituição nos afastamentos legais, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Artigo 51 – As substituições por período igual ou inferior a 15 (quinze) dias, sempre que possível, serão efetuadas por docentes de cargos em provimento efetivo e, na inexistência destes, serão admitidos, em caráter eventual, ocupantes de função docente, como substitutos, recorrendo-se à escala de substituição elaborada pela SECET.

Artigo 52 – As substituições não deverão ultrapassar o ano letivo para o qual foi elaborada a escala de substituição e serão sempre por período determinado.

Artigo 53 – Para o cumprimento do estabelecido neste capítulo consideram-se afastamentos legais, os previstos na Constituição Federal.

CAPITULO XI

DA REMOÇÃO

Artigo 54 – A remoção de integrante da carreira do Magistério processar-se-á por concurso de títulos ou permuta, na forma que dispuser o regulamento, a ser editado no prazo máximo de 90 (noventa) dias da publicação dessa lei.

Artigo 55 – O concurso de remoção sempre deverá preceder o de ingresso para provimento de cargos de Carreira do Magistério e somente poderão ser oferecidas em concurso de ingresso as vagas remanescentes do concurso de remoção.

Artigo 56 – A contagem de pontos para efeito de participação em concurso de remoção será efetuada considerando o tempo

de efetivo exercício no Magistério Público Municipal de Descalvado, e títulos.

Artigo 57 – A remoção por permuta será efetuada por período anual, podendo ser renovada de acordo com os interesses dos permutantes e a aquiescência da SECET.

CAPÍTULO XII

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E OU AULAS E DO ADIDO

SEÇÃO I

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E OU AULAS

Artigo 58 – Para fins de atribuição de classes e aulas, os docentes interessados formularão pedido de inscrição junto à SECET no período determinado por Edital Público.

Artigo 59 – Após a inscrição, os docentes do mesmo campo de atuação de classes e das aulas a serem atribuídas serão classificados, observada a seguinte ordem de preferência, quanto:

I – a situação funcional:

a) titulares de cargo afastados do Sistema Estadual de Ensino junto ao Sistema Municipal de Ensino por força da Municipalização, instituída pela Lei Municipal n.º 1.640, de 26 de novembro de 1.996 e publicada no Jornal Oficial do Município em 04 de dezembro de 1.996;

b) - titulares de cargo, providos mediante concurso de provas e títulos, correspondentes aos componentes curriculares das aulas ou classes a serem atribuídas;

c) - demais titulares de cargos correspondentes aos componentes curriculares das aulas ou classes a serem atribuídas (adidos);

II – tempo de serviço no Magistério Público Municipal e ou Estadual e Títulos, nos termos das normas estabelecidas.

Parágrafo Único – Os ocupantes de função docente correspondente a classes ou aulas dos componentes curriculares a serem atribuídos, serão classificados através de processo seletivo quando não houver concurso público em vigor.

Artigo 60 – Compete à SECET atribuir classes e aulas aos docentes do Sistema Municipal de Ensino, respeitando a escala de classificação.

Artigo 61 – A SECET expedirá anualmente normas complementares contendo instruções necessárias ao cumprimento do artigo 58.

Artigo 62 – Será considerado adido o docente que por qualquer motivo ficar sem classe e/ou aulas.

Artigo 63 – O adido ficará à disposição da SECET, e deverá ser designado para substituições ou para atividades inerentes ou correlatas ao Magistério, obedecida a qualificação do docente.

Parágrafo único – Constituirá falta grave, sujeita às penalidades legais, a recusa por parte do adido em exercer atividades para as quais for designado.

CAPITULO XIII
DA VACÂNCIA DE CARGOS E DE FUNÇÕES DOCENTES

Artigo 64 – A vacância de cargos e de funções docentes do Quadro do Magistério ocorrerá nas hipóteses de exoneração, dispensa, aposentadoria e falecimento.

Artigo 65 – A dispensa da função docente dar-se-á quando:

I – for provido cargo de natureza docente;

II – da reassunção do titular do cargo.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 66 – Ficam os docentes e profissionais de educação de apoio pedagógico, ocupantes de cargos de provimento efetivo e funções docentes, redenominados e reclassificados, enquadrados neste Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

Artigo 67 – Integram-se a este Plano de Carreira e Remuneração, no que couber, os titulares de cargos da Secretaria Estadual de Educação afastados junto ao Sistema Municipal de Educação por força da Municipalização do Ensino, instituída pela Lei Municipal n. º 1.640, de 26 de novembro de 1.996, publicada no Jornal Oficial do Município em 04 de dezembro de 1.996.

Artigo 68 – Integram-se ainda a este Plano de Carreira e Remuneração, os professores participantes de projetos alternativos de educação oferecidos pela SECET.

Artigo 69 – Aos ocupantes de cargos ou função docente para os quais, segundo a Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, exige-se qualificação em nível superior, e que não a possuam, ficam concedidos seus direitos conforme a habilitação.

Artigo 70 – Inexistindo docente interessado em exercer atividade de apoio pedagógico, a Administração Pública, após indicação da SECET, poderá contratar profissionais qualificados.

Parágrafo único - A critério da SECET, as funções de coordenador pedagógico e orientador educacional poderão ser substituídos pelo profissional de educação de apoio pedagógico, psicopedagogo, com a devida habilitação.

Artigo 71 – A presente lei será revista, pela SECET, sempre que se fizer necessário devendo apresentar relatório ao Executivo Municipal, expondo as necessidades.

Artigo 72 – A Seção de Pessoal da Prefeitura Municipal, com colaboração da SECET, apostilará os títulos e fará as devidas anotações nos prontuários dos profissionais de educação abrangidos por esta Lei.

Artigo 73 – Aplicam-se subsidiariamente aos integrantes do Quadro do Magistério, naquilo que com a presente não conflitar, as disposições constantes em legislação municipal vigente.

Artigo 74 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar os atos necessários à execução da presente Lei.

Artigo 75 - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias consignadas em orçamentos, suplementadas se necessário.

Artigo 76 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 77 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.725, de 10 de fevereiro de 1.998

Prefeitura do Município de Descalvado,
aos 15 dias do mês de dezembro de 2003.

JOSÉ CARLOS CALZA

Prefeito Municipal

Publicada no Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2.003

SÉRGIO LUIZ SARTORI
Procurador Geral do Município

TABELA DE SALÁRIOS – QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2003
ANEXO I – 22 HORAS SEMANAIS – 110 HORAS MENSAIS

NÍVEIS	I	II	III	IV	V	VI	VII
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR CURSO ENSINO MÉDIO	PROFESSOR CURSO ENSINO SUPERIOR	PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO VICE-DIRETOR COORDENADOR PEDAGÓGICO ORIENTADOR EDUCACIONAL	PROFESSOR MESTRADO VICE-DIRETOR ESPECIALIZAÇÃO COORD. PEDAGÓGICO ESPECIALIZAÇÃO ORIENTADOR EDUC. ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR ESCOLA/CRECHE	VICE-DIRETOR MESTRADO COORDENADOR MESTRADO ORIENTADOR MESTRADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR EDUCAÇÃO SUPERVISOR	DIRETOR ESCOLA/CRECHE MESTRADO DIRETOR EDUCAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO SUPERVISOR ESPECIALIZAÇÃO	PROFESSOR DOUTORADO VICE-DIRETOR DOUTORADO COORD. PEDAGÓGICO DOUTORADO ORIENTADOR EDUC. DOUTORADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE DOUTORADO DIRETOR EDUC MEST/DOUT SUPERVISOR MESTR/DOUT
EVOLUÇÃO FUNCIONAL		5% do Nível I	2% do Nível II	2% do Nível III	2% do Nível IV	2% do Nível V	2% do Nível VI
VALOR HORA AULA	R$ 5,92	R$ 6,22	R$ 6,34	R$ 6,47	R$ 6,60	R$ 6,73	R$ 6,86
JORNADA INICIAL 22 HS	R$ 651,20	R$ 683,76	R$ 697,44	R$ 711,38	R$ 725,61	R$ 740,12	R$ 754,93
2 ANOS – ADICIONAL	R$ 670,74	R$ 704,27	R$ 718,36	R$ 732,73	R$ 747,38	R$ 762,33	R$ 777,57
4 ANOS - ADICIONAL	R$ 690,86	R$ 725,40	R$ 739,91	R$ 754,71	R$ 769,80	R$ 785,20	R$ 800,90
5 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 725,40	R$ 761,67	R$ 776,90	R$ 792,44	R$ 808,29	R$ 824,46	R$ 840,95
6 ANOS - ADICIONAL	R$ 747,16	R$ 784,52	R$ 800,21	R$ 816,22	R$ 832,54	R$ 849,19	R$ 866,17
8 ANOS - ADICIONAL	R$ 769,58	R$ 808,06	R$ 824,22	R$ 840,70	R$ 857,52	R$ 874,67	R$ 892,16
10 ANOS - ADICIONAL	R$ 792,67	R$ 832,30	R$ 848,94	R$ 865,92	R$ 883,24	R$ 900,91	R$ 918,92
10 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 832,30	R$ 873,91	R$ 891,39	R$ 909,22	R$ 927,40	R$ 945,95	R$ 964,87
12 ANOS - ADICIONAL	R$ 857,27	R$ 900,13	R$ 918,13	R$ 936,50	R$ 955,23	R$ 974,33	R$ 993,82
14 ANOS - ADICIONAL	R$ 882,99	R$ 927,13	R$ 945,68	R$ 964,59	R$ 983,88	R$ 1.003,56	R$ 1.023,63
15 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 927,13	R$ 973,49	R$ 992,96	R$ 1.012,82	R$ 1.033,08	R$ 1.053,74	R$ 1.074,81
16 ANOS - ADICIONAL	R$ 954,95	R$ 1.002,70	R$ 1.022,75	R$ 1.043,21	R$ 1.064,07	R$ 1.085,35	R$ 1.107,06
18 ANOS - ADICIONAL	R$ 983,60	R$ 1.032,78	R$ 1.053,43	R$ 1.074,50	R$ 1.095,99	R$ 1.117,91	R$ 1.140,27
20 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.013,11	R$ 1.063,76	R$ 1.085,04	R$ 1.106,74	R$ 1.128,87	R$ 1.151,45	R$ 1.174,48
20 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 1.063,76	R$ 1.116,95	R$ 1.139,29	R$ 1.162,07	R$ 1.185,31	R$ 1.209,02	R$ 1.233,20
22 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.095,67	R$ 1.150,46	R$ 1.173,47	R$ 1.196,94	R$ 1.220,87	R$ 1.245,29	R$ 1.270,20
24 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.128,54	R$ 1.184,97	R$ 1.208,67	R$ 1.232,84	R$ 1.257,50	R$ 1.282,65	R$ 1.308,30
25 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 1.184,97	R$ 1.244,22	R$ 1.269,10	R$ 1.294,49	R$ 1.320,38	R$ 1.346,78	R$ 1.373,72
26 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.220,52	R$ 1.281,55	R$ 1.307,18	R$ 1.333,32	R$ 1.359,99	R$ 1.387,19	R$ 1.414,93

28 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.257,14	R$ 1.319,99	R$ 1.346,39	R$ 1.373,32	R$ 1.400,79	R$ 1.428,80	R$ 1.457,38
30 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.294,85	R$ 1.359,59	R$ 1.386,78	R$ 1.414,52	R$ 1.442,81	R$ 1.471,67	R$ 1.501,10
30 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 1.359,59	R$ 1.427,57	R$ 1.456,12	R$ 1.485,25	R$ 1.514,95	R$ 1.545,25	R$ 1.576,15
32 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.400,38	R$ 1.470,40	R$ 1.499,81	R$ 1.529,80	R$ 1.560,40	R$ 1.591,61	R$ 1.623,44
34 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.442,39	R$ 1.514,51	R$ 1.544,80	R$ 1.575,70	R$ 1.607,21	R$ 1.639,35	R$ 1.672,14
35 ANOS – QUINQUÊNIO	R$ 1.514,51	R$ 1.590,24	R$ 1.622,04	R$ 1.654,48	R$ 1.687,57	R$ 1.721,32	R$ 1.755,75
MÉDIA	R$ 1.018,45	R$ 1.069,37	R$ 1.090,76	R$ 1.112,58	R$ 1.134,83	R$ 1.157,52	R$ 1.180,67

TABELA DE SALÁRIOS – QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2003

ANEXO II – 26 HORAS SEMANAIS – 130 HORAS MENSAIS

NÍVEIS	I	II	III	IV	V	VI	VII
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR CURSO ENSINO MÉDIO	PROFESSOR CURSO ENSINO SUPERIOR	PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO VICE-DIRETOR COORDENADOR PEDAGÓGICO ORIENTADOR EDUCACIONAL	PROFESSOR MESTRADO VICE-DIRETOR ESPECIALIZAÇÃO COORD. PEDAGÓGICO ESPECIALIZAÇÃO ORIENTADOR EDUC. ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR ESCOLA/CRECHE	VICE-DIRETOR MESTRADO COORDENADOR MESTRADO ORIENTADOR MESTRADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR EDUCAÇÃO SUPERVISOR	DIRETOR ESCOLA/CRECHE MESTRADO DIRETOR EDUCAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO SUPERVISOR ESPECIALIZAÇÃO	PROFESSOR DOUTORADO VICE-DIRETOR DOUTORADO COORD. PEDAGÓGICO DOUTORADO ORIENTADOR EDUC. DOUTORADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE DOUTORADO DIRETOR EDUC MEST/DOUT SUPERVISOR MESTR/DOUT
EVOLUÇÃO FUNCIONAL		5% do Nível I	2% do Nível II	2% do Nível III	2% do Nível IV	2% do Nível V	2% do Nível VI
VALOR HORA AULA	R$ 5,92	R$ 6,22	R$ 6,34	R$ 6,47	R$ 6,60	R$ 6,73	R$ 6,86
JORNADA INICIAL 26 HS	R$ 769,60	R$ 808,08	R$ 824,24	R$ 840,73	R$ 857,54	R$ 874,69	R$ 892,19
2 ANOS – ADICIONAL	R$ 792,69	R$ 832,32	R$ 848,97	R$ 865,95	R$ 883,27	R$ 900,93	R$ 918,95
4 ANOS - ADICIONAL	R$ 816,47	R$ 857,29	R$ 874,44	R$ 891,93	R$ 909,77	R$ 927,96	R$ 946,52
5 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 857,29	R$ 900,16	R$ 918,16	R$ 936,52	R$ 955,25	R$ 974,36	R$ 993,85
6 ANOS - ADICIONAL	R$ 883,01	R$ 927,16	R$ 945,70	R$ 964,62	R$ 983,91	R$ 1.003,59	R$ 1.023,66
8 ANOS - ADICIONAL	R$ 909,50	R$ 954,98	R$ 974,08	R$ 993,56	R$ 1.013,43	R$ 1.033,70	R$ 1.054,37
10 ANOS - ADICIONAL	R$ 936,79	R$ 983,63	R$ 1.003,30	R$ 1.023,36	R$ 1.043,83	R$ 1.064,71	R$ 1.086,00
10 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 983,63	R$ 1.032,81	R$ 1.053,46	R$ 1.074,53	R$ 1.096,02	R$ 1.117,94	R$ 1.140,30
12 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.013,13	R$ 1.063,79	R$ 1.085,07	R$ 1.106,77	R$ 1.128,90	R$ 1.151,48	R$ 1.174,51
14 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.043,53	R$ 1.095,70	R$ 1.117,62	R$ 1.139,97	R$ 1.162,77	R$ 1.186,03	R$ 1.209,75
15 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.095,70	R$ 1.150,49	R$ 1.173,50	R$ 1.196,97	R$ 1.220,91	R$ 1.245,33	R$ 1.270,23

16 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.128,58	R$ 1.185,00	R$ 1.208,70	R$ 1.232,88	R$ 1.257,54	R$ 1.282,69	R$ 1.308,34
18 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.162,43	R$ 1.220,55	R$ 1.244,97	R$ 1.269,87	R$ 1.295,26	R$ 1.321,17	R$ 1.347,59
20 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.197,31	R$ 1.257,17	R$ 1.282,31	R$ 1.307,96	R$ 1.334,12	R$ 1.360,80	R$ 1.388,02
20 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.257,17	R$ 1.320,03	R$ 1.346,43	R$ 1.373,36	R$ 1.400,83	R$ 1.428,84	R$ 1.457,42
22 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.294,89	R$ 1.359,63	R$ 1.386,82	R$ 1.414,56	R$ 1.442,85	R$ 1.471,71	R$ 1.501,14
24 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.333,73	R$ 1.400,42	R$ 1.428,43	R$ 1.457,00	R$ 1.486,14	R$ 1.515,86	R$ 1.546,18
25 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.400,42	R$ 1.470,44	R$ 1.499,85	R$ 1.529,85	R$ 1.560,44	R$ 1.591,65	R$ 1.623,49
26 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.442,43	R$ 1.514,55	R$ 1.544,85	R$ 1.575,74	R$ 1.607,26	R$ 1.639,40	R$ 1.672,19
28 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.485,71	R$ 1.559,99	R$ 1.591,19	R$ 1.623,01	R$ 1.655,47	R$ 1.688,58	R$ 1.722,36
30 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.530,28	R$ 1.606,79	R$ 1.638,93	R$ 1.671,70	R$ 1.705,14	R$ 1.739,24	R$ 1.774,03
30 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.606,79	R$ 1.687,13	R$ 1.720,87	R$ 1.755,29	R$ 1.790,40	R$ 1.826,20	R$ 1.862,73
32 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.654,99	R$ 1.737,74	R$ 1.772,50	R$ 1.807,95	R$ 1.844,11	R$ 1.880,99	R$ 1.918,61
34 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.704,64	R$ 1.789,88	R$ 1.825,67	R$ 1.862,19	R$ 1.899,43	R$ 1.937,42	R$ 1.976,17
35 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.789,88	R$ 1.879,37	R$ 1.916,96	R$ 1.955,30	R$ 1.994,40	R$ 2.034,29	R$ 2.074,98
MÉDIA	R$ 1.203,62	R$ 1.263,80	R$ 1.289,08	R$ 1.314,86	R$ 1.341,16	R$ 1.367,98	R$ 1.395,34

TABELA DE SALÁRIOS – QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2003
ANEXO III – 27 HORAS SEMANAIS – 135 HORAS MENSAIS

NÍVEIS	I	II	III	IV	V	VI	VII
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR CURSO ENSINO MÉDIO	PROFESSOR CURSO ENSINO SUPERIOR	PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO VICE-DIRETOR COORDENADOR PEDAGÓGICO ORIENTADOR EDUCACIONAL	PROFESSOR MESTRADO VICE-DIRETOR ESPECIALIZAÇÃO COORD. PEDAGÓGICO ESPECIALIZAÇÃO ORIENTADOR EDUC. ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR ESCOLA/CRECHE	VICE-DIRETOR MESTRADO COORDENADOR MESTRADO ORIENTADOR MESTRADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR EDUCAÇÃO SUPERVISOR	DIRETOR ESCOLA/CRECHE MESTRADO DIRETOR EDUCAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO SUPERVISOR ESPECIALIZAÇÃO	PROFESSOR DOUTORADO VICE-DIRETOR DOUTORADO COORD. PEDAGÓGICO DOUTORADO ORIENTADOR EDUC. DOUTORADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE DOUTORADO DIRETOR EDUC MEST/DOUT SUPERVISOR MESTR/DOUT
EVOLUÇÃO FUNCIONAL		5% do Nível I	2% do Nível II	2% do Nível III	2% do Nível IV	2% do Nível V	2% do Nível VI
VALOR HORA AULA	R$ 5,92	R$ 6,22	R$ 6,34	R$ 6,47	R$ 6,60	R$ 6,73	R$ 6,86
JORNADA INICIAL 27 HS	R$ 799,20	R$ 839,16	R$ 855,94	R$ 873,06	R$ 890,52	R$ 908,33	R$ 926,50
2 ANOS - ADICIONAL	R$ 823,18	R$ 864,33	R$ 881,62	R$ 899,25	R$ 917,24	R$ 935,58	R$ 954,30
4 ANOS - ADICIONAL	R$ 847,87	R$ 890,26	R$ 908,07	R$ 926,23	R$ 944,76	R$ 963,65	R$ 982,92

5 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 890,26	R$ 934,78	R$ 953,47	R$ 972,54	R$ 991,99	R$ 1.011,83	R$ 1.032,07
6 ANOS - ADICIONAL	R$ 916,97	R$ 962,82	R$ 982,08	R$ 1.001,72	R$ 1.021,75	R$ 1.042,19	R$ 1.063,03
8 ANOS - ADICIONAL	R$ 944,48	R$ 991,71	R$ 1.011,54	R$ 1.031,77	R$ 1.052,41	R$ 1.073,45	R$ 1.094,92
10 ANOS - ADICIONAL	R$ 972,82	R$ 1.021,46	R$ 1.041,89	R$ 1.062,72	R$ 1.083,98	R$ 1.105,66	R$ 1.127,77
10 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.021,46	R$ 1.072,53	R$ 1.093,98	R$ 1.115,86	R$ 1.138,18	R$ 1.160,94	R$ 1.184,16
12 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.052,10	R$ 1.104,71	R$ 1.126,80	R$ 1.149,34	R$ 1.172,32	R$ 1.195,77	R$ 1.219,68
14 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.083,66	R$ 1.137,85	R$ 1.160,60	R$ 1.183,82	R$ 1.207,49	R$ 1.231,64	R$ 1.256,28
15 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.137,85	R$ 1.194,74	R$ 1.218,63	R$ 1.243,01	R$ 1.267,87	R$ 1.293,22	R$ 1.319,09
16 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.171,98	R$ 1.230,58	R$ 1.255,19	R$ 1.280,30	R$ 1.305,90	R$ 1.332,02	R$ 1.358,66
18 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.207,14	R$ 1.267,50	R$ 1.292,85	R$ 1.318,71	R$ 1.345,08	R$ 1.371,98	R$ 1.399,42
20 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.243,36	R$ 1.305,52	R$ 1.331,63	R$ 1.358,27	R$ 1.385,43	R$ 1.413,14	R$ 1.441,40
20 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.305,52	R$ 1.370,80	R$ 1.398,22	R$ 1.426,18	R$ 1.454,70	R$ 1.483,80	R$ 1.513,47
22 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.344,69	R$ 1.411,92	R$ 1.440,16	R$ 1.468,97	R$ 1.498,35	R$ 1.528,31	R$ 1.558,88
24 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.385,03	R$ 1.454,28	R$ 1.483,37	R$ 1.513,04	R$ 1.543,30	R$ 1.574,16	R$ 1.605,64
25 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.454,28	R$ 1.527,00	R$ 1.557,54	R$ 1.588,69	R$ 1.620,46	R$ 1.652,87	R$ 1.685,93
26 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.497,91	R$ 1.572,81	R$ 1.604,26	R$ 1.636,35	R$ 1.669,07	R$ 1.702,46	R$ 1.736,51
28 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.542,85	R$ 1.619,99	R$ 1.652,39	R$ 1.685,44	R$ 1.719,15	R$ 1.753,53	R$ 1.788,60
30 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.589,13	R$ 1.668,59	R$ 1.701,96	R$ 1.736,00	R$ 1.770,72	R$ 1.806,14	R$ 1.842,26
30 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.668,59	R$ 1.752,02	R$ 1.787,06	R$ 1.822,80	R$ 1.859,26	R$ 1.896,44	R$ 1.934,37
32 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.718,65	R$ 1.804,58	R$ 1.840,67	R$ 1.877,49	R$ 1.915,03	R$ 1.953,34	R$ 1.992,40
34 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.770,21	R$ 1.858,72	R$ 1.895,89	R$ 1.933,81	R$ 1.972,49	R$ 2.011,94	R$ 2.052,17
35 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.858,72	R$ 1.951,65	R$ 1.990,69	R$ 2.030,50	R$ 2.071,11	R$ 2.112,53	R$ 2.154,78
MÉDIA	R$ 1.249,92	R$ 1.312,41	R$ 1.338,66	R$ 1.365,43	R$ 1.392,74	R$ 1.420,60	R$ 1.449,01

TABELA DE SALÁRIOS – QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2003

ANEXO IV – 30 HORAS SEMANAIS – 150 HORAS MENSAIS

NÍVEIS	I	II	III	IV	V	VI	VII
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR CURSO ENSINO MÉDIO	PROFESSOR CURSO ENSINO SUPERIOR	PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO VICE-DIRETOR COORDENADOR PEDAGÓGICO	PROFESSOR MESTRADO VICE-DIRETOR ESPECIALIZAÇÃO COORD. PEDAGÓGICO ESPECIALIZAÇÃO	VICE-DIRETOR MESTRADO COORDENADOR MESTRADO ORIENTADOR MESTRADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE	DIRETOR ESCOLA/CRECHE MESTRADO DIRETOR EDUCAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO SUPERVISOR	PROFESSOR DOUTORADO VICE-DIRETOR DOUTORADO COORD. PEDAGÓGICO DOUTORADO ORIENTADOR EDUC. DOUTORADO

			ORIENTADOR EDUCACIONAL	ORIENTADOR EDUC. ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR ESCOLA/CRECHE	ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR EDUCAÇÃO SUPERVISOR	ESPECIALIZAÇÃO	DIRETOR ESCOLA/CRECHE DOUTORADO DIRETOR EDUC MEST/DOUT SUPERVISOR MESTR/DOUT
EVOLUÇÃO FUNCIONAL		5% do Nível I	2% do Nível II	2% do Nível III	2% do Nível IV	2% do Nível V	2% do Nível VI
VALOR HORA AULA	R$ 5,92	R$ 6,22	R$ 6,34	R$ 6,47	R$ 6,60	R$ 6,73	R$ 6,86
JORNADA INICIAL 30 HS	R$ 888,00	R$ 932,40	R$ 951,05	R$ 970,07	R$ 989,47	R$ 1.009,26	R$ 1.029,44
2 ANOS - ADICIONAL	R$ 914,64	R$ 960,37	R$ 979,58	R$ 999,17	R$ 1.019,15	R$ 1.039,54	R$ 1.060,33
4 ANOS - ADICIONAL	R$ 942,08	R$ 989,18	R$ 1.008,97	R$ 1.029,15	R$ 1.049,73	R$ 1.070,72	R$ 1.092,14
5 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 989,18	R$ 1.038,64	R$ 1.059,42	R$ 1.080,60	R$ 1.102,22	R$ 1.124,26	R$ 1.146,75
6 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.018,86	R$ 1.069,80	R$ 1.091,20	R$ 1.113,02	R$ 1.135,28	R$ 1.157,99	R$ 1.181,15
8 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.049,42	R$ 1.101,90	R$ 1.123,93	R$ 1.146,41	R$ 1.169,34	R$ 1.192,73	R$ 1.216,58
10 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.080,91	R$ 1.134,95	R$ 1.157,65	R$ 1.180,80	R$ 1.204,42	R$ 1.228,51	R$ 1.253,08
10 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.134,95	R$ 1.191,70	R$ 1.215,53	R$ 1.239,84	R$ 1.264,64	R$ 1.289,93	R$ 1.315,73
12 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.169,00	R$ 1.227,45	R$ 1.252,00	R$ 1.277,04	R$ 1.302,58	R$ 1.328,63	R$ 1.355,21
14 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.204,07	R$ 1.264,27	R$ 1.289,56	R$ 1.315,35	R$ 1.341,66	R$ 1.368,49	R$ 1.395,86
15 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.264,27	R$ 1.327,49	R$ 1.354,04	R$ 1.381,12	R$ 1.408,74	R$ 1.436,92	R$ 1.465,65
16 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.302,20	R$ 1.367,31	R$ 1.394,66	R$ 1.422,55	R$ 1.451,00	R$ 1.480,02	R$ 1.509,62
18 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.341,27	R$ 1.408,33	R$ 1.436,50	R$ 1.465,23	R$ 1.494,53	R$ 1.524,42	R$ 1.554,91
20 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.381,51	R$ 1.450,58	R$ 1.479,59	R$ 1.509,19	R$ 1.539,37	R$ 1.570,16	R$ 1.601,56
20 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.450,58	R$ 1.523,11	R$ 1.553,57	R$ 1.584,65	R$ 1.616,34	R$ 1.648,66	R$ 1.681,64
22 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.494,10	R$ 1.568,80	R$ 1.600,18	R$ 1.632,18	R$ 1.664,83	R$ 1.698,12	R$ 1.732,09
24 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.538,92	R$ 1.615,87	R$ 1.648,19	R$ 1.681,15	R$ 1.714,77	R$ 1.749,07	R$ 1.784,05
25 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.615,87	R$ 1.696,66	R$ 1.730,60	R$ 1.765,21	R$ 1.800,51	R$ 1.836,52	R$ 1.873,25
26 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.664,35	R$ 1.747,56	R$ 1.782,51	R$ 1.818,16	R$ 1.854,53	R$ 1.891,62	R$ 1.929,45
28 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.714,28	R$ 1.799,99	R$ 1.835,99	R$ 1.872,71	R$ 1.910,16	R$ 1.948,37	R$ 1.987,33
30 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.765,70	R$ 1.853,99	R$ 1.891,07	R$ 1.928,89	R$ 1.967,47	R$ 2.006,82	R$ 2.046,95
30 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.853,99	R$ 1.946,69	R$ 1.985,62	R$ 2.025,33	R$ 2.065,84	R$ 2.107,16	R$ 2.149,30
32 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.909,61	R$ 2.005,09	R$ 2.045,19	R$ 2.086,09	R$ 2.127,82	R$ 2.170,37	R$ 2.213,78
34 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.966,90	R$ 2.065,24	R$ 2.106,55	R$ 2.148,68	R$ 2.191,65	R$ 2.235,48	R$ 2.280,19
35 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 2.065,24	R$ 2.168,50	R$ 2.211,87	R$ 2.256,11	R$ 2.301,23	R$ 2.347,26	R$ 2.394,20

MÉDIA	R$ 1.388,80	R$ 1.458,24	R$ 1.487,40	R$ 1.517,15	R$ 1.547,49	R$ 1.578,44	R$ 1.610,01

TABELA DE SALÁRIOS – QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2003
ANEXO V – 40 HORAS SEMANAIS – 200 HORAS MENSAIS

NÍVEIS	I	II	III	IV	V	VI	VII
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR CURSO ENSINO MÉDIO	PROFESSOR CURSO ENSINO SUPERIOR	PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO VICE-DIRETOR COORDENADOR PEDAGÓGICO ORIENTADOR EDUCACIONAL	PROFESSOR MESTRADO VICE-DIRETOR ESPECIALIZAÇÃO COORD. PEDAGÓGICO ESPECIALIZAÇÃO ORIENTADOR EDUC. ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR ESCOLA/CRECHE	VICE-DIRETOR MESTRADO COORDENADOR MESTRADO ORIENTADOR MESTRADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE ESPECIALIZAÇÃO DIRETOR EDUCAÇÃO SUPERVISOR	DIRETOR ESCOLA/CRECHE MESTRADO DIRETOR EDUCAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO SUPERVISOR ESPECIALIZAÇÃO	PROFESSOR DOUTORADO VICE-DIRETOR DOUTORADO COORD. PEDAGÓGICO DOUTORADO ORIENTADOR EDUC. DOUTORADO DIRETOR ESCOLA/CRECHE DOUTORADO DIRETOR EDUC MEST/DOUT SUPERVISOR MESTR/DOUT
EVOLUÇÃO FUNCIONAL		5% do Nível I	2% do Nível II	2% do Nível III	2% do Nível IV	2% do Nível V	2% do Nível VI
VALOR HORA AULA	R$ 5,92	R$ 6,22	R$ 6,34	R$ 6,47	R$ 6,60	R$ 6,73	R$ 6,86
JORNADA INICIAL 40 HS	R$ 1.184,00	R$ 1.243,20	R$ 1.268,06	R$ 1.293,43	R$ 1.319,29	R$ 1.345,68	R$ 1.372,59
2 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.219,52	R$ 1.280,50	R$ 1.306,11	R$ 1.332,23	R$ 1.358,87	R$ 1.386,05	R$ 1.413,77
4 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.256,11	R$ 1.318,91	R$ 1.345,29	R$ 1.372,19	R$ 1.399,64	R$ 1.427,63	R$ 1.456,18
5 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.318,91	R$ 1.384,86	R$ 1.412,55	R$ 1.440,80	R$ 1.469,62	R$ 1.499,01	R$ 1.528,99
6 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.358,48	R$ 1.426,40	R$ 1.454,93	R$ 1.484,03	R$ 1.513,71	R$ 1.543,98	R$ 1.574,86
8 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.399,23	R$ 1.469,19	R$ 1.498,58	R$ 1.528,55	R$ 1.559,12	R$ 1.590,30	R$ 1.622,11
10 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.441,21	R$ 1.513,27	R$ 1.543,54	R$ 1.574,41	R$ 1.605,89	R$ 1.638,01	R$ 1.670,77
10 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.513,27	R$ 1.588,93	R$ 1.620,71	R$ 1.653,13	R$ 1.686,19	R$ 1.719,91	R$ 1.754,31
12 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.558,67	R$ 1.636,60	R$ 1.669,33	R$ 1.702,72	R$ 1.736,77	R$ 1.771,51	R$ 1.806,94
14 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.605,43	R$ 1.685,70	R$ 1.719,41	R$ 1.753,80	R$ 1.788,88	R$ 1.824,66	R$ 1.861,15
15 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.685,70	R$ 1.769,98	R$ 1.805,38	R$ 1.841,49	R$ 1.878,32	R$ 1.915,89	R$ 1.954,21
16 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.736,27	R$ 1.823,08	R$ 1.859,55	R$ 1.896,74	R$ 1.934,67	R$ 1.973,36	R$ 2.012,83
18 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.788,36	R$ 1.877,78	R$ 1.915,33	R$ 1.953,64	R$ 1.992,71	R$ 2.032,57	R$ 2.073,22
20 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.842,01	R$ 1.934,11	R$ 1.972,79	R$ 2.012,25	R$ 2.052,49	R$ 2.093,54	R$ 2.135,41
20 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 1.934,11	R$ 2.030,82	R$ 2.071,43	R$ 2.112,86	R$ 2.155,12	R$ 2.198,22	R$ 2.242,18
22 ANOS - ADICIONAL	R$ 1.992,13	R$ 2.091,74	R$ 2.133,57	R$ 2.176,25	R$ 2.219,77	R$ 2.264,17	R$ 2.309,45
24 ANOS - ADICIONAL	R$ 2.051,90	R$ 2.154,49	R$ 2.197,58	R$ 2.241,53	R$ 2.286,36	R$ 2.332,09	R$ 2.378,73

25 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 2.154,49	R$ 2.262,22	R$ 2.307,46	R$ 2.353,61	R$ 2.400,68	R$ 2.448,70	R$ 2.497,67
26 ANOS - ADICIONAL	R$ 2.219,13	R$ 2.330,08	R$ 2.376,68	R$ 2.424,22	R$ 2.472,70	R$ 2.522,16	R$ 2.572,60
28 ANOS - ADICIONAL	R$ 2.285,70	R$ 2.399,99	R$ 2.447,99	R$ 2.496,95	R$ 2.546,88	R$ 2.597,82	R$ 2.649,78
30 ANOS - ADICIONAL	R$ 2.354,27	R$ 2.471,99	R$ 2.521,42	R$ 2.571,85	R$ 2.623,29	R$ 2.675,76	R$ 2.729,27
30 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 2.471,99	R$ 2.595,58	R$ 2.647,50	R$ 2.700,45	R$ 2.754,46	R$ 2.809,54	R$ 2.865,73
32 ANOS - ADICIONAL	R$ 2.546,14	R$ 2.673,45	R$ 2.726,92	R$ 2.781,46	R$ 2.837,09	R$ 2.893,83	R$ 2.951,71
34 ANOS - ADICIONAL	R$ 2.622,53	R$ 2.753,66	R$ 2.808,73	R$ 2.864,90	R$ 2.922,20	R$ 2.980,65	R$ 3.040,26
35 ANOS - QUINQUÊNIO	R$ 2.753,66	R$ 2.891,34	R$ 2.949,17	R$ 3.008,15	R$ 3.068,31	R$ 3.129,68	R$ 3.192,27
MÉDIA	R$ 1.851,73	R$ 1.944,31	R$ 1.983,20	R$ 2.022,87	R$ 2.063,32	R$ 2.104,59	R$ 2.146,68

TERMO DE APROVAÇÃO

O Conselho de Escola da E.M.E.F. "Profº Francisco Fernando Faria da Cunha", aprovou por unanimidade as diretrizes, notas e ações contidas no Regimento Escolar desta Unidade Escolar para 1999, em Reunião realizada no dia 17/11/98, registrada em Ata, em Livro próprio na Secretaria da Escola.

Descalvado, 18 de novembro de 1998

Roberto Francisco Ramos
R.G. 9.457.242-2
Diretor de Escola

TERMO DE APROVAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação aprovou por unanimidade as diretrizes, notas e ações contidas no Regimento Escolar desta Unidade Escolar em Reunião realizada no dia ____/____, registrada em Ata, em Livro próprio.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO
S.E.C.E.T. – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
E.M.E.F. "PROF. FRANCISCO FERNANDO FARIA DA CUNHA"
RUA EXPEDICIONÁRIO SEBASTIÃO DE ARRUDA Nº 35 –JD. COLONIAL
DESCALVADO – SP / CEP: 13690-000 / TELEFONE (019)3583-3944

Descalvado, 18 de novembro de 1998.

Oficio nº 016/98

ASSUNTO: Homologação do Registro Escolar.

Prezado Senhores:

Roberto Francisco Ramos, R.G. 9.457.242-2 Diretor de Escola da E.M.E.F. "Profº Francisco Fernando Faria da Cunha", solicita homologação do Regimento Escolar desta Unidade Escolar jurisdicionada à S.E.C.E.T. (Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo) de Descalvado, para o ano letivo de 1999.

Respeitosamente,

ROBERTO FRANCISCO RAMOS
RG 9.457.242-2
Diretor de Escola

Ilma. Senhores

CONSELHEIROS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Descalvado - SP

REGIMENTO ESOLCAR

E.M.E.F. "Profº Francisco Fernando Faria da Cunha

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Capítulo I - Da Caracterização
Capítulo II - Dos Objetivos.
Capítulo III - Da Organização e Funcionamento.
TÍTULO II - DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
Capítulo I - Dos Princípios.
Capítulo II - Das Instituições Auxiliares.
Capítulo III - Dos Colegiados.
Seção I – Do Conselho de Escola.
Seção II – Do Conselho de Classe.
Capítulo IV- Das Normas de Gestão e Convivência.
Seção I – Dos Direitos e Deveres da Direção, Corpo Docente e Funcionários.
Seção II – Dos Direitos e Deveres dos Alunos e seus Responsáveis.
Capítulo V - Dos Planos.
TÍTULO III - DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO
Capítulo I - Dos Princípios
Capítulo II - Da Avaliação Institucional
Capítulo III - Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
Capítulo I - Da Caracterização, Níveis, Cursos e Modalidade de Ensino
Capítulo II - Dos Currículos
Capítulo III - Da Progressão Continuada
Capítulo IV - Dos Projetos Especiais
TÍTULO V - DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVA
Capítulo I - Da Caracterização
Capítulo II - Do Núcleo de Direção
Capítulo III - Do Núcleo Técnico Pedagógico
Capítulo IV - Do Núcleo Administrativo
Capítulo V - Do Núcleo Operacional
Capítulo VI - Do Corpo Docente
Capítulo VII - Do Corpo Discente
TÍTULO VI - DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR
Capítulo I - Da Caracterização
Capítulo II - Das Formas de Ingresso, Classificação e Reclassificação
Capítulo III - Da Freqüência e Compensação de Ausências
Capítulo IV - Da Promoção e da Recuperação
Capítulo V - Da Expedição de Documentos da Vida Escolar

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO
S.E.C.E.T. – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
E.M.E.F. "PROF. FRANCISCO FERNANDO FARIA DA CUNHA"
RUA EXPEDICIONÁRIO SEBASTIÃO DE ARRUDA Nº 35 –JD. COLONIAL
DESCALVADO – SP / CEP: 13690-000 / TELEFONE (019)3583-3944

REGIMENTO ESCOLAR

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I
Da Caracterização

Artigo 1º - A Escola Municipal de Ensino Fundamental "Profº Francisco Fernando Faria da Cunha" situada à Rua Expedicionário Sebastião de Arruda, nº 35 jurisdicionada a SECET – Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo do Município de Descalvado, ministra Ensino Fundamental – ciclo I.
Parágrafo Único – A escola foi criada pela Lei Municipal nº 1.640 – 26/11/96.

Capítulo II
Dos Objetivos

Artigo 2º - São objetivos dessa Escola, além daqueles previstos na Lei Federal nº 9.394/96:
I – elevar, sistematicamente, a qualidade de ensino oferecido aos educandos;
II – formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
III – promover a integração escola-comunidade;
IV – proporcionar um ambiente favorável ao estudo e a aprendizagem;
V – estimular em seus alunos a participação bem como a atuação solidária junto à comunidade.

Capítulo III
Da Organização e Funcionamento

Artigo 3º - Essa escola funciona em dois turnos diurnos, oferecendo a carga horária de mil horas, ministradas em duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

TÍTULO II
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Capítulo I
Dos Princípios

Artigo 4º A gestão democrática dessa escola, com observância dos princípios de autonomia, coerência, pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e co-responsabilidade da comunidade escolar, far-se-á mediante a:
I – participação de seus profissionais na elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica;
II – participação dos diferentes seguimentos da comunidade escolar – direção, professores, pais, alunos e funcionários – nos processos consultivos e decisórios, através do Conselho de Escola e Conselho de Classe, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres;
III – autonomia da gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as diretrizes e normas vigentes;
IV – administração dos recursos financeiros, através da elaboração, execução, e avaliação do respectivo plano de aplicação, devidamente aprovado pelos órgãos ou instituições escolares competentes, obedecida a legislação específica para gastos e prestação de contas de recursos públicos;
V – transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;
VI – valorização da escola enquanto espaço privilegiado de execução do processo educacional.

Capítulo II
Das Instituições auxiliares

Artigo 5º - A escola contara com as seguintes instituições auxiliares:
I – Associação de Pais e Mestres;
II – Grêmio Estudantil.
§ 1º - Cabe à direção da escola garantir a articulação da Associação de Pais e Mestres com o Conselho de Escola e criar condições para organização dos alunos no Grêmio Estudantil.
§ 2º - A organização do Grêmio e a eleição de seus representantes será feita no decorrer do primeiro bimestre letivo.

Artigo 6º - Outras instituições e associações poderão ser criadas pelo Conselho de Escola.

Artigo 7º - Todos os bens da escola e de suas instituições juridicamente constituídas serão patrimoniados e sistematicamente atualizados; cópia de seus registros serão encaminhadas anualmente ao órgão de administração local.

Capítulo III
Dos Colegiados

Artigo 8º - A escola conta com os seguintes colegiados:
I – Conselho de Escola;
II – Conselhos de Classe;

Seção I
Do Conselho de Escola

Artigo 9º - O Conselho de Escola, de natureza consultiva e deliberativa, eleito anualmente durante o primeiro mês letivo, presídio pelo Diretor de Escola, terá um total mínimo de 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.
§ 1º - A composição a que se refere o "caput" obedecerá à seguinte proporcionalidade:
I – 40% (quarenta por cento) de docentes;
II – 5% (cinco por cento) de especialistas de educação, excetuando-se o Diretor de Escola;
III – 5% (cinco por cento) dos demais funcionários;
IV – 25% (vinte e cinco por cento) de pais de alunos;
V – 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos.
§ 2º - Os componentes do Conselho de Escola serão escolhidos entre os seus pares, mediante processo eletivo.
§ 3º - Cada segmento representado no Conselho de Escola, elegerá também 2 (dois) suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências e impedimentos.
§ 4º - Os representantes dos alunos terão sempre direito à voz de voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritos aos que estiverem no gozo da capacidade civil.
§ 5º - São atribuições do Conselho de Escola:
I – Deliberar sobre:
diretrizes e metas da unidade escolar;
alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica;
projetos de atendimento psicopedagógico e material ao aluno;
programas especiais visando à integração escola-família-comunidade;
criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola;
prioridades para aplicação de recursos da Escola e das instituições auxiliares;
<u>as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, servidores e alunos da unidade escolar;</u>
II – Elaborar o calendário e o regimento escolar, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação e a legislação pertinente;

III – Apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas.
§ 6º - Nenhum dos membros do Conselho de escola poderá acumular votos, não sendo também permitidos os votos por procuração.
§ 7º - O Conselho de Escola deverá reunir-se, ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Diretor da Escola ou por proposta de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
§ 8º - As deliberações do Conselho constarão de ata, serão sempre tornadas públicas e adotadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

Artigo 10 – O Conselho de Escola tomará suas decisões respeitando os princípios e diretrizes da política educacional e a proposta pedagógica da escola

Artigo 11 – O Conselho de Escola elaborará seu próprio estatuto com observância do disposto no artigo anterior.

Artigo 12 – Por decisão do Conselho de Escola, e com a finalidade de dinamizar sua atuação, fica instituída na escola a Comissão de Normas e Convivência, com as seguintes atribuições:
I – analisar e julgar toda infração do regimento escolar, salvo a que considerar falta grave, caso em que será ouvido o Conselho de Escola para aplicação de penalidade.
II – analisar, e decidir sobre, os pedidos de justificativa de faltas de alunos para fins de compensação de ausências;
III – julgar todos os procedimentos que atendem contra as normas de convivência da escola.
Parágrafo Único – A Comissão de Normas e Convivência poderá delegar à direção as atribuições previstas no inciso I anteror.

Artigo 13 – A Comissão de Normas de Convivência terá a seguinte composição:
I – diretor de escola, que será seu presidente nato;
II – professor coordenador;
III – dois professores membros do Conselho de Classe, indicado Poe seus colegas;
IV – um pai de aluno, escolhido por seus pares no Conselho da Escola.

Artigo 14 – A Comissão de Normas e Convivência reunir-se-á sempre que necessário, e mediante convocação da direção, tomando suas decisões por maioria simples de votos.

Seção II
Do Conselho de Classe
Artigo 15 – O Conselho de Classe, enquanto colegiado responsável pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, organizar-se-á de forma a:

I – possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos entre séries e turmas;
II – propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;
III – favorecer a integração e seqüência dos conteúdos curriculares de cada série/classe;
IV – orientar o processo de gestão do ensino.

Artigo 16 – O Conselho de Classe será constituído por todos os professores da unidade escolar, e presidido pelo diretor.

Artio 17 – O Conselho de Classe deverá se reunir, ordinariamente, uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, sempre qua necessário, mediante convocação da direção.

Capítulo IV
Das normas de Gestão e Convivência

Artigo 18 – As relações profissionais e interpessoais nessa escola, fundamentadas na relação direitos-deveres, pautar-se-ão pelos princípios da responsabilidade, solidariedade, tolerância, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

Seção I
Dos Direitos e Deveres da Direção, Corpo Docente e Funcionários

Artigo 19 – Além dos direitos decorrentes da legislação específica, são assegurados à direção, docentes e funcionários:
I – o direito à realização humana e profissional;
II – o direito ao respeito e a condições condignas de trabalho;
III – o direito de recurso à autoridade superior.

Artigo 20 – Aos diretores, docentes e funcionários, caberá, por outro lado, além do que for previsto na legislação:
I – assumir integralmente as responsabilidades e deveres decorrentes de seus cargos e de suas funções;
II – cumprir seu horário de trabalho, reuniões e período de permanência na escola;
III – manter com seus colegas um espírito de colaboração e amizade.

Artigo 21 – Aos diretores, docentes e funcionários, quando incorram em desrespeito, negligência ou revelem incompetência ou incompatibilidade com a função que exercem, cabem as penas disciplinares previstas na CLT, Lei nº 1315, de 04 de maio de 1.993, Processo nº 940/96 – SE Programa de Parceria Educacional Estado – Município e Lei nº 1725, de 10 de fevereiro de 1.998; Pelo Decreto nº 40.673 – 16/01/96 e Decreto nº 40.889 – 10/0696.

Parágrafo único – Sempre que necessário o Conselho de Escola deverá ser ouvido.

Seção II
Dos Direitos e Deveres dos Alunos e seus Responsáveis

Artigo 22 – Os pais ou responsáveis pelos alunos, como participantes do processo educativo, têm direito à informação sobre sua vida escolar, bem como o direito de apresentar sugestões e críticas quanto ao processo educativo, principalmente através das Reuniões de Pais e Mestres.

Artigo 23 – Os Alunos, além do que estiver previsto na legislação, têm direito a:
I – formação educacional adequada e em conformidade com os currículos apresentados no planejamento anual;
II – respeito de sua pessoa por parte de toda a comunidade escolar;
III – convivência sadia com seus colegas;
IV – comunicação harmoniosa com seus educadores;
V – associação, podendo eleger representantes de classe e organiza-se em grêmio representativo;
VI – recorrer à instâncias escolares superiores.

Artigo 24 – Os alunos, além do que dispõe a legislação, têm o dever de:
I – participar conscientemente de sua própria educação, comparecendo a todas as atividades educacionais;
II – integra-se à comunidade escolar;
III – respeitar seus educadores, colegas, funcionários, assim como seus valores morais e culturais;
IV – comparecer às atividades escolares trajando o uniforme ou adequadamente vestido e portando o material escolar exigido.
Parágrafo único – A escola fornecerá o uniforme e o material escolar aos alunos comprovadamente carentes, dentro de suas possibilidades.

Artigo 25 – O não cumprimento das obrigações e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao aluno as sanções de advertência e suspensão.
§ 1º - Todas as medidas disciplinares serão tomadas obedecendo-se o disposto no Artigo 12, anterior, respeitando-se o direito a:
I – ampla defesa;
II – recurso aos órgãos superiores, quando for o caso;
III – assistência dos pais ou responsáveis, no caso de alunos com idade inferior a 18 anos;
IV – continuidade de estudos, no mesmo ou em outro estabelicimento de ensino.
§ 2º – Toda medida disciplinar aplicada será comunicada aos pais ou responsáveis.

Capítulo V
Dos Planos

Artigo 26 – Essa escola conta com os seguintes planos, colocados à disposição da comunidade escolar:
I – Plano de Gestão, de duração quadrienal, englobando o Plano Escolar e o Planejamento Anual;
II – Plano de Curso – que tem por finalidade garantir a organicidade e a continuidade do curso;
III – Plano de Trabalho – elaborado em consonância com o plano de curso.

TÍTULO III
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Capítulo I
Dos Princípios

Artigo 27 – A avaliação será subsidiada por procedimentos de observação, registros contínuos, e terá por objetivo permitir o acompanhamento:
I – sistemático e contínuo do processo de ensino e de aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas propostos;
II – do desempenho da direção, dos professores, dos alunos e dos demais funcionários nos diferentes momentos do processo educacional;
III – da participação efetiva da comunidade escolar nas mais diversas atividades propostas pela escola;
IV – da execução do planejamento curricular.

Capítulo II
Da Avaliação Institucional

Artigo 29 – A avaliação da instituição escolar recairá sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, devendo ser realizada através de procedimentos, internos definidos pela escola, e externos pela SECET.

Artigo 30 – A avaliação interna, realizada pelo Conselho de Classe e pelo Conselho de Escola, em reuniões especialmente convocadas para esse fim, terá como objetivo a análise, orientação e correção, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

Artigo 31 – A síntese dos resultados será consubstanciada em relatórios que, anexados ao Plano de Gestão, nortearão os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

Capítulo III
Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

Artigo 32 – A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo por objetivos:
I – diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;
II – possibilitar que o aluno auto-avalie sua aprendizagem;
III – orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
IV – fundamentar as decisões do Conselho de Classe quanto a necessidade de procedimentos de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos;
V – orientar as atividades do planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.
Parágrafo Único – A avaliação do processo de ensino e aprendizagem envolve a análise do conhecimento e das técnicas específicas adquiridas pelo aluno e também aspectos formativos, através da observação de suas atitudes referentes à presença às aulas, participação nas atividades pedagógicas e responsabilidade com que assume o cumprimento de seu papel.

Artigo 33 – Os alunos serão avaliados bimestralmente, através de provas escritas, trabalhos, pesquisas e observação direta.
§ 1º - Na avaliação do desempenho do aluno, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos.
§ 2º - Os critérios de avaliação estarão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares de cada curso e nos objetivos gerais de formação educacional que norteiam a escola.
§ 3º Na avaliação do aproveitamento serão utilizados dois ou mais instrumentos, pelo professor, sendo um deles uma prova escrita.

Artigo 34 – Os resultados das avaliações serão registrados por meio de sínteses bimestrais e finais, em cada componente curricular.

Artigo 35 – Os resultados das avaliações serão traduzidos em menções P.E., P.S. e P.I. expressando progressão excelente, progressão satisfatória e progressão insatisfatória.
I – P.E. – progressão excelente
II – P.S. – progressão satisfatória
III – P.I. – progressão insatisfatória
Parágrafo Único – Além das notas, o professor poderá emitir pareceres em complementação ao processo avaliatório.

Artigo 36 – O Conselho de classe reunir-se-a bimestralmente e no fim do ano letivo para analisar os resultados das avaliações e decidir sobre a promoção, retenção ou encaminhamento dos alunos para estudos de recuperação.

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Capítulo I
Da Caracterização, Níveis, Cursos e Modalidades de Ensino

Artigo 37 – A E.M.E.F. ministra o ensino fundamental Ciclo I e de acordo com os currículos constantes da sua proposta pedagógica.
§ 1º - O ensino fundamental Ciclo I, com a duração de quatro anos, será oferecido em regime de progressão continuada, e organizado em um ciclo, na seguinte conformidade: I – Ciclo I – 1ª à 4ª série.

Artigo 38 – A escola poderá instalar outros cursos ou projetos especiais com a finalidade de atender aos interesses da comunidade escolar, podendo a direção, nesses casos, firmar convênios e propor termos de cooperação com entidades públicas e privadas, submetendo-os a apreciação do Conselho de Escola.

Capítulo II
Dos Currículos

Artigo 39 – Nos termos da legislação vigente, os currículos, elementos integrantes do Plano Escolar, contam com uma base nacional comum e uma parte diversificada.
Parágrafo Único – Os componentes curriculares a serem trabalhados nas séries serão indicados no Plano Escolar.

Capítulo III
Da Progressão Continuada

Artigo 40 – A escola adota, no ensino fundamental, o regime de progressão continuada, assim entendido o regime em que o aluno não será retido por aproveitamento no interior do ciclo, desde que:
I – submeta-se a todos os processos de avaliação;
II – participe das atividades de recuperação relativas aos componentes em que demonstrar baixo rendimento.

Capítulo IV
Dos Projetos Especiais

Artigo 41 – A escola desenvolverá, sempre que necessário, e dentro das possibilidades, projetos especiais abrangendo:
I – atividades de reforço e recuperação de aprendizagem e orientação de estudos;
II – programas especiais de aceleração de estudos para alunos com defasagem idade/série;
III – organização e utilização de salas de aulas ambiente, de multimeios, de multimídia, de leitura e laboratórios;
IV – grupos de estudo e pesquisa;

V – cultura e lazer;
VI – outros de interesse da comunidade.
§ 1 º - As atividades de reforço, com caráter de enriquecimento, destinam-se a todos os alunos de uma determinada classe, série ou ciclo.
§ 2º - As atividades de recuperação destinam-se somente aos alunos de baixo rendimento escolar.
§ 3º - Os projetos especiais, integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos pelos profissionais da escola, e aprovados nos termos das normas vigentes.

TÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Capítulo I
Da Caracterização

Artigo 42 – A organização técnico-adminsitrativa da escola abrange:
I – Núcleo de Direção;
II – Núcleo Técnico-Pedagógico;
III – Núcleo Administrativo;
IV – Núcleo Operacional;
V – Corpo Docente;
VI – Corpo Discente.
Parágrafo Único – Os cargos e funções previstos para as escolas, bem como as atribuições e competências, estão regulamentados na CLT, Estatuto do Magistério Municipal e Lei 1315/93.

Capítulo II
Do Núcleo de Direção

Artigo 43 – O núcleo de direção é o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.
Parágrafo Único – Integram o núcleo de direção o diretor de escola e o vice-diretor.

Artigo 44 – A direção da escola exercerá suas funções objetivando garantir:

I – a elaboração e execução da proposta pedagógica;

II – a administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;

III – o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV – a legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;

V – os meios para reforço e a recuperação da aprendizagem de alunos;

VI – a articulação e integração da escola com as famílias e a comunidade;

VII – as informações aos pais ou responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica;

VII – a comunicação ao Conselho Tutelar, via Diretor da unidade Escolar, nos casos de maus-tratos envolvendo alunos, assim como de casos de evasão escolar e de reiteradas faltas injustificadas, antes que estas atinjam o limite de 25% das aulas dadas.

Artigo 45 – Cabe ainda à direção subsidiar os profissionais da escola, em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante às normas vigentes, e representar aos órgãos superiores da administração sempre que houver decisão em desacordo com a legislação.

Capítulo III
Do Núcleo Técnico Pedagógico

Artigo 46 – O núcleo técnico-pedagógico terá a função de proporcionar apoio técnico aos docentes e discentes, relativo a:

I – elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica;

II – coordenação pedagógica.

Parágrafo Único – Integram o núcleo técnico-pedagógico, o Supervisor de Ensino, o Orientador Educacional e o Coordenador Pedagógico, onde houver.

Capítulo IV
Do Núcleo Administrativo

Artigo 47 – O núcleo administrativo terá função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando a direção nas atividades relativas a:

I – documentação e escrituração escolar e de pessoal;
II – organização e atualização de arquivos;
III – expedição, registro e controle de expediente;
IV – registro e controle de bens patrimoniais, bem como de aquisição, conservação de materiais e de gêneros alimentícios.
Parágrafo Único – Integram o núcleo administrativo o secretário da escola e o escriturário.

Capítulo V
Do Núcleo Operacional

Artigo 48 – O núcleo operacional terá a função de proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:
I – atendimento de alunos;
II – limpeza, manutenção e conservação de área interna e externa do prédio escolar;
III – controle, manutenção, e conservação de mobiliários, equipamentos e mateiais didático-pedagógicos;
IV – controle, manutenção, conservação e/ou distribuição da merenda escolar.
Parágrafo Único – Integram o núcleo operacional o inspetor de alunos, o auxiliar de escola e o auxiliar de serviços gerais.

Capítulo VI
Do Corpo Docente

Artigo 49 – Integram o corpo docente todos os professores de escola, que exercerão suas funções, incumbindo-se de:
I – participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
II – elaborar cumprir plano de trabalho;
III – zelar pela aprendizagem de alunos;
IV – estabelecer estratégias de recuperação para alunos de baixo rendimento;
V – cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com famílias e a comunidade.

Capítulo VII
Do Corpo Discente

Artigo 50 – Integram o corpo discente todos os alunos da escola a quem se garantirá o livre acesso às informações de seu interesse.

TÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

Capítulo I
Da Caracterização

Artigo 51 – A organização da vida escolar visa garantir a regularidade da vida escolar do aluno, assim como o acesso, a permanência e a progressão nos estudos.

Capítulo II
Das Formas de Ingresso, Classificação e Reclassificação.

Artigo 52 – A matrícula do aluno será efetuado mediante requerimento do pai ou responsável, observadas as normas, as diretrizes para atendimento da demanda escolar e os seguintes critérios:
I - por ingresso, na 1ª série do ensino fundamental, com base apenas na idade;
II-por classificação ou reclassificação, a partir da 2ª série do ensino fundamental

Artigo 53 – A classificação ocorrerá:
I – por progressão continuada, no ensino fundamental, ao final de cada série, durante os ciclos;
II – por promoção, ao final do Ciclo I do ensino fundamental;
III – por transferência, para candidatos de outras escolas do país ou do exterior;
IV – mediante avaliação feita pela escola para alunos sem comprovação de estudos anteriores, observados o critério de idade e outras exigências específicas do curso.
Parágrafo Único – No caso do inciso III, anterior, e a critério do Conselho de Classe, o aluno poderá ser submetido a estudos de adaptação, quando houver discrepância entre os componentes curriculares dessa escola e os da escola de origem.

Artigo 54- A reclassificação do aluno, em série mais avançada, tendo como referência a correspondência idade/série e a avaliação de competências nas matérias da base nacional comum do currículo ocorrerá a partir de:
I – proposta apresentada pelo professor ou professores do aluno, com base nos resultados de avaliação diagnóstica;
II – solicitação do próprio aluno ou seu responsável mediante requerimento dirigido ao diretor da escola.
Parágrafo Único – São procedimentos de reclassificação:
I – provas sobre os componentes de reclassificação:
II – uma redação em língua portuguesa
III – parecer do Conselho de Classe sobre o grau de desenvolvimento e maturidade do candidato para cursar a série ou ciclo pretendido;
IV – parecer conclusivo do diretor.

Artigo 55 – Para o aluno da própria escola, a reclassificação ocorrerá até o final do primeiro bimestre letivo e , para o aluno recebido por transferência ou oriundo de país estrangeiro, até o final do terceiro bimestre letivo.

Artigo 56 – O aluno poderá ser reclassificado, em série mais avançada, com defasagem de conhecimento ou lacuna curricular de séries anteriores, desde que possa suprir essa defasagem através de atividades de reforço, recuperação, adaptação de estudos.

Artigo 57 – Caberá aos Conselhos de Classe, estabelecer, sempre que necessário, outros procedimentos para:

I – matrícula, classificação e reclassificação de alunos;
II – estudos e atividades de recuperação;
III – adaptação de estudos;
IV – avaliação de competências;
V – aproveitamento de estudos.

Capítulo III
Da Freqüência e Compensação de Ausências

Artigo 58 – A escola fará o controle sistemático da freqüência dos alunos às atividades escolares, através dos Diários de Classe e, bimestralmente, adotará as medidas necessárias para que os alunos possam compensar as ausências que ultrapassem o limite de 20% do total das aulas dadas.
§ 1º - As atividades de compensação de ausências serão programadas, orientadas e registradas pelo professor da classe ou da disciplina, com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas pela freqüência irregular às aulas.
§ 2º -As atividades de compensação de ausências serão oferecidas aos alunos que tiverem suas faltas justificadas, nos termos da legislação vigente, e de acordo com o que dispõe o Artigo 12, II, desse Regimento.
§ 3º - A compensação de ausências deverá ser requerida pelo pai ou responsável, ou pelo próprio aluno, quando maior de idade, no primeiro dia em que este retornar à escola.
§ 4º - A direção deverá ser comunicada sempre que o aluno ultrapassar 10 faltas mês.

Artigo 59 – No final do ano, o controle de freqüência será efetuado sobre o total de horas letivas, exigida a freqüência mínima de 75% para promoção.
Parágrafo Único – Poderá ser reclassificado o aluno que, no período letivo anterior, não atingiu a freqüência mínima exigida.

Capítulo IV
Da Promoção e da Recuperação

Artigo 60 – Será considerado promovido, no final do ciclo, o aluno que tiver rendimento satisfatório em todos os componentes curriculares.
§ 1º - Os alunos terão direito a estudos de recuperação em todas as disciplinas em que o aproveitamento for considerado insatisfatório.
§ 2º - As atividades de recuperação serão realizadas de forma contínua e paralela ao longo do período letivo.
§ 3º - Concluídas as atividades de recuperação, o professor atribuirá menção relativa ao componente curricular em referência.
§ 4º - Admitir-se-á ao término do ciclo, um ano de programação específica na defasagem de aprendizagem para recuperação do ciclo I aos alunos que demonstrarem impossibilidade de prosseguir estudos no ciclo ou nível subseqüente.

Capítulo V
Da Expedição de Documentos de Vida Escolar

Artigo 61 – A unidade escolar expedirá históricos escolares e declarações de conclusão de ciclo, tudo em conformidade com a legislação vigente**.**

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 62 – O ensino religioso (valores), de matrícula facultativa, constituitá disciplina do horário normal no ensino fundamental e será ministrado de acordo com as normas do sistema, assegurando-se o respeito à diversidade cultural religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Artigo 63 - A escola manterá à disposição dos pais e alunos cópia desse regimento.
Parágrafo Único – No ato da matrícula a escola fornecerá documento síntese de sua proposta pedagógica, e cópia de parte desse regimento, referente às normas de gestão e convivência, sistemática de avaliação e recuperação.

Artigo 64 – Incorporar-se-ão a esse Regimento as determinações supervenientes, oriundas de disposições legais ou de normas baixadas pelos órgãos competentes.

Artigo 65 – Os casos omissos e não previstos serão decididos pelo Conselho de Escola e Conselho Municipal de Educação.

Descalvado, 18 de novembro de 1998

ANEXO D – Requisitos de admissibilidade e rol de atribuições

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DESCAVADO
Estado de São Paulo

TABELA 1
REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE E ROL DE ATRIBUIÇÕES

Denominação do Cargo ou Emprego: Coordenador Pedagógico

Requisitos de Admissibilidade: Concurso Público de provas e títulos
- Licenciatura em Pedagogia e orientação escolar.

Descrição Sumária das Atividades:
Coordena as atividades de ensino na própria Unidade Educacional, planejando, coordenando e avaliando estas atividades, para assegurar regularidade no desenvolvimento do processo educativo.

Rol de Atribuições:
- Realiza estudos e pesquisas relacionadas às atividades de ensino, utilizando documentação e outras fontes de informação e analisando os resultados de métodos utilizados;
- Colabora na fase de elaboração do currículo pleno da escola, opinando sobre suas implicações no processo de coordenação de atividades docentes a fim de contribuir para o planejamento eficaz do sistema de ensino;
- Planeja e organiza as atividades do professorado distribuindo horários, determinando turmas que cada docente terá sobre sua responsabilidade e programa outros trabalhos, para possibilitar o desenvolvimento harmônico do sistema educativo dentro da escola;
- Supervisiona os planos de trabalho e os métodos de ensino aplicados, orientando sobre a execução e seleção dos mesmos bem como o material didático a utilizar, para assegurar a eficiência do processo educativo;
- Avalia os resultados das atividades pedagógicas examinando fichas, relatórios, analisando conceitos emitidos sobre alunos, índice de reprovações e cientificando-se dos problemas surgidos, para aferir a eficácia dos métodos aplicados e providenciar a reformulação adequada quando necessária;
- Promove a obtenção de recursos humanos e materiais didáticos indispensáveis à realização de planos de ensino, consultando a direção da escola;
- Zela pelo constante aperfeiçoamento de pessoal docente, levando-os a participarem de treinamento e reciclagem para manter um bom nível no processo educativo;
- Pode efetuar contatos externos, com a Secretária da Educação e com outras Secretarias de interesse para o seu trabalho.

ANEXO E - LEI Nº 1314/93 de 4 de maio de 1.993

Prefeitura de Descalvado

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P 13.690-970

LEI Nº 1314/93 de 4 DE MAIO de 1.993

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, FUNÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CARLOS CALZA, Prefeito Municipal de Descalvado:

FAZ SABER: que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA CRIAÇÃO

Artigo 1° - Fica criada a Procuradoria Geral do Município, cuja organização, competência e atribuições de seus integrantes ficam definidas nesta Lei.

TÍTULO II
DAS FUNÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Artigo 2° - A Procuradoria Geral do Município é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública, vinculada diretamente ao Prefeito, responsável pela advocacia do Município, da Administração direta e autarquias e pelo assessoramento e consultoria jurídica do Poder

Executivo, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse publico.

ANEXOS

ANEXO F – Ata de Rendimento Escolar

EMEF "PROF. FRANCISCO FERNANDO FARIA DA CUNHA"

REGISTRO E CONTROLE DO RENDIMENTO ESCOLAR

MÉDIA FINAL

Classe: Turno 01 Ano 1º Turma A

ANO	BIM			ANO	BIM			ANO	BIM			ANO	BIM			ANO	BIM			ANO	BIM			ANO	BIM			ANO	BIM		
06	MF			06	MF			06	MF			06	MF			06	MF			06	MF			06	MF			06	MF		
CLASSE				CLASSE				CLASSE				CLASSE				CLASSE				CLASSE				CLASSE				CLASSE			
T	E	A	t	T	E	A	t	T	E	A	t	T	E	A	t	T	E	A	t	T	E	A	t	T	E	A	t	T	E	A	t
1	EF	1º	A	1	EF	1º	A	1	EF	1º	A	1	EF	1º	A	1	EF	1º	A	1	EF	1º	A	1	EF	1º	A	1	EF	1º	A
COMP. CUR.				COMP. CUR.				COMP. CUR.				COMP. CUR.				COMP. CUR.				COMP. CUR.				COMP. CUR.				COMP. CUR.			
P	O	R	T	H	I	S	T	G	E	O	G	C	I	E	N	M	A	T	E	E	F	I	S	E	A	R	T	E	R	E	L
Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC	Nº	M	F	AC
01				01				01				01				01				01				01				01			
02				02				02				02				02				02				02				02			
03				03				03				03				03				03				03				03			
04				04				04				04				04				04				04				04			
05				05				05				05				05				05				05				05			
06				06				06				06				06				06				06				06			
07				07				07				07				07				07				07				07			
08				08				08				08				08				08				08				08			
09				09				09				09				09				09				09				09			
10				10				10				10				10				10				10				10			
11				11				11				11				11				11				11				11			
12				12				12				12				12				12				12				12			
13				13				13				13				13				13				13				13			
14				14				14				14				14				14				14				14			
15				15				15				15				15				15				15				15			
16				16				16				16				16				16				16				16			
17				17				17				17				17				17				17				17			
18				18				18				18				18				18				18				18			
19				19				19				19				19				19				19				19			
20				20				20				20				20				20				20				20			
21				21				21				21				21				21				21				21			
22				22				22				22				22				22				22				22			
23				23				23				23				23				23				23				23			
24				24				24				24				24				24				24				24			
25				25				25				25				25				25				25				25			
26				26				26				26				26				26				26				26			
27				27				27				27				27				27				27				27			
28				28				28				28				28				28				28				28			
29				29				29				29				29				29				29				29			
30				30				30				30				30				30				30				30			
31				31				31				31				31				31				31				31			
32				32				32				32				32				32				32				32			
33				33				33				33				33				33				33				33			
34				34				34				34				34				34				34				34			
35				35				35				35				35				35				35				35			
36				36				36				36				36				36				36				36			
37				37				37				37				37				37				37				37			
38				38				38				38				38				38				38				38			
39				39				39				39				39				39				39				39			
40				40				40				40				40				40				40				40			

Aulas dadas: _____

Nome Professor(a):

Assinatura do Professor(a): _____

ATA DO CONSELHO DE CLASSE

Nº	Causas Prováveis					Proposta de Solução					Espaço Destinado a Observações Sobre os Alunos
	Falta Interesse	Falta Atenção	Indisciplina	Assiduidade		Rec. Paralela	Reunião Pais	Reforço	Abordagem Téc.		
01											
02											
03											
04											
05											
06											
07											
08											
09											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											
19											
20											
21											
22											
23											
24											
25											
26											
27											
28											
29											
30											
31											
32											
33											
34											
35											
36											
37											
38											
39											
40											

Observações:_____

_____

_____

_____
Mirvania V. Ansoni Cuél
RG: 26.502.613-1
Secretária de Escola

_____
Eliane Aparecida Marcatto da Silva
RG: 16.219.621
Diretora de Escola

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo